



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA CLARA RIBEIRO MARTINS

**ENTRE CONFIANÇA E RETRIBUIÇÃO: O PAPEL DAS REDES DE APOIO NA
CONSTRUÇÃO DAS VOTAÇÕES AO LEGISLATIVO FEDERAL NO CEARÁ**

FORTALEZA
2020

MARIA CLARA RIBEIRO MARTINS

**ENTRE CONFIANÇA E RETRIBUIÇÃO: O PAPEL DAS REDES DE APOIO NA
CONSTRUÇÃO DAS VOTAÇÕES AO LEGISLATIVO FEDERAL NO CEARÁ**

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof^a. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M344e Martins, Maria Clara Ribeiro.

Entre confiança e retribuição : O papel das redes de apoio na construção das
votações ao Legislativo Federal cearense. / Maria Clara Ribeiro Martins. – 2020.
144 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de
Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.

1. Legislativo Federal. 2. Eleições. 3. Interesse. 4. Confiança. I. Título.

CDD 301

MARIA CLARA RIBEIRO MARTINS

**ENTRE CONFIANÇA E RETRIBUIÇÃO: O PAPEL DAS REDES DE APOIO NA
CONSTRUÇÃO DAS VOTAÇÕES AO LEGISLATIVO FEDERAL NO CEARÁ**

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof^a. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Márcia Paula Chaves Vieira
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Aos meus avós, Bessa e Cleia (in memoriam), com todo meu amor e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ainda que ambos não estejam mais entre nós, agradeço aos meus avós, Bessa e Cleia, pela criação que me foi dada; baseada em amor, carinho, confiança e encorajamento. Sem o incentivo que eles depositaram em mim, chegar até aqui não teria sido possível.

À minha irmã, Clarice, a quem tanto amo e é um dos motivos desta minha jornada profissional.

Ao meu pai e minha madrinha Antonilda por todo investimento em minha educação. O suporte dado à minha formação secundarista foi o que possibilitou meu ingresso na Universidade Federal do Ceará.

Aos demais familiares pelo apoio contínuo. À minha mãe, pelas nossas vivências. À tia Elenilda, pelo afeto que me foi dado. À minha prima Marina, pela companhia durante esses 23 anos. Aos meus primos Davy, Adail e Gabriel.

Ao meu companheiro Vanier, pelo apoio imensurável. Por me ouvir, entender, aconselhar e estar ao meu lado durante os últimos 8 anos. Por se fazer presente durante todo o período da graduação e do mestrado.

Aos amigos Pedro e Lorena, pelos dias de estudo na biblioteca; por atravessarem comigo as adversidades durante a escrita desta dissertação. Obrigada pelas trocas.

À minha amiga Débora, por estar sempre presente e ser um dos meus suportes emocionais. Obrigada por estar sempre presente.

Às minhas amigas de infância, Sarah, Flávia e Amanda, pelo convívio, apoio e incentivo em todo percurso construído.

Aos colegas da minha turma de mestrado, “Os Renascentistas”, Charlene, Tereza, Jonael e Lorena, pelas trocas de conhecimento, afeto e por todas as risadas proporcionadas nos momentos que compartilhamos juntos desde o ingresso na pós-graduação. Aos demais colegas, Beatriz, Monalisa, Cícero, Wilton e tantos outros não mencionados nestes breves agradecimentos.

À minha orientadora, Danyelle Nilin, que me guiou e ajudou com eficiência durante os últimos anos. Por me passar sabedoria e tranquilidade em momentos de

aflição ou insegurança. O êxito desta pesquisa e deste trabalho são frutos das contribuições proporcionadas por ela.

Às professoras Monalisa Soares e Paula Vieira, por se disponibilizarem a integrar a banca de defesa contribuírem com críticas e sugestões tão valiosas.

Ao meu orientador da graduação, Valmir Lopes, que tanto contribuiu para a minha formação e amadurecimento acadêmico.

Ao professor Fábio Gentile, à professora Linda Gondim e aos demais educadores do Departamento de Ciências sociais, que de forma direta e indireta contribuíram para minha formação através de conselhos, críticas, aulas instigantes e incentivo.

Aos principais interlocutores desta pesquisa: prefeito Marcos Prado, vereador Robson Nogueira, ex-prefeita Ana Teresa e vereador Afraudízio Soares, que gentilmente concederam entrevistas e possibilitaram minha participação em eventos cruciais para o trabalho de campo.

Às lideranças comunitárias de Trairi e Jaguaruana, que me acolheram e possibilitaram a coleta de dados no decorrer desta pesquisa. E também a todos os outros interlocutores que não foram mencionados devido a brevidade destes agradecimentos.

À CAPES e à FUNCAP, pela bolsa de estudos que me foi concedida durante o curso de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo acolhimento durante os últimos anos.

RESUMO

O presente trabalho versa compreender a construção das votações expressivas alcançadas por candidatos do legislativo federal cearense. Com um recorte territorial voltado às cidades de Trairi e Jaguaruana, as candidaturas do deputado José Guimarães, do Partido dos Trabalhadores e de Genecias Noronha, do Partido Solidariedade, são acompanhadas com o intuito de entender como mesmo desempenhando um mandato de 4 anos em Brasília, estes conseguem obter um número notável de votos responsáveis por suas respectivas eleições. Ao longo do trabalho, o principal pressuposto desenvolvido é o de que tais parlamentares gozam de uma rede de apoio liderada por lideranças políticas (prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e ex-vereadores) responsáveis pelo desenvolvimento de atividades voltadas ao agenciamento de votos durante o período eleitoral. O apoio dos chefes municipais só é possível mediante o estabelecimento de alianças em um momento pregresso ao ano eleitoral, fazendo com que a pesquisa aqui apresentada se proponha a esclarecer duas principais questões: 1) Como tais vínculos são construídas e mantidas entre os sujeitos da pesquisa e 2) Como as lideranças políticas são capazes de realizar uma transferência de votos voltada ao benefício de tais legisladores. Os principais recursos metodológicos utilizados consistiram em entrevistas de caráter semiestruturado, onde um roteiro aberto a modificações foi utilizado; observações e acompanhamento de atividades presenciais durante o período das campanhas eleitorais; monitoramento das redes sociais dos sujeitos integrantes da pesquisa e levantamentos de dados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Por fim, evidenciou-se que as alianças formadas entre as lideranças políticas, os deputados federais e a população possuem como principais fontes motivadoras o *interesse* em ganhos – sobretudo as emendas parlamentares – e *afetividade*, exemplificada através da confiança, gratidão e lealdade. Tais vínculos tendem a ser acionados durante o período das campanhas eleitorais com o fim de garantir as votações expressivas dos parlamentares.

PALAVRAS-CHAVE: Legislativo Federal; Eleições; Interesse; Confiança

ABSTRACT

The present work seeks to understand the construction of the expressive votes reached by candidates from the federal legislature of Ceará. With a territorial profile aimed at the cities of Trairi and Jaguaruana, the candidacies of deputy José Guimarães, of the Workers' Party and of Genecias Noronha, of the Solidarity Party, are observed in order to understand how, even with a 4-year full-time job in Brasília, these manage to obtain a remarkable number of votes responsible for their respective elections. Throughout the research, the main assumption developed is that such parliamentarians enjoy a support network led by political leaders (mayors, ex-mayors, councilors and ex-councilmen) responsible for the development of activities aimed at the agency of votes during the election period. The support of municipal leaders is only possible through the establishment of alliances at a time prior to the election year, and the research presented here aims to clarify two main issues: 1) How are such links built and maintained between research subjects and 2) How political leaders are able to carry out a vote transfer aimed for the benefit of such legislators. The main methodological resources applied were semi-structured interviews, where a script open to modifications was used; observations and monitoring of in-person activities during the electoral campaign period; monitoring the social networks of the subjects participating in the research and data collected from the Superior Electoral Court (TSE) and the Regional Electoral Court (TRE). Finally, it became evident that the alliances formed between political leaders, federal deputies and the population have as main motivations the interest in gains - especially the parliamentary amendments - and affection, exemplified through trust, gratitude and loyalty. Such ties tend to be triggered during the electoral campaign period in order to guarantee the expressive votes of the parliamentarians.

KEYWORDS: Federal Legislative; Elections; Interest; Confidence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O ciclo que garante as eleições do Legislativo Federal.....	18
Figura 2	Print: publicação no Instagram do deputado Genecias Noronha referente ao encontro com o prefeito e vereadores de Trairi.....	25
Figura 3	José Guimarães em comício no município de Caririaçu.....	51
Figura 4	José Guimarães em comício no município de Juazeiro do Norte.....	51
Figura 5	José Guimarães durante passeata em Jaguaruana.....	53
Figura 6	José Guimarães durante passeata em Jaguaruana.....	53
Figura 7	Reunião de apresentação da candidatura de Genecias Noronha em Trairi.....	56
Figura 8	Reunião de apresentação da candidatura de Genecias Noronha em Trairi.....	56
Figura 9	Atividade de campanha realizada pela prefeita Alizandra Gomes em Potengi.....	59
Figura 10	Atividade de campanha realizada pela prefeita Alizandra Gomes em Potengi.....	59
Figura 11	Genecias Noronha em evento de campanha ao lado de Lindberg Farias, prefeito de Jijoca de Jericoacoara.....	66
Figura 12	José Guimarães em evento ao lado de Elizandra Gomes, prefeita de Potengi.....	66
Figura 13	Material virtual de divulgação da campanha de Genecias Noronha.....	68
Figura 14	Material virtual de divulgação da campanha de Genecias Noronha.....	68
Figura 15	Panfleto de festa destacando o nome de líderes políticos.....	106
Figura 16	Faixa utilizada na abertura de torneios municipais em Trairi.....	107
Figura 17	Publicação da página Jaguaruana News, no Instagram.....	108
Figura 18	Publicação da página Jaguaruana News, no Instagram.....	108
Figura 19	Os vínculos acionados nas campanhas do legislativo federal.....	120
Figura 20	As redes de interesse e afetividade.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Presença de José Guimarães, por dia, nas sessões do plenário.....	79
Gráfico 2	Presença de Genecias Noronha, por dia, nas sessões do plenário.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Os dez deputados federais mais votados em 2014 no Ceará.....	22
Tabela 2	Cruzamento de dados: número de emendas parlamentares aprovadas pelo deputado José Guimarães nos últimos 4 anos x número de votos obtidos pelo deputado José Guimarães nos municípios beneficiados.....	30
Tabela 3	Cruzamento de dados: número de emendas parlamentares aprovadas pelo deputado Genecias Noronha (Solidariedade) nos últimos 4 anos x número de votos obtidos pelo deputado Genecias Noronha nos municípios beneficiados.....	32
Tabela 4	Registro de frequência do deputado José Guimarães entre os anos 2011 e 2019.....	80
Tabela 5	Registro de frequência do deputado Genecias Noronha entre os anos 2011 e 2019.....	90
Tabela 6	Municípios em que o deputado José Guimarães alcançou um número mínimo de 1.000 votos nas eleições de 2014.....	90
Tabela 7	Municípios beneficiados por emendas parlamentares aprovadas pelo deputado José Guimarães.....	91
Tabela 8	Municípios em que o deputado Genecias Noronha alcançou um número mínimo de 1.000 votos nas eleições de 2014.....	92
Tabela 9	Municípios beneficiados por emendas parlamentares aprovadas pelo deputado Genecias Noronha.....	93
Tabela 10	Municípios cearenses que não receberam emendas parlamentares destinadas pelo deputado José Guimarães mas apresentaram um número expressivo de votos.....	114
Tabela 11	Municípios cearenses que não receberam emendas parlamentares destinadas pelo deputado Genecias Noronha mas apresentaram um número expressivo de votos.....	114

SIGLAS E ABREVIações

DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Partido Democratas
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressistas
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ/CE	Tribunal de Justiça do Ceará
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O percurso metodológico	20
1.2 A divisão textual	35
2 AS CAMPANHAS ELEITORAIS DO LEGISLATIVO FEDERAL	37
2.1 O desenrolar das campanhas eleitorais nos municípios	46
2.2 As campanhas eleitorais do legislativo federal e as redes sociais.....	60
3 A ORGANIZAÇÃO DAS BASES ELEITORAIS	70
3.1 As atribuições do deputado federal	75
3.2 Os períodos pré e pós-eleitoral	82
3.2.1 Como as bases eleitorais são construídas e mantidas	84
3.2.2 Emendas parlamentares: das alianças às rupturas	88
4 OS PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DAS ALIANÇAS	95
4.1 Os vínculos estabelecidos entre os líderes políticos municipais e as lideranças comunitárias	95
4.2 Os vínculos estabelecidos entre os líderes políticos municipais e a população.....	103
4.3 Os vínculos estabelecidos entre líderes políticos municipais e os deputados federais	111
4.4 Os vínculos acionados nas campanhas eleitorais do legislativo federal	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
Apêndice A – Votação do deputado José Guimarães (PT) em 2018, por município.....	134
Apêndice B – Votação do deputado Genecias Noronha (Solidariedade) em 2018 por município	137
Apêndice C – Comparação: rede de agentes envolvidos nas campanhas eleitorais do legislativo federal X Rede de agentes envolvidos nas campanhas eleitorais do legislativo municipal.....	140
Apêndice D – Comparativo de votos nas eleições de 2018 entre o Legislativo Estadual e o Legislativo Federal	140
Anexo A – Encontro de Domingos Neto (PSD) com o prefeito de Araripe – CE	141
Anexo B – Encontro de Gorete Pereira (PR) com lideranças políticas de Jardim-CE.....	142

Anexo C – Deputado Domingos Neto e o prefeito do município Farias Brito no escritório localizado em Fortaleza – CE.....	142
Anexo D – Exemplo de candidato ao legislativo municipal que utilizou as redes sociais como canal de comunicação nas campanhas eleitorais de 2016.....	142
Anexo E – Panfletos de festas em Trairi.....	143

1 INTRODUÇÃO

Uma jovem¹ que morou a vida inteira na capital decidiu visitar o Campo do Pio, interior onde moravam os avós, sem ter a mínima ideia do alvoroço em que estava a comunidade por causa da proximidade das eleições. Assim que colocou o pé dentro de casa, sua tia lhe contou a programação para aquela noite de setembro:

— Disseram que o prefeito vem hoje por aqui, ele vem ver como a gente está, relatou a mulher empolgada.

A avó da jovem, que era uma mulher conhecida por suas respostas incisivas, na mesma hora retrucou:

— Pode até ser que no fundo ele queira saber como a comunidade tem sobrevivido, mas é muita coincidência essa curiosidade surgir em ano eleitoral, logo agora na época que as campanhas começaram.

Sempre que alguma discussão desembocava em política a senhorinha, que dividia a concentração entre televisão e a máquina de costura, conclamava:

— Pra ganhar voto político abraça pobre, bebe água de poço e passa o dia no sol porque sabe que depois das eleições vai passar mais 4 anos sem ter que fazer isso, além de ter tudo do bom e do melhor com nosso dinheiro.

A jovem, que geralmente estava sempre mexendo no celular e respondia os comentários da avó com um sorriso, naquele momento passou a prestar atenção na conversa que acontecia na sala de estar:

— Mãe, a senhora tem razão, não é à toa que é super popular falar que político só aparece de 4 em 4 anos. O que eles fazem durante esse período? Acho que nada. Ou melhor, até sei: roubam. Passam muito tempo sem fazer nada e quando fazem alguma coisa pode ter certeza de que ele está roubando de alguma forma. Passam 4 anos longe, roubando nosso dinheiro e quando chega em período eleitoral aparecem pedindo nosso voto, disse a tia já exaltada.

Naquela ocasião, o prefeito estava organizando uma reunião para apresentar um candidato a deputado à população. A tia, inquieta, continuou a falar sobre o momento que se aproximava:

¹ O conto aqui narrado em primeira pessoa é fruto de uma compilação de frases ouvidas, cenas vistas e situações vividas ao longo do trabalho de campo. Não é reflexo de uma campanha eleitoral, de um candidato, de localidades ou líderes políticos específicos. Trata-se de uma situação hipotética mas de notável verossimilhança com a realidade.

— Não sei nem quem é, parece que é pra um deputado aí que eu nunca ouvi falar, nem nunca vi na TV. Se o prefeito, que é da nossa terra, passa não sei quanto tempo sem vir por aqui, quem dirá esse aí que nem sabe que a gente existe.

Chegado o momento, a menina ficou em casa com a avó, assistindo novela enquanto algumas pessoas da rua, inclusive a tia, andavam em direção ao local marcado para o encontro. Não demorou muito, mais ou menos duas horas depois as pessoas estavam retornando às casas ao mesmo tempo que comentavam em voz alta:

— Até que não foi ruim. Dos males o pior. Esse prefeito é bom, vem de família boa. Passa muito tempo sem vir aqui, mas é como todo político, pelo menos esse rouba, mas faz.

— Eu disse tudo que a comunidade está precisando. A escola está horrível. No posto nunca tem médico. Ele disse que ia ajeitar, mas que pra ajudar a gente nós também tínhamos que ajudá-lo.

— Eu sinceramente nunca ouvi falar o nome desse deputado que está aqui neste santinho, mas acho que já vi na televisão, nos jornais. Esse aqui já tá eleito, não depende da gente não, mas é como o prefeito disse: se for pra jogar o voto fora, melhor dar pra alguém que pode ajudar a gente.

Naquele momento, a adolescente incomodada com o barulho fechou a janela pra evitar ouvir o ruído que vinha da rua. Deitou-se com a cabeça no colo da avó e enquanto recebia um cafuné torcia veementemente para que o período eleitoral passasse e tudo voltasse à normalidade: sem gritos, sem candidatos estranhos e sem política.

O conto anterior, apesar de breve, é fruto de uma compilação de frases ouvidas e situações vividas durante o trabalho de campo. Usei-o como recurso de escrita para adentrar na seguinte discussão: o político profissional, sobretudo aquele que já desfruta de vários mandatos, tem sua imagem perpassada por uma pluralidade de ideários que atribuem à sua figura um poder que está além da escolha do povo.

Era comum ouvir por parte de alguns interlocutores que com ou sem a ajuda destes, o deputado manteria seu posto. Diante das sucessivas reeleições e da manutenção de uma classe política estabelecida — no cenário municipal, estadual e federal — os indivíduos internalizam um sentimento de “impotência”, esquecendo que são responsáveis por eleger os representantes.

Era e ainda é senso comum, a noção de que políticos não trabalham, que “só aparecem de quatro em quatro anos”; esta pesquisa busca desmontar essa noção demonstrando que, pelo contrário, os deputados muitas vezes assumem tarefas para além de suas atribuições, tendo que estar presentes durante todo o mandato para conseguir manter a base eleitoral que o elegeu. De fato, para os indivíduos que não possuem o conhecimento técnico necessário, é muito complicado associar o intermédio de determinados benefícios à figura de alguém que por muitas vezes só viu na urna, na hora de votar, no entanto estes são beneficiados diretamente pelas emendas parlamentares destinadas pelos políticos eleitos no município.

O sentimento de abandono, observado nas reclamações das poucas visitas dos agentes políticos à comunidade, é menos pelo não cumprimento das atribuições formais dos representantes e mais pela necessidade de uma relação clientelista e paternalista. Por estarem constantemente se confrontando com isso nós municípios em que residem, acreditam que é dever dos parlamentares estar presente fisicamente no município providenciando benefícios de cunho privados aos moradores. O conto anterior é um tipo ideal e aparece como um recurso que representa — talvez uma forma exacerbada — como as candidaturas do legislativo federal são percebidas pela população.

Ainda sobre tal percepção acerca da classe política, como foi colocado no conto, é comum ouvir indivíduos associando o trabalho parlamentar à roubo do dinheiro público. Pelo menos desde 2014 ocorrem manifestações a favor do fechamento do Congresso Nacional por todo país. Tais atos, que contaram com o apoio e presença do atual presidente da república, Jair Bolsonaro (Sem Partido), se alicerçaram na narrativa de que a Câmara dos Deputados e o Senado estão impregnados com a “velha política”. A “velha política”, bradada pelos manifestantes se refere àqueles (sujeitos e grupos políticos) que ocupam cargos eletivos e posições de poder há muitos anos no Congresso Nacional; a “velha política” é representada pela classe política instituída.

Esse acontecimento e o conto apresentado dialogam com a pesquisa a ser explanada nas páginas posteriores; nela, busco compreender como são eleitos àqueles que ocupam as cadeiras do Congresso Nacional por diversos mandatos, especificamente na Câmara dos Deputados. Ao tempo em que os deputados federais são alvejados com críticas e ameaças em diversos estados do país, a sociologia política aparece como recurso para compreender como são construídas estas

(re)eleições, como é viabilizado a permanência de determinados sujeitos (ainda que através de familiares) no poder por anos mesmo com o repúdio de alguns setores da população.

Os deputados federais não possuem o “controle” total sobre os resultados eleitorais, isso porque as eleições não dependem única e exclusivamente dos parlamentares; ainda que tais sujeitos possuam capitais que possam ser acionados, como o econômico, não é possível obter uma campanha eleitoral exitosa de forma isolada, sem contar com uma rede de apoio. Objetivando articulações que possam beneficiá-lo, o candidato tende a acionar determinados vínculos para conseguir manter e obter capitais políticos e sociais que garantam sua eleição. Assim, esse estudo busca elucidar o trabalho de construção e manutenção de uma base eleitoral que tem sido capaz de garantir vitórias em determinados pleitos.

As (re)eleições do legislativo federal são muito mais complexas do que me pareceu à primeira vista, por diversos momentos foi necessário observar o processo como um todo, tal qual um papel impresso em cima de uma mesa, para que pudesse compreender todos os fatores que as compõem. Como é observável no fluxograma localizado na página posterior, os resultados eleitorais do legislativo federal são fruto de um ciclo complexo, que possuem variações, mas que de forma ideal² podem ser assimiladas como o que foi expresso na ilustração.

Arrisco apontar, ainda, que de todo conteúdo apresentado na imagem posterior, o agenciamento de voto, por parte dos líderes políticos, é um dos pontos mais importantes para se chegar aos objetivos traçados pelos candidatos. Afinal,

uma campanha precisa de infraestrutura, de pessoas que pensam, concebem e planejam as estratégias e metas que buscarão ser alcançadas durante o período eleitoral. Essas tarefas serão realizadas por pessoas recrutadas, a fim de dar maior visibilidade às campanhas. (GONÇALVES, 2012, p. 48)

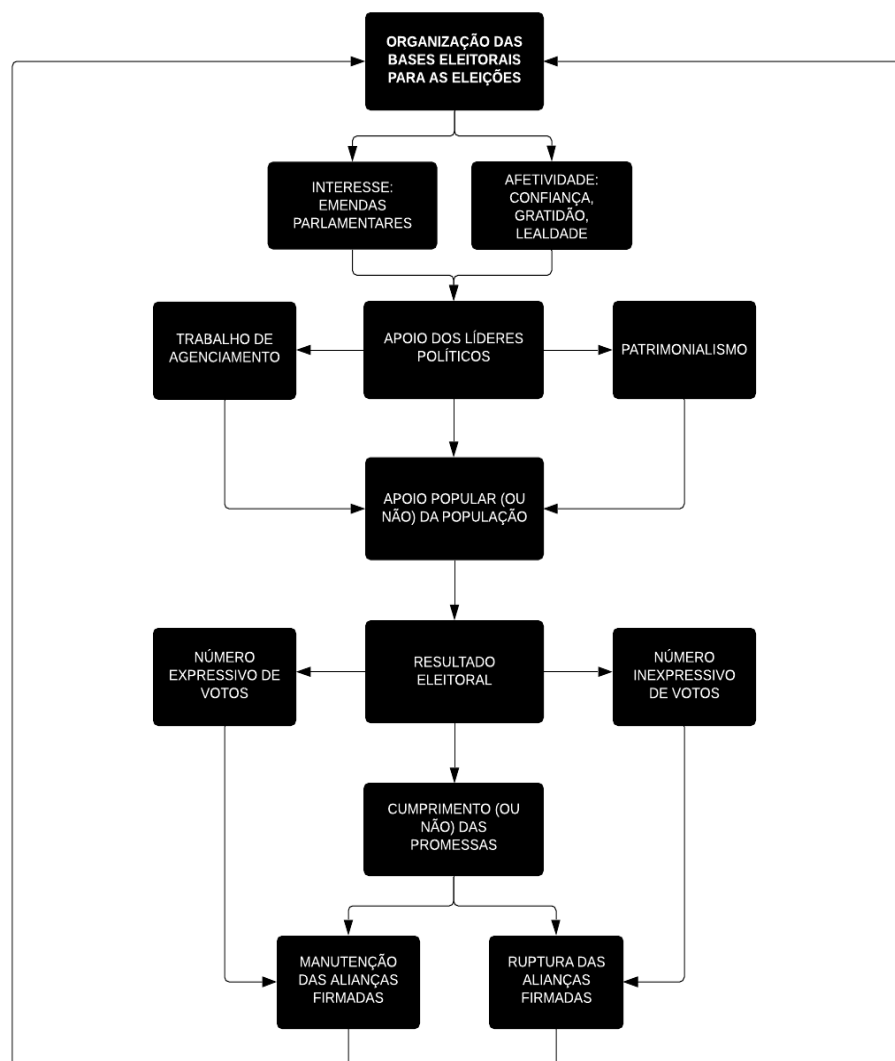
Na citação anterior, a autora discorre sobre o agenciamento de voto nos pleitos municipais. No caso do legislativo federal, os líderes políticos desempenham uma outra forma de agenciamento de voto, com características semelhantes (desfrute de

² Um conceito ideal é normalmente uma simplificação e generalização da realidade. Partindo desse modelo, é possível analisar diversos fatos reais como desvios do ideal: Tais construções (...) permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas (WEBER, apud QUINTANEIRO; BARBOSA, 2002, p. 113)

benefícios pessoais), ao mesmo tempo em que possui dessemelhanças, sobretudo no que diz respeito a forma com que a angariação dos votos é realizada.

Para se conseguir os votos necessários, o candidato, que no geral não possui vínculos com os seus potenciais eleitores, precisa ter uma credibilidade; e, no caso da campanhas eleitorais do legislativo federal, o postulante conta com o apoio de terceiros que possam construir isto para ele, retribuindo tal “favor” através de diversas dádivas, dentre elas o apoio na gestão municipal sobretudo com a destinação de verbas. Tal relação não se esgota com a eleição, ela se retroalimenta, constituindo um ciclo que pode ser verificado no fluxograma a seguir.

Figura 1 – O ciclo que garante as eleições do Legislativo Federal



FONTE: fluxograma elaborado pela autora.

Contextualizando o cenário político da pesquisa, ainda que exista um avanço com relação ao combate de práticas nocivas às instituições democráticas (clientelismo, coerção política, patrimonialismo, etc) é necessário reiterar que todo o processo sobre o qual este estudo se debruça é permeado por possíveis ilegalidades; não à toa, diferentes interlocutores da pesquisa, dentre eles os principais deputados acompanhados, são ou foram em algum momento de sua trajetória política alvos de investigações ou sentenças judiciais. No entanto, prendo-me exclusivamente à tentativa de elucidar os principais fatores que culminam nas eleições do legislativo federal.

Longe de constituir uma trajetória linear não só pelas questões jurídicas mencionadas no parágrafo anterior, mas também pelas mudanças de conjunturas que são inerentes ao campo político, é necessária uma constante organização das bases eleitorais para que a cada 4 anos seja possível obter a reeleição. Avelino; Biderman; Barone (2012), no estudo *Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil*, buscaram vislumbrar quais as relações entre a eleição de determinados prefeitos com os resultados eleitorais das votações proporcionais. Em suma, evidenciam que os chefes do executivo municipal funcionam como uma espécie de cabo eleitoral relevante para as eleições de deputados federais do mesmo partido.

Tendo em vista a existência de relações muito frágeis entre os candidatos do legislativo federal e a população, tais cabos eleitorais fazem um trabalho assíduo diante da comunidade para transferir seus votos não só para deputados federais que compartilham de uma mesma legenda partidária, uma vez que a possibilidade de aliança está aberta a quem demonstrar um interesse mútuo de compartilhar os deveres e as dádivas presentes nessas alianças.

Para conseguir o voto, o líder político além de reafirmar sua credibilidade diante dos eleitores, precisa também construir a credibilidade do deputado. A rede de apoio não se encerra na figura das lideranças políticas municipais, se entendem também dentro das próprias comunidades do município, entre os apoiadores da base ou oposição municipal e sobretudo entre os líderes comunitários que atuam também como cabos eleitorais.

Tais relações são caracterizadas por trocas, não apenas materiais. Se algum dos elos quebrar ou fracassar na tarefa assumida, seja o candidato através do não cumprimento das promessas no decorrer do mandato, ou os líderes através da angariação de um número inexpressivo de votos nas campanhas, certa credibilidade

é perdida ou abalada, portanto é necessária também o desenvolvimento de uma relação de confiança para não tornar tais vínculos frágeis ao ponto de se romperem no primeiro lapso.

Diante disso, *o que explica que um deputado obtenha centenas de milhares de votos em municípios do interior ainda que estes desempenhem 4 anos de mandato fora do estado?* Acredito que a resposta se aproxime da equação que culmina na organização das bases eleitorais, que envolve afetividades— tal como confiança e lealdade—, capacidade de transferência de voto e também retribuição. As laudas posteriores terão a tarefa de esmiuçar os processos apresentados no fluxograma.

1.1 O percurso metodológico

O ponto de partida dessa pesquisa, se for possível delimitá-lo, encontra-se em um trabalho que realizei sobre o agenciamento remunerado de voto enquanto estratégia de campanhas eleitorais do legislativo municipal, em 2016³. Nessa oportunidade, observei e trabalhei a categoria *mercado de apoio* — explorada por Mattos (2012) e Lopes (2005). Tal termo implica no suporte que líderes comunitários conferem a candidatos e as consequências disso: a adesão de toda, ou grande parte, de uma base eleitoral à candidatura apoiada, expressando que o auxílio das lideranças a determinados candidatos *"garante sua presença nas áreas de trabalho sem precisar manter uma dependência mútua com este eleitorado."* (LOPES:2005, p. 215) Resumidamente, esse *mercado de apoio* consiste no "aluguel"⁴ de bases eleitorais por parte das lideranças comunitárias aos candidatos e me chamou muita atenção fazendo com que eu me propusesse a pensar como essas relações entre os líderes comunitários ocorrem com candidatos de outras instâncias, para além da municipal.

Tendo em vista a impossibilidade⁵ de realizar uma pesquisa que abrangesse todas as esferas das eleições, propus-me a compreender esse processo a partir do âmbito legislativo federal. Em 2018, no Ceará, 265 pessoas se candidataram aos

³ O trabalho monográfico de MARTINS (2017) foi fruto de uma pesquisa realizada em alguns bairros de Fortaleza, em 2016.

⁴ O termo "aluguel" se refere a um acordo temporário firmado entre lideranças políticas e candidatos do legislativo municipal.

⁵ A pesquisa, análise de dados e escrita teve de ser realizada em 24 meses, tempo padrão do curso de mestrado.

cargos de deputados federais, tendo 22 delas conseguido ocupar as cadeiras do Congresso⁶ nos quatro anos posteriores. Diante do considerável número de candidatos, surgiu uma necessidade de se realizar alguns recortes, sobretudo a respeito das candidaturas a serem acompanhadas no decorrer do trabalho de campo. Haja vista que a gênese do projeto que culminou nesta pesquisa despontou por meados de 2017, tomei como base alguns dados referentes à última eleição do legislativo federal até então, ocorrida em 2014.

A princípio, a partir de informações disponibilizadas pelos sites⁷ do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, mapeei os votos, por município, dos dez candidatos mais votados nas eleições progressas à 2018, sendo estes: Moroni (DEM), Genecias Noronha (Solidariedade), José Guimarães (PT), Domingos Neto (PROS)⁸, Danilo Forte (PSDB), Aníbal Gomes (DEM), Moses Rodrigues (PPS)⁹, Luizianne Lins (PT), Gorete Pereira (PR) e André Figueiredo (PDT). A ideia preliminar consistia em escolher algumas dessas candidaturas¹⁰ para acompanhar e então observar as relações desenvolvidas entre as tais e lideranças comunitárias oriundas de municípios cearenses, tudo isso dentro de um recorte temporal que englobaria o período eleitoral próximo, em 2018. Diante dos planos apresentados, um dado inesperado surgiu: a votação expressiva desses deputados em todo o estado.

⁶ Os deputados federais eleitos pelo Ceará em 2018 foram: Capitão Wagner (Pros) - 303.593 votos; Célio Studart (PV) - 208.854 votos; Luizianne (PT) - 173.777 votos; José Guimarães (PT) - 173.039 votos; Idilvan (PDT) - 154.338 votos; Mauro Filho (PDT) - 157.510 votos; AJ Albuquerque (PP) - 132.319 votos; Robério Monteiro (PDT) - 131.275 votos; Moses Rodrigues (MDB) - 128.526 votos; Pedro Bezerra (PTB) - 119.030 votos; Genecias Noronha (Solidariedade) - 113.515 votos; Domingos Neto (PSD) - 111.154 votos; Denis Bezerra (PSB) - 111.154 votos; André Figueiredo (PDT) - 103.385 votos; Roberto Pessoa (PSDB) - 102.470 votos; Leônidas Cristino (PDT) - 102.417 votos; Heitor Freire (PSL) - 97.201 votos; Eduardo Bismarck (PDT) - 87.009 votos; José Airton (PT) - 87.009 votos; Júnior Mano (Patriotas) - 67.917 votos; Dr. Jaziel (PR) - 67.917 votos; Vaidon Oliveira (Pros) - 30.392 votos.

⁷ Site do TRE, disponível em: <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?ceara>> Acesso em 26 de maio de 2019. Site do TSE, disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>> Acesso em 26 de maio de 2019.

⁸ Na referida eleição o deputado Domingos Neto integrava o partido político PROS. Em 2015 passou a integrar o PMB e atualmente é integrante do PSD.

⁹ Na referida eleição o deputado Moses Rodrigues integrava o partido político PPS. Desde 2016 integra o MDB.

¹⁰ Por volta de março de 2018, a maioria dos deputados já haviam lançado suas pré-candidaturas, portanto foi viável iniciar o processo de escolha dos postulantes que seriam acompanhados.

Tabela 1 – Os dez deputados federais mais votados em 2014 no Ceará

CANDIDATO	NÚMERO TOTAL DE VOTOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE FOI VOTADO
André Figueiredo (PDT)	125.360	183 municípios
Aníbal Gomes (DEM)	173.736	176 municípios
Danilo Forte (PSB)	180.157	182 municípios
Domingos Neto (PSD)	185.226	183 municípios
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE)	221.567	184 municípios
Gorete Pereira (PR)	130.983	183 municípios
José Guimarães (PT)	209.032	184 municípios
Luizianne Lins (PT)	130.717	184 municípios
Moroni Torgan (DEM)	277.774	183 municípios
Moses Rodrigues (MDB)	147.044	179 municípios

FONTE: Tabela elaborada pela autora e criada a partir dos dados disponibilizados pelo site do Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/CEARA/RESULTADOS/1T/CEARA-RES-RESULTADO_GERAL.HTML> Acesso em 06 de novembro de 2018.

A partir da análise das informações exibidas na tabela anterior, é possível constatar que três dos dez deputados mais votados em 2014 obtiveram votos em todos os 184 municípios do Ceará, enquanto o resto obteve voto em pelo menos 176, o equivalente a 95,65% das cidades do estado. A partir daí, uma questão de força maior se fez presente e modificou os rumos da pesquisa pretendida: *como um deputado que desempenha o mandato de 4 anos em Brasília, longe de sua base eleitoral, consegue obter votos em uma maioria expressiva dos municípios do Ceará?*¹¹ Até então, o pressuposto utilizado para elucidar essa indagação contava com um aporte teórico baseado na discussão realizada por Mattos (2012) e Lopes (2005); presumi que tais parlamentares recebiam votos em quase todos os municípios do estado por contar com uma rede de lideranças comunitárias capazes de engajar sua base eleitoral na campanha de determinados candidatos.

Para elucidar melhor a problemática a ser aprofundada, escolhi dois municípios em que eu possuía acessos junto às figuras políticas locais e onde seria viável realizar

¹¹ Posteriormente foi elucidado que em muitas dessas cidades essas votações foram feitas de forma espontânea. Em algumas delas, os deputados receberam apenas 1 voto. Portanto, a base eleitoral real das candidaturas aqui analisadas é composta por um número menor de municípios.

um trabalho de campo presencial no decorrer dos 52 dias oficiais de campanhas eleitorais. As cidades escolhidas foram Trairi¹² e Jaguaruana¹³, as quais acompanhei de forma mais intensa, através de idas constantes à campo que possibilitaram não só frutíferas observações como também a realização de profícuas entrevistas com lideranças políticas locais¹⁴. O número reduzido de municípios incorporados à pesquisa ocorreu pela priorização da realização de um trabalho aprofundado acerca das localidades elegidas, uma vez que não só as histórias políticas das cidades foram investigadas, como também a trajetória de suas principais lideranças.

Apesar de não mencionar antes, atento o leitor para o uso de um recurso metodológico importante, que pouco é citado no decorrer do texto mas me ajudou a “relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas” (WEBER, 2009, p. 158-159): o diário de campo, o qual esteve ao meu lado no decorrer de todo percurso, sendo utilizado para as anotações de insights, problematizações, revelações e inseguranças que bateram à minha porta durante o tempo que me propus a analisar o objeto aqui tratado.

Junto a isso, procedi com o exercício diário de acompanhamento das atividades desempenhadas não só pelos deputados federais incorporados à pesquisa, mas também das lideranças locais identificadas e agregadas ao trabalho. No total, nos dois municípios relatados eram acompanhadas as atividades de 8 líderes políticos, diariamente, através das redes sociais ou presencialmente quando a data coincidia com minha ida à campo. No decorrer do exercício das atividades de pesquisa, devido a viabilidade também realizei trabalho de observação a partir das redes sociais dos líderes políticos locais em outros municípios como Potengi¹⁵ e Jijoca de Jericoacoara¹⁶. O ponto chave das observações era a publicização constante de algumas atividades de campanha desempenhadas por sujeitos nas redes sociais e que contribuíram para à constituição de um acervo de dados — constituído por vídeos, fotos e áudios — incorporado ao trabalho.

¹² Trairi é um município cearense localizado a 126km de Fortaleza. Na eleição de 2018 possuía 40.362 eleitores aptos.

¹³ Jaguaruana é um município cearense localizado a 185km de Fortaleza. Na eleição de 2018 possuía 26.230 eleitores aptos.

¹⁴ BEAUD e WEBER (2007) discorrem sobre a importância da observação e da realização de entrevistas no que concerne ao enriquecimento da pesquisa de campo.

¹⁵ Potengi é um município cearense localizado a 513km de Fortaleza. Na eleição de 2018 possuía 7.451 eleitores aptos.

¹⁶ Jijoca de Jericoacoara é um município cearense localizado a 279km de Fortaleza. Na eleição de 2018 possuía 13.404 eleitores aptos.

Em Trairi e Jijoca de Jericoacoara, os prefeitos Marcos Prado (PSDB) e Lindbergh Martins (PSD), este último à época filiado ao partido SOLIDARIEDADE, apoiaram o candidato Genecias Noronha, juntamente com a maioria dos vereadores dessas localidades. Em Jaguaruana, a ex-prefeita Ana Teresa foi a responsável pela campanha do deputado federal José Guimarães no município, contando com o apoio de vereadores da atual oposição municipal, sobretudo de Afraudizio Soares (PC do B). A prefeita de Potengi, Alizandra Gomes, também apoiou o deputado José Guimarães. Ao observar os apoios prestados por algumas das principais lideranças dos locais escolhidos para a realização do trabalho de campo, resolvi acolher as candidaturas de Genecias Noronha e José Guimarães para serem as principais acompanhadas e analisadas nesta pesquisa.

Reiterando, assim como foi colocado no tocante ao recorte territorial, o número restrito de candidaturas a serem acompanhadas é decorrente da pretensão de se realizar um trabalho de campo aprofundado. Tendo em vista que mais de 8 lideranças locais eram acompanhadas diariamente, assim como os parlamentares federais escolhidos — que em alguns dias visitavam até 3 municípios distintos — após minuciosamente analisar, optei por descartar a soma de outras candidaturas à pesquisa. Ainda assim, outros candidatos são citados ao longo do trabalho, desempenhando um papel secundário, uma vez que não tiveram suas práticas analisadas de forma tão acurada quanto as destacadas e qualificadas como prioritárias.

Apesar de limitar a pesquisa no que diz respeito a sua expansão, acredito que em um primeiro momento, sobretudo em razão do curto tempo para colheita e análise de dados produzidos no período oficial das campanhas eleitorais, as delimitações contribuíram para uma proveitosa coleta de dados. Sem dúvidas a incorporação de outros municípios e candidaturas agregariam e enriqueceriam ainda mais este trabalho, no entanto tendo em vista a complexidade dos recursos metodológicos utilizados visando o aprofundamento realizado em campo, a análise de dados não seria possível em tempo hábil, ou pelo menos não tão profícua, devido a imensa quantidade e densidade de informações obtidas.

Dessa forma, diante da alternativa trilhada, antes mesmo do período oficial destinado às campanhas eleitorais se iniciar no dia 16 de agosto de 2018, procurei conhecer melhor quem eram as lideranças responsáveis por tais candidaturas nos municípios. Esse primeiro momento ocorreu principalmente através das redes sociais,

onde pode encontrar rastros que remetiam aos vínculos estabelecidos entre líderes políticos e deputados federais publicitados através de publicações no Facebook¹⁷ e Instagram¹⁸.

Figura 2 – Print: publicação no Instagram do deputado Genecias Noronha referente ao encontro com o prefeito e vereadores de Trairi



FONTE: Imagem retirada da rede social Instagram, especificamente do perfil do deputado federal Genecias Noronha. Disponível em: <<https://www.instagram.com/geneciasnoronha/>> Acesso em 11 de junho de 2019.

Em semelhança à imagem anterior, as redes sociais de diversos deputados continuam registros de encontros similares com lideranças políticas de diversos municípios do Ceará. A partir disso, pode mapear e ter uma noção inicial de quais alianças poderiam ser estudadas e incorporadas à pesquisa. Através do monitoramento das redes sociais de algumas lideranças locais, os supostos apoios me foram confirmados mediante o constante engajamento na realização de publicações em prol da eleição dos candidatos auxiliados¹⁹. Contudo, também a partir desse momento, dei-me conta que o esquema não era por completo similar ao *mercado de apoio* mencionado anteriormente:

A forma como ocorre atualmente a relação entre o político e as lideranças comunitárias é uma ausência completa de compromisso com estas. Elas são

¹⁷ Facebook é uma rede social criada em 2004. Atualmente disponibiliza vários recursos de interação, dentre eles o compartilhamento de textos, vídeos, fotos, áudios e links.

¹⁸ Instagram é uma rede social criada em 2010. Atualmente disponibiliza vários recursos de interação, dentre eles o compartilhamento de textos, vídeos, fotos, áudios e links.

¹⁹ Como será visto no capítulo “As campanhas eleitorais do legislativo federal”, as redes sociais tiveram um papel imprescindível nas campanhas eleitorais de 2018.

simplesmente contratadas, o trabalho e sua liderança numa comunidade são alugadas temporariamente na época da política em prol daquele candidato. Passando o tempo da política, não há nenhum tipo de vínculo com o político para quem ela trabalhou. Há um contrato de trabalho, um aluguel temporário da condição de liderança para se dispor a agir em função do interesse do político, mas não se está envolvendo nenhuma expectativa de laços de futura ajuda, caso seja eleito. (LOPES, 2005, p.237)

Diferentemente do que foi descrito por Lopes (2005), desde o princípio me foi perceptível que os deputados federais não alugavam as bases eleitorais, pelo menos não apenas durante o período eleitoral, e na maioria das vezes sequer tinham contato direto com as lideranças comunitárias municipais. Os vínculos existentes eram estabelecidos majoritariamente entre os parlamentares federais e os prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e ex-vereadores dos municípios — a quem no decorrer do trabalho chamo de lideranças políticas — e se estendiam durante os 4 anos de mandato, firmando um relacionamento mais complexo que os encontrados nas comunidades de Fortaleza.

No decorrer do texto, intitulo como “lideranças comunitárias” aqueles indivíduos detentores de relevante *capital social e político* dentro de suas comunidades, resultantes do exercício de mediação realizado entre os moradores e o poder público local — prefeitura e câmara municipal — (LOPES:2005); estas possuem uma atuação restrita as comunidades onde atuam, enquanto a liderança política possui *capita*²⁰ acumulado em quase toda totalidade do município. Por esse motivo, é compreensível que os deputados estabeleçam vínculos com os líderes políticos e terceirizam a estes o papel de trazer as lideranças comunitárias para as campanhas. Esse foi um dado essencial encontrado no campo.

Uma das primeiras questões a se clarificar durante a execução da pesquisa — iniciada de forma empírica por volta de maio de 2018 e sucedida até os dias atuais — é que os deputados federais gozam de votações expressivas, mesmo desempenhando 4 anos de mandato em Brasília, que fica em torno de 6 mil quilômetros de Fortaleza, não por contarem diretamente com uma rede de lideranças comunitárias, mas por terem à disposição redes de lideranças políticas espalhadas em todo o estado. Isso pode ser observado através das redes sociais dos deputados, que constantemente divulgam reuniões e encontros com lideranças políticas

²⁰ Tal conceito é trabalhado principalmente pelo teórico Pierre Bourdieu e será desenvolvido no decorrer dos próximos capítulos.

municipais não só durante o período oficial das campanhas²¹. Salvo exceções, como foi o caso do deputado eleito Célio Studart²², que alicerçou seu capital social e político sobretudo através das redes sociais, dispor dessas redes de lideranças aparentemente é a regra na disputa do legislativo federal²³.

Após a guinada oriunda dos dados preliminares encontrados no decorrer da execução do trabalho de campo, a questão principal da pesquisa se modificou, o maior desafio passou a ser tentar compreender como as lideranças políticas conseguiam obter êxito ao articular campanhas eleitorais que não eram suas: *quais variáveis eram responsáveis pela mobilização de um número expressivo de votos em um mesmo município?* Buscando entender a nova problemática, algumas entrevistas foram realizadas com lideranças políticas de Trairi e Jaguaruana, sendo esse um recurso imprescindível para sanar as dúvidas mais pontuais e estabelecer vínculos importantes para a pesquisa. A partir delas, a porta para a observação em campo se abriu.

Participei de alguns atos, como passeatas e reuniões, onde pude compreender parte do trabalho exercido pelos líderes durante as campanhas eleitorais. As redes sociais auxiliaram demasiadamente o processo de inserção no campo de estudo, pois, a partir delas, além de estabelecer os primeiros contatos com os líderes políticos, que preferiam se comunicar via Whatsapp²⁴, pude acompanhar em tempo real diversos atos de campanhas eleitorais em outras localidades, como foi o caso de Jijoca de Jericoacoara e Potengi, ainda que não eu estivesse presente. Os stories²⁵ do Instagram, serviram como uma ferramenta de cobertura não só dos atos mais animados como as passeatas e comícios, mas também para relatar a campanha do dia-a-dia que era realizada nos municípios, através das visitas domiciliares e

²¹ Ver em ANEXO A e B.

²² Célio Studart (PV) foi eleito deputado federal pelo estado do Ceará em 2018, obtendo a segunda maior votação no pleito com 208.854 votos.

²³ Geralmente, deputados com votações expressivas e concentradas na região metropolitana de Fortaleza alicerçam seus capitais sociais e políticos através de outros fatores. Por exemplo: em 2014, 68,97% da votação do então deputado federal Moroni Torgan (DEM) foi oriunda de Fortaleza. Semelhante a isso, 74,69% dos votos obtidos pela deputada Luizianne Lins (PT) no mesmo ano foi proveniente da capital cearense.

²⁴ Whatsapp é uma rede social que tem como principal objetivo a troca de mensagens instantâneas, seja por meio da escrita, fotos, vídeos, áudios e outros recursos disponíveis aos usuários.

²⁵ O termo *stories*, traduzido para o português significa histórias. Trata-se de uma ferramenta da rede social Instagram e consiste no compartilhamento de vídeos curtos e fotos que são excluídos automaticamente após 24h a contar do horário da publicação.

divulgações em massa dos materiais de campanha, através das redes sociais ou presencialmente.

Porque hoje o grande nível de difusão tecnológico... o grande diferencial da política hoje tá aqui ó [no celular]. O grande diferencial da política tá aqui na minha mão. O Facebook e o WhatsApp. Então isso aqui, o WhatsApp é a maior forma de chegar próximo as pessoas. O Facebook interage com mais pessoas, mais rápido, divulgo todas as reuniões no Facebook. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Robson Nogueira em setembro de 2018)

No decorrer da realização das entrevistas e não só durante a destacada com o vereador Robson Nogueira (PHS), os líderes políticos enfatizaram por diversas vezes o papel das redes sociais nas campanhas realizadas dentro do município. Mesmo sem que eu pedisse, o parlamentar citado me enviou fotografias da reunião que havia acontecido na noite anterior na localidade de Mundaú por meio do Whatsapp. No mesmo mês, ao entrevistar o vereador de Jaguaruana Afraudizio Soares (PT), o mesmo me perguntou se eu gostaria que ele enviasse os jingles que estavam sendo tocados nos atos de campanha realizados no município. Nesses dois principais momentos, percebi o quão proveitosa poderia ser a colheita de dados caso eu intensificasse o uso das redes sociais; a partir disso, criei um acervo de dados das candidaturas acompanhadas — mas também de outras que pudessem somar à pesquisa²⁶— que contém centenas de imagens de atos, registradas por mim e por terceiros, assim como vídeos, arquivos de áudio e prints²⁷ das publicações feitas pelos candidatos e pelas lideranças locais que os apoiavam.

Dessa forma, com o passar do primeiro turno das eleições o principal esforço foi organizar e analisar os dados obtidos a partir das entrevistas, das observações em campo e das informações coletadas nas redes sociais. No entanto, ainda não satisfeita com o que havia sido incorporado a pesquisa, busquei descobrir quais dos dez deputados mais bem votados nas eleições de 2014 haviam conseguido a reeleição, e acabei identificando que 6 conseguiram esse feito: José Guimarães (PT), Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE), Luizianne Lins (PT), André Figueiredo (PDT), Moses Rodrigues (MDB) e Domingos Neto (PSD). Esse fato acerca da não reeleição de Gorete Pereira (PR), Anibal Gomes (DEM) e Danilo Forte (PSDB) acarretou uma série

²⁶ Acompanhei a candidatura de Domingos Neto (PSD), Célio Studart (PV), Danilo Forte (PSB), André Figueiredo (PDT), Pastor Jaziel (PL), Gorete Pereira (PR), Aníbal Gomes (DEM) e outras.

²⁷ Print é o registro da tela de computadores, celulares, tablets e similares; estes se assemelham a fotografias.

de questionamentos que se somaram à investigação realizada, afinal, *como três²⁸ deputados, que na eleição anterior (2014) ficaram entre os 10 mais bem votados do estado, em 2018 sequer se reelegeram? Ou melhor, quais fatores podem explicar não só as votações expressivas do legislativo federal, mas também a ausência destas?*

A pesquisa de Goldman; Silva (1996), que culminou no artigo “*Como se perde uma eleição?*” atenta para uma pluralidade de causas que podem culminar numa não-reeleição política. Considerando que as eleições do legislativo federal são frutos de alianças estabelecidas entre deputados e líderes políticos municipais, é possível inferir que determinadas reeleições não obtiveram êxito em 2018, também, em decorrência de um enfraquecimento das bases eleitorais que constituíam, juntas, um significativo número de votos. Essas não-reeleições podem resultar de um menor poder de transferência de votos por parte das lideranças, não cumprimento de promessas, rupturas entre os sujeitos das relações; em suma, podem ser explicadas através de inúmeras variáveis, após uma investigação acurada que privilegie a averiguação de *como as alianças entre os candidatos e os líderes políticos — que constituem as bases eleitorais — são formadas, mantidas e/ou rompidas antes, durante e depois das eleições.*

Sobretudo no decorrer das entrevistas, a explicação comum que todas as lideranças apresentaram para justificar a formação de alianças com deputados federais, consistia na *necessidade* de o município ter um representante junto ao Governo Federal para assim auxiliar a captação de emendas parlamentares. A priori, a essência das relações firmadas entre os sujeitos da pesquisa me pareceu simples: as lideranças políticas municipais apoiam as candidaturas do legislativo federal em troca de emendas legislativas aprovadas para os municípios. Para elucidar essa hipótese, a partir do site da Câmara dos Deputados²⁹ busquei cruzar as emendas destinadas pelos deputados José Guimarães e Genecias Noronha em seus últimos mandatos (2015-2018) com os votos recebidos em 2018, no intuito de descobrir a existência de algum vínculo.

²⁸ Moroni Torgan, o deputado federal do Ceará mais bem votado em 2014, não concorreu a eleição de 2018 por estar ocupando o cargo de vice-prefeito de Fortaleza. No entanto, seu filho Mosiah Torgan (PDT), se candidatou com o nome Mosiah do Moroni, mas não conseguiu eleição após obter 53.420 votos, o equivalente a 19,23% do total de votos obtidos por seu pai (277.774 votos) no pleito anterior.

²⁹Dados elaborados a partir do site da Câmara dos deputados. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

Tabela 2 – Cruzamento de dados: número de emendas parlamentares aprovadas pelo deputado José Guimarães nos últimos 4 anos x número de votos obtidos pelo deputado José Guimarães nos municípios beneficiados

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2015-2016	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2017-2018	NÚMERO DE VOTOS NAS ELEIÇÕES 2018	PORCENTAGEM DE VOTOS DO MUNICÍPIO
ARARENDÁ	2	2	2.795	47,84%
ABAIARA	-	2	1.862	38,49%
ACOPIARA	-	2	434	1,67%
ALTANEIRA	-	2	1.720	40,18%
ARACATI	-	1	435	1,09%
ASSARÉ	2	-	595	5,07%
BANABUIÚ	-	1	448	4,14%
BARBALHA	-	1	5.462	17,20%
BATURITÉ	-	1	453	2,45%
BARREIRA	-	2	1.735	13,33%
CRATO	2	4	6.765	10,87%
CAUCAIA	-	1	897	0,57%
CARIRIAÇU	-	2	3.580	22,04%
CANINDÉ	1	-	4.922	12,21%
CARNAUBAL	1	-	109	1,26%
CRATEÚS	2	-	1.540	3,87%
CHORO	1	-	83	1,85%
CRUZ	1	-	2.098	15,75%
FORQUILHA	1	2	2.738	20,88%
FORTALEZA	2	4	6.878	0,55%
FORTIM	3	1	23	0,23%
GRAÇA	1	-	27	0,33%
GUAIÚBA	1	1	1.021	7,13%
IPAPORANGA	3	2	2.338	37,47%
IGUATU	-	3	4.459	9,13%
ICAPUÍ	1	-	752	6,12%
ITAPIOCA	1	-	13.056	19,69%
JUAZEIRO DO NORTE	-	1	5.672	4,69%
JAGUARUANA	1	-	3.707	20,06%
JATI	2	-	130	2,79%
JARDIM	3	-	1.639	12,10%
MILAGRES	-	2	3.753	24,39%
MONSENHOR TABOSA	-	1	769	7,61%

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2015-2016	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2017-2018	NÚMERO DE VOTOS NAS ELEIÇÕES 2018	PORCENTAGEM DE VOTOS DO MUNICÍPIO
MAURITI	2	-	6.553	27,78%
MASSAPÊ	1	-	1.161	5,75%
MORADA NOVA	-	2	3.841	10,25%
MISSÃO VELHA	2	2	3.778	19,54%
NOVA OLINDA	2	-	632	7,19%
OCARA	1	-	645	3,74%
PALHANO	-	3	1.481	22,59%
PARAMOTI	-	2	202	2,80%
PENTECOSTE	-	2	216	0,91%
PINDORETAMA	1	1	24	0,19%
PACAJUS	3	-	189	0,56%
POTENGI	1	2	986	19,01%
QUIXADÁ	-	1	127	0,31%
QUIXERAMOBIM	1	-	6.847	17,08%
SALITRE	1	-	139	1,49%
SANTA QUITÉRIA	4	-	1.924	8,40%
SENADOR POMPEU	2	-	3.247	22,89%
TAMBORIL	-	1	2.268	15,65%
TABULEIRO DO NORTE	1	-	2.515	14,72%
TEJUÇOCA	-	1	1.567	13,97%
TARRAFAS	2	2	172	3,37%
UMARI	-	1	941	21,86%
VÁRZEA ALEGRE	-	1	1.710	8,54%

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

A tabela apresentada traz duas principais variáveis analisadas: os municípios que foram beneficiados, através do intermédio do deputado José Guimarães, com emendas parlamentares — em seu último mandato entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018 — e o número de votos que o mesmo recebeu nessas localidades nas eleições de 2018. O quadro acima atesta principalmente que, em consonância com a fala das lideranças políticas entrevistadas, os 55 municípios destacados, juntos, somam aproximadamente 71,69% dos 173.039 votos recebidos pelo deputado em

2018.³⁰ Ou seja, juntos seriam suficientes para garantir sua reeleição; mas, apesar de ser um número expressivo, nas eleições de 2014 tais localidades somaram juntas 79,56% dos 209.032 votos recebidos pelo deputado, demonstrando assim que houve uma perda equivalente a 42.254 votos nesses locais mesmo com a aprovação de emendas.

Outra informação relevante diz respeito aos casos dos 22 municípios que receberam emendas parlamentares durante os 4 anos de mandato, mas não obtiveram uma votação satisfatória, que classifico como um número superior a 10% dos votos totais de uma cidade. Muitas circunstâncias podem elucidar o baixo número de votos mesmo com a aprovação de emendas, mas aparentemente os dois pontos principais são as rupturas de alianças entre as partes ou a perda de capital político por parte dos líderes locais nas eleições municipais que ocorreram em 2016. Tais possibilidades serão melhor analisadas no decorrer do trabalho.

Tabela 3 – Cruzamento de dados: número de emendas parlamentares aprovadas pelo deputado Genecias Noronha nos últimos 4 anos x número de votos obtidos pelo deputado Genecias Noronha nos municípios beneficiados

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2015-2016	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2017-2018	NÚMERO DE VOTOS NAS ELEIÇÕES 2018	PORCENTAGEM DE VOTOS DO MUNICÍPIO
ABAIARA	1	-	3	0,06%
AIUABA	1	-	488	6,38%
ALTANEIRA	-	2	406	9,48%
ANTONINA DO NORTE	-	2	16	0,38%
ALTO SANTO	1	-	19	0,23%
ARNEIROZ	2	3	1.906	39,58%
BANABUIÚ	-	1	140	1,29%
BOA VIAGEM	1	-	6.348	22,20%
CANINDÉ	-	3	4.091	12,21%
CARIDADE	2	2	2.870	23,68%
CARIRIAÇU	2	-	835	5,14%
CHOROZINHO	2	-	1.075	8,43%
CRATEÚS	1	4	5.353	13,43%

³⁰ Dados elaborados a partir do site da Câmara dos deputados. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2015-2016	NÚMERO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2017-2018	NÚMERO DE VOTOS NAS ELEIÇÕES 2018	PORCENTAGEM DE VOTOS DO MUNICÍPIO
CROATA	2	-	1	0,01%
FORTALEZA	-	1	2.093	0,17%
FORQUILHA	2	2	2.825	21,55%
HIDROLÂNDIA	2	-	495	4,51%
HORIZONTE	-	1	1.810	4,78%
IBARETAMA	1	-	10	0,12%
JIJOCA DE JERICOACOARA	-	3	3.274	32,10%
MOMBAÇA	5	1	6.753	32,80%
NOVO ORIENTE	1	2	4.669	30,97%
PALHANO	1	-	104	1,59%
PARAMBU	6	6	12.180	68,49%
PEDRA BRANCA	-	2	5.974	26,82%
PIQUET CARNEIRO	2	-	24	0,34%
QUITERIANÓPOLIS	2	2	4.308	39,41%
QUIXERAMOBIM	1	3	3.315	17,08%
QUIXERÉ	3	2	86	0,72%
RUSSAS	3	2	4.740	11,30%
SANTA QUITÉRIA	-	1	26	0,11%
SOBRAL	-	1	1.279	1,27%
TAMBORIL	-	1	2.299	15,86%
TRAIRI	-	2	5.312	17,23%
VÁRZEA ALEGRE	-	1	87	0,43%

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

De acordo com os dados colhidos referentes às votações do deputado José Guimarães, a tabela acima explicita quais municípios cearenses foram beneficiados com emendas parlamentares durante o último mandato (entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018) do deputado federal Genecias Noronha. O que pude constatar foi que os 34 municípios favorecidos pelo parlamentar somam, juntos, aproximadamente 75% dos 113.515 votos recebidos em 2018. Em 2014, os 34 municípios foram

responsáveis por 54% dos 221.567 votos obtidos, o que revela uma maior dependência desses municípios para a garantia da reeleição almejada em 2018.³¹

Votações concentradas territorialmente não são nenhuma novidade para os estudiosos que se propõem a compreender fenômenos políticos. No artigo *Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica de votos do voto em Minas Gerais (1966-1974)*, Fleischer “*analisa a distribuição geográfica dos votos recebidos por deputados federais*” (1976, p.16). Tal ocorrência não é exclusividade do Brasil, autores de outros países, como Mayhew (1974) também buscam compreender diversas questões ligadas ao perfil eleitoral de alguns parlamentares.

Na sua forma mais comum, este tipo de abordagem relaciona a concentração eleitoral – determinada por algum tipo de liderança pessoal e local – à produção legislativa do eleito; particularmente, às emendas orçamentárias e ao tipo de projetos apresentados. Destarte, a maioria das análises sobre a concentração foca nos candidatos eleitos, buscando relacionar seu perfil eleitoral – concentrado ou não concentrado – às suas atividades legislativas. (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2016, p. 1091)

Como é colocado no trecho acima, geralmente o enfoque principal de tais trabalhos é a compreensão de como o perfil das votações influenciam no desempenho parlamentar dos representantes eleitos. Na pesquisa aqui realizada, através os dados acima demonstrados e de outros explanados no decorrer do texto, priorizo a compreensão de como se constituem tais agrupamentos de votos.

As tabelas anteriores demonstram uma forte ligação entre o apoio de lideranças municipais, número de votos recebidos pelos deputados e emendas parlamentares; no entanto, por considerar que esta abordagem desencadeia uma percepção utilitarista acerca dessas relações, busquei abranger minha compreensão acerca desse fenômeno para além da questão da destinação de verbas. Foi-me perceptível, durante o tabelamento de dados, que mesmo sem destinar diretamente alguma quantia, por meio das emendas, a determinados municípios, ainda sim os deputados conseguiram obter votações consideráveis. A partir dessas informações, que são explanadas mais minuciosamente no corpo do texto, percebi que seria errôneo tentar interpretar tais relações sociais sem levar em consideração fatores de cunho afetivo.

Diante disso, procurei desenvolver uma análise orientada por práticas racionalmente calculadas — como a possibilidade de conseguir mais recurso para o

³¹ Dentro dessa análise simplória, facilmente se nota que o número de votos de tal deputado demonstra uma queda considerável de mais de 100.000 votos de uma eleição a outra (2014-2018).

município ao apoiar algum deputado federal durante as campanhas eleitorais — e também aquelas que possuem como pano de fundo a afetividade, muitas vezes realizadas de maneira inconsciente, não sendo percebida sequer pelos próprios interlocutores. Dentre as motivações afetivas, priorizo os sentimentos de gratidão e confiança e lealdade, assim como seus antônimos.

Nas laudas anteriores, busquei demonstrar como se deu o percurso metodológico da pesquisa, trazendo desde os meus questionamentos incipientes até os levantamentos de dados mais complexos feitos no decorrer do artesanato sociológico que foi proposto desde o início.

Antes de finalizar, acho pertinente realizar uma última ressalva acerca deste trabalho que foi realizado em um campo majoritariamente masculino. Por mais fluido que pareça ter sido o percurso metodológico desta pesquisa, pude perceber o quanto pesquisadoras, como eu, estão vulneráveis ao estudar um espaço dominado por homens e perpassado pelo machismo estrutural de nossa sociedade. Apenas três mulheres foram rotineiramente citadas na pesquisa: Gorete Pereira (PR), Ana Teresa (PT) e Elizandra Gomes (PT), ao contrário do imenso número de homens mencionados no decorrer do texto.

Vivenciando as desigualdades de oportunidades apontadas por Birolli (2018) e Miguel; Birolli (2014), os espaços que ocupei com outras mulheres foram raros, limitando-se apenas aos encontros com a ex-prefeita de Jaguaruana. Em todos os demais momentos da pesquisa, sobretudo no trabalho de campo presencial de observação e entrevistas, por quase todas as vezes me vi como a única mulher a ocupar determinado local e sendo por vezes constrangida e assediada por interlocutores. Isso é resultado de — mesmo com os incentivos institucionais conquistados pelas mulheres nas últimas décadas — uma política, institucional ou não, ainda ocupada massivamente por homens. Isso explica em parte o porquê de o debate trazido por esta pesquisa girar em torno de duas principais candidaturas masculinas.

1.2 A divisão textual

Nas laudas anteriores, tentei descrever o trajeto metodológico percorrido durante o processo da pesquisa. Neste último tópico, antes do próximo capítulo discorro brevemente acerca da divisão textual desta dissertação com o intuito de realizar um panorama geral da obra. O trabalho divide-se em 5 capítulos: 1) Introdução, 2) As

campanhas eleitorais do legislativo federal 3) A organização das bases eleitorais, 4) Os vínculos estabelecidos e 5) Considerações finais.

O texto é iniciado através de um breve conto resultante de uma compilação de falas e cenas vividas durante o trabalho de campo. Com ele, busco elucidar de forma rápida a perspectiva da população com relação aos representantes do legislativo federal. A introdução, para além de abrigar as primeiras palavras que ambientam o leitor à pesquisa, é o espaço reservado para a realização de um apanhado metodológico, onde apresento os principais recursos utilizados no decorrer da pesquisa (observação, entrevistas, diário de campo, monitoramento das redes sociais e etc) assim como a delimitação do objeto de estudo, as pretensões almejadas e as perguntas de partida que mobilizaram este trabalho. Ao longo do texto, busco explanar os processos de amadurecimento e mudanças nas mais diversas perspectivas que moveram essa investigação.

No capítulo 2, *As campanhas eleitorais do legislativo federal*, discorro acerca da atuação das lideranças políticas nos municípios durante o período eleitoral, realizo a explanação das principais atividades realizadas por estes em prol das candidaturas apoiadas e demonstro a importância das redes sociais na divulgação do material de campanha e na articulação das atividades realizadas. Em seguida, no capítulo 3: *A organização das bases eleitorais*, apresento aos leitores as candidaturas acompanhadas. Nele, discorro sobre as atribuições legais (e outras) do legislativo federal e início uma discussão sobre a organização das bases eleitorais, que envolve sobretudo a utilização das emendas parlamentares.

No capítulo 4: *Os vínculos Estabelecidos*, demonstro como se estabelecem as relações entre os principais sujeitos da pesquisa: a população, os líderes políticos, os líderes comunitários e os deputados federais; nele, mostro como tais alianças estão perpassadas por práticas nocivas enraizadas na política brasileira (assistencialismo, clientelismo, patrimonialismo e etc), mas como também estão para além de condutas meramente utilitaristas, sendo construídas ademais com base em outros tipos de racionalidades, como o afeto, clarificado a partir de sentimentos ligados à gratidão, lealdade, honra e tantos outros.

Por fim, nas considerações finais realizo um apanhado geral do trabalho realizado até então.

2 AS CAMPANHAS ELEITORAIS DO LEGISLATIVO FEDERAL

Desde o processo de redemocratização, quando a escolha dos representantes pelo povo foi retomada no Brasil, ao longo dos anos uma infinidade de cientistas sociais se debruçou para compreender as campanhas eleitorais. Cientistas políticos, sociólogos e antropólogos conduziram diversas pesquisas³², através de diversos métodos, com o intuito de desvendar cada vez mais esses rituais que hoje, a cada 2 anos, invade as cidades, os estados e o país.

As campanhas eleitorais, de acordo com Barreira (1998), podem ser compreendidas como rituais de representação extremamente diversificados: variam suas estratégias, tamanhos, fins e todos outros fatores que a integram. Neste trabalho, me proponho a discuti-las não apenas

[...] como apresentações formais ou encenações de democracia, mas como um universo carregado de sentidos. Entre estes, a construção dos personagens-candidatos, os símbolos de campanha e os valores relativos à representação. Enfim, a própria legitimidade da qual a política usufrui nesse momento-hiato em que os processos políticos instauram o tempo das escolhas. (BARREIRA, 1998, p. 12)

Enquanto no pleito municipal as campanhas são restritas a territorialidade do município em que os candidatos desejam atuar, na instância do legislativo federal elas são realizadas em várias cidades do estado que os postulantes pretendem representar, de forma semelhante as do legislativo estadual. Ou seja, um concorrente que deseja representar o estado X em Brasília disputa apenas com outros do mesmo local.

O sistema político brasileiro delimita que cada estado possui o direito de eleger um número mínimo de 8 deputados federais. Em São Paulo, o estado mais populoso do Brasil, no pleito de 2018 foram eleitos para a câmara federal 70 deputados, enquanto o Acre, elegeu 8³³. O número varia de acordo com a quantidade de habitantes e esse modelo eleitoral também é caracterizado pela votação por lista aberta e nominal, discutido por Lijphart (2003), existindo para garantir uma

³² Barreira; Palmeira (1998), Heredia; Teixeira; Barreira (2002); Azevedo (2001); Miguel (1999); Carvalho (2013); Carvalho (2003); dentre muitos outros são exemplos de pesquisas relacionadas às campanhas eleitorais.

³³ O sistema político brasileiro delimita um número mínimo de 8 deputados e um número máximo de 70 deputados por estado.

representação a cada estado de acordo com o número de representados. Dessa forma, o Ceará tem eleito nas últimas eleições federativas 22 deputados federais.

O fato de 22 deputados federais terem sido eleitos no Ceará revela que pelo menos 22 campanhas foram exitosas em sua principal finalidade: a de garantir uma vaga na Câmara dos Deputados, em Brasília. Isso não significa que frustrações em decorrência da expectativas de maiores votações – como foi o caso do deputado Genecias Noronha³⁴ – não tenham ocorrido, ou que o fato de uma pessoa que pela primeira vez se candidatou e conseguiu um número expressivo de votos mas não se elegeu tenha sido derrotada por completo, uma vez que a campanha de tal concorrente possa ter aumentado seu capital social.

Apesar de falar sobre “campanhas eleitorais” de forma generalizada, estas possuem estruturas, ações e atuações peculiares, que as diferem no que concerne as instâncias em questão (municipal, estadual e federal) e umas das outras. Alguns dos vários fatores diferem as campanhas do legislativo federal das do legislativo estadual e/ou municipal, são: tempo, espaço, o *capital* econômico envolvido, a rede de apoio à candidatura (*capital social*) e a estratégia de agenciamento do voto.

Um candidato ao legislativo municipal experiencia vivências próximas de sua base eleitoral. Um vereador de perfil tradicional, por exemplo, constitui a rede de votos responsável por sua eleição nas proximidades de sua residência, geralmente no seu bairro e no máximo em outros locais que integrem as redondezas. (LOPES:2005) Existem casos, também, de parlamentares que realizam acordos com lideranças comunitárias e conseguem se eleger, mas não desenvolvem vínculos tão estreitos como no primeiro caso apresentado; ainda assim, o desempenho do mandato no mesmo município em que está localizada a base eleitoral responsável pela eleição do vereador, proporciona que os eleitores – dentre eles as lideranças comunitárias – mesmo sem possuírem notável proximidade, possam cobrar as promessas realizadas, pedir favores e/ou realizar críticas diretamente ao representante. Isso, porque é acessível que representados se dirijam até a Câmara dos Vereadores e, em outros casos, até a residência do parlamentar.

No caso do legislativo estadual, os deputados eleitos desempenham o mandato nas Assembleias Legislativas que estão localizadas nas capitais. Se comparado ao legislativo municipal, a dinâmica dos vínculos estabelecidos entre o deputado estadual

³⁴ No decorrer da entrevista realizada com o chefe de gabinete de Genecias Noronha, o interlocutor disse esperar aumentar o número de votos comparado à eleição anterior, em 2014.

e seus eleitores remete à uma proximidade menor, sobretudo devido a distância territorial entre estes. Diferentemente do legislativo federal, as eleições do legislativo estadual dispõem de um número maior de vagas, que variam de acordo com cada estado³⁵. Como pode ser visualizado no anexo H deste trabalho, as votações do legislativo estadual tendem a ter um menor número de votos que as do legislativo federal; isso ocorre, em parte, pela menor abrangência das bases eleitorais destas: a partir do que foi observado, os candidatos às vagas da Assembleia Legislativa realizam suas campanhas eleitorais em um número inferior de municípios comparado aos postulantes da Câmara dos Deputados.

Ainda que os deputados estaduais passem a maior parte da semana na capital, estes dispõem de uma mobilidade acessível às suas bases eleitorais. Na maioria dos casos, utilizam transporte rodoviário e em outros momentos os próprios apoiadores municipais (prefeitos, vereadores e mais raramente lideranças comunitárias) se deslocam até a Assembleia Legislativa em busca de esclarecimentos, críticas e/ou cobranças. Estes, no geral, dispõem de uma votação menos pulverizada, se comparada com o legislativo federal, o que contribui para uma maior presença nos municípios.

A questão do tempo e do espaço, mencionada como fator de diferenciação das campanhas eleitorais, relaciona-se no tocante à distância territorial que o representante mantém de sua base eleitoral durante os quatro anos de mandato e a escassez de tempo para lidar com esta de maneira presencial, já que ao permanecer vários dias em Brasília, só lhe sobra o final de semana para estar no Ceará cumprindo tarefas no que concerne a manutenção dos vínculos estabelecidos com os municípios. Ainda que o atenuante de desempenhar um cargo em Brasília seja um forte fator para que se justifique uma desaproximação para com a base eleitoral, os parlamentares tendem a compensar essa distância de alguma forma, ainda que isto implique em um trabalho contínuo de visita às bases em períodos destinados às folgas.

Anda muito. Ele eu acho é o deputado que mais anda. Ele não para. Ele tem residência fixa aqui em Fortaleza, ele tem em Brasília, mas ele mal anda

³⁵ O número de deputados estaduais é delimitado pelo artigo 27 da Constituição Federal: “**Art. 27.** O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.” O artigo pode ser lido na íntegra no Site do Senado. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_27_.asp> Acesso em 09 de maio de 2020.

nessas duas residências, ele realmente anda muito no estado. Eu não sei como ele aguenta, eu digo; eu digo pra ele que não tenho nem a metade do pique dele, ele realmente anda. Quando ele sai lá na quinta feira, ele chega aqui na sexta, no sábado, no domingo, e ele sai visitando. Cada final de semana, Maria Clara, ele está em uma região, ele nao para. Os 365 dias é assim. (Trecho retirado de entrevista realizada dia 31/07/2019 com a ex-prefeita de Jaguaruana).

Conforme a ex-prefeita de Jaguaruana menciona, o deputado José Guimarães faz questão de se manter ativo, viajando sempre que possível pelo estado e evidenciando “a existência de uma contabilidade de gestos, imagens e palavras que caracterizam uma publicidade permanente da vida cotidiana [...]” (BARREIRA, 1998, p. 31). Movimentar-se entre as localidades que compõem a base eleitoral e manter contato constante com aqueles que integram as redes de apoio é uma das tarefas incorporadas pelos deputados federais.

Sobretudo no período eleitoral, o final de semana que teoricamente é reservado para o descanso do parlamentar, torna-se o único momento em que este pode cumprir uma agenda que o legislativo municipal ou estadual facilmente cumprem durante a semana, por estarem localizados territorialmente dentro de suas bases eleitorais, ou seja, no estado e no município, na Assembleia Legislativa do Ceará e nas Câmaras dos Vereadores, respectivamente. Quando é dito que um “deputado federal anda muito, mais que os outros políticos” se evidencia uma tentativa de compensação pelo tempo que se passa distante da própria base eleitoral.

Ao contrário do legislativo municipal e estadual, os apoiadores dos deputados federais (prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias) dificilmente vão de encontro aos representantes na Câmara dos Deputados para estabelecer diálogos; uma alternativa encontrada é a criação de gabinetes fixos de assessoria no estado, como fez o deputado Guimarães que dispõe de um local em Fortaleza, para atender demandas dos municípios próximos à capital, e em Juazeiro do Norte para as regiões mais distantes de Fortaleza. Outros deputados, como é o caso de Domingos Neto, também dispõem desse recurso.

Como o tempo escasso é utilizado para manter contato com as lideranças políticas municipais, há pouca abertura para se estabelecer alguma relação ou vínculo entre o deputado federal e a população. Esse distanciamento tende a ser justificado e compensado, de alguma forma, no período das campanhas eleitorais para que os candidatos possam conquistar os votos necessários para a reeleição.

Outro ponto que difere as campanhas do legislativo federal das demais, é o *capital econômico* incorporado a estas; de acordo com o que foi proposto por Bourdieu (1999), tal conceito pode ser compreendido como construtos de poder que podem ser potencialmente acumulados. Neste caso, isso não diz respeito apenas a acumulação pecuniária do postulante, mas ao acesso deste e a possibilidade de mobilizar recursos outros, sobretudo de terceiros que o apoiam. Ao analisar a candidatura do deputado José Guimarães e do também deputado Genecias Noronha, nota-se a importância que o *capital econômico* tem para ambas; materializar esse *capital econômico* em uma generosa quantidade de material (santinhos, bandeiras, etc.) ou em um jatinho que permite o deslocamento dos candidatos a três municípios por dia, torna menos abstrata a importância deste dentro das campanhas abordadas. Os candidatos que possuem acesso a uma aeronave, fruto de um *capital econômico*, tem vantagem sobre aqueles postulantes que dependem de transporte rodoviário para se deslocar.

Um dos argumentos bastante utilizados por pessoas que defendiam o fim do financiamento privado das campanhas eleitorais era que as grandes empresas tinham um poder de interferência grande dentro das decisões eleitorais por conta do custeamento de candidaturas. No caso, antes da proibição de doações por pessoas jurídicas às campanhas eleitorais, muitos deputados tinham a sua disposição imensos capitais econômicos oriundos de empresas. No que diz respeito a arrecadação pecuniária de cada campanha, de acordo com a legislação anterior,

não há limite em valores absolutos para a doação por parte de pessoas jurídicas, que podem doar até 2% do faturamento bruto do ano anterior, fatia que será mais vultosa quanto maior for a companhia. Também não há restrição a que uma mesma empresa financie candidatos diferentes. (Site Oficial do Senado Federal)³⁶

Em 2015 uma decisão do Supremo Tribunal Federal concluiu que doações de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais contrariam a constituição, sendo, portanto, inconstitucionais. A proibição da doação de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais entrou em vigor na eleição municipal seguinte, em 2016. Ou seja, a partir de 2018 as eleições do legislativo federal dependem única e exclusivamente do fundo partidário e doações oriundas de pessoas físicas. Antes, o *capital econômico* disposto às

³⁶ O texto completo pode ser visualizado no Site do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/reforma-politica/materia.html?materia=as-muitas-faces-do-financiamento-de-campanha.html>> Acesso em 02 de julho de 2020.

campanhas do legislativo federal era bastante expressivo e uma das formas de explicar esse fato é o contato direto com o governo federal, sobretudo com ministérios, que provoca interesse nos grupos menos abastados, principalmente dos empresários, que veem como um investimento a eleição de determinados candidatos.

Antes da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), “em 2002, os gastos declarados à Justiça Eleitoral por partidos e candidatos nas campanhas para deputado federal alcançaram R\$ 189,6 milhões; em 2010, esse valor chegou ao montante de R\$ 908,2 milhões, um crescimento de 479% em oito anos.” (BACKES; VOGEL: 2014) Para a última eleição do legislativo federal, em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) delimitou o teto de gasto em R\$2.500.000 para as campanhas dessa instância, no entanto, ainda com tal limitação, os 513 parlamentares eleitos gastaram, juntos, R\$538,3 milhões em suas respectivas campanhas.³⁷

Tendo em vista que há uma competitividade maior, pelo menor número de vagas, e uma necessidade constante de se percorrer todo o estado e custear diversas atividades de campanha, é compreensível que a instância aqui analisada apresente altos gastos e a necessidade de incorporar um capital econômico maior que o legislativo estadual.

Retomando ao assunto principal, o terceiro ponto que difere as campanhas do legislativo federal das demais diz respeito a rede de apoio estruturada pelos deputados, que difere bastante da proposta pelo legislativo municipal. Os candidatos a vereadores mantêm um vínculo direto com as lideranças comunitárias, responsáveis pelo agenciamento de votos nas regiões de interesse destes, enquanto os deputados federais dificilmente se comunicam de forma direta com os líderes da comunidade, sendo os prefeitos, ex-prefeitos ou os vereadores e ex-vereadores do município seus principais interlocutores. Em alguns casos, o intermédio entre o candidato e as lideranças municipais é realizado por deputados estaduais que possuem uma familiaridade maior com tal localidade. Percebe-se, assim, que para um candidato do legislativo federal alcançar a população necessita de um número maior de intermediários, fazendo com que a rede de apoio acionadas nas campanhas do legislativo federal seja mais complexa que as demais.

Essa rede de apoio pode ser compreendida como parte constituinte do *capital social* disposta pelo candidato. O conceito de *capital social* foi trabalhada por alguns

³⁷ Tais informações foram disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

sociólogos, dentre eles Coleman (1990) que viu uma analogia “[...] ao conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado” (apud AQUINO, 2000, p.24). Pierre Bourdieu também se debruçou sobre tal conceito, mas compreendia o *capital social* como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2015, p. 75)

Tomando a definição de Bourdieu como aquela que irá orientar esta pesquisa, influi-se que a constituição de uma base eleitoral é, antes de tudo, a constituição também de capitais sociais.

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 2015, p. 75)

Seguindo a linha de raciocínio da passagem anterior, o tamanho ou o volume do capital social de um indivíduo está intimamente ligado à extensão da rede de relações que ele pode mobilizar. Dessa forma, percebe-se que no período das campanhas eleitorais não é apenas o capital social do deputado federal que garante sua vitória e sim todos os outros capitais sociais que estão presentes na sua rede de apoio, através das alianças firmadas.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social”, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição [...] produto de um trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. (Ibid., 2015, p. 76)

Nesta pesquisa, trabalho com a ideia de que todo capital social que estrutura a base eleitoral dos deputados acompanhados são fruto de um esforço contínuo de criação e manutenção de vínculos que resultam em lucros materiais e simbólicos, tal qual coloca Bourdieu (2015). Assim, até mesmo aqueles que carregam consigo uma

herança política familiar, tal qual o deputado Domingos Neto, integrante do Partido Social Democrático (PSD), precisam alicerçar e exercer um trabalho de manutenção do seu capital social para que possa se manter com um mandato.

As redes duráveis de relações incidem diretamente no formato de angariação de voto durante o período eleitoral. Percebo que a estrutura do agenciamento do voto é diferente se compararmos às campanhas de instância federal, estadual e municipal, uma vez que esta última afeta muito mais o município. Quando menina, percebia que o período das campanhas eleitorais estava se aproximando antes mesmo dos materiais de campanha chegarem às ruas, às televisões ou aos rádios. Captava que ele havia chegado quando notava o alvoroço na comunidade em que eu vivia; quando os cabos eleitorais passavam pelas ruas com mais frequência, geralmente cercado por pessoas que pediam uma vaga de emprego ou qualquer cargo na campanha do candidato X, que pudesse contribuir com seu orçamento financeiro daquele trimestre.

A campanha eleitoral "posta na rua", a fisionomia habitual dessas localidades se transforma. Os cartazes de propaganda, com fotos de candidatos, e as cores que identificam os diferentes partidos ou alianças partidárias, em faixas e bandeiras, oferecem uma visão desses aglomerados que não se tem em outros momentos. Mas, sobretudo, muda a geografia social. Lugares "novos" ganham destaque. É o caso dos "comitês eleitorais", espécie de quartéis gerais das campanhas, que, instalados alguns meses antes das eleições e desativados, em muitos casos, antes mesmo que as umas tenham sido abertas, apresentam um poder de atração que os diretórios partidários não conseguem ter ao longo do ano. Em certos casos, abertos dia e noite, oferecem uma referência nova à sociabilidade do lugar e assinalam uma espécie de centro do espaço a ser ocupado na disputa política por cada partido. (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 34)

Semelhante ao que é relatado por Palmeira; Heredia (1995), nas campanhas eleitorais em que realizei trabalho de campo, anteriormente, notei que a espacialidade se altera. Embora acredite que esse fenômeno seja menos intenso que antes, nas campanhas eleitorais de 2016 as ruas ganharam as cores que simbolizam candidaturas e foram ocupadas por pessoas segurando bandeiras e distribuindo panfletos; as visitas dos candidatos às comunidades se tornou muito mais frequente, assim como suas presenças na televisão, no rádio e nas redes sociais. Essa descrição que realizei retrata as campanhas eleitorais municipais, quando vi a cidade tomada pelas cores que representam a dicotomia presente na política do interior, discutida por Silva (2012).

Já durante as campanhas de nível federal, observei que as cidades acompanhadas pareciam intocadas. No decorrer do trabalho de campo, as discussões políticas que presenciei entre a população eram voltadas sobretudo aos cargos majoritários. Isso ocorre, em parte, pela estratégia utilizada pelos responsáveis em gerir as campanhas eleitorais do legislativo federal nos municípios.

A gente não prega mais cartazes, então os cartazes são quase proibidos aqui né? Nossa campanha atual ela é surda e muda. Foi proibido totalmente o carro de som, então a gente não tem carro de som mais, e os cartazes que colavam em frente as casas está quase proibido... [inaudível] então... o que a gente faz é internet, com os amigos, WhatsApp, grupos... pedir, mostrar o candidato do prefeito. Mostrar que é ele que faz essa obra, vai crescendo, vamos ficando juntos, acredito até que isso faz... transforma até a política em mais honesta, porque quando você gasta muito dinheiro, sai na rua com bandeira, alguém tá gastando ali. alguém tá gastando dinheiro público porque ninguém vai tirar dinheiro do bolso realmente. Então quando você vê uma cidade limpa como essa é porque o povo é mais consciente. (Trecho retirado de entrevista realizada com o prefeito Marcos Prado em setembro de 2018)

Visitei o município de Trairi em agosto e setembro de 2018. A impressão que tive foi a mesma: uma cidade completamente esvaziada no que diz respeito a divulgação e utilização de materiais que denotavam as campanhas eleitorais, como bandeiras, cartazes e outros. A primeira visita foi realizada por mim com o intuito de acompanhar o dia a dia das campanhas eleitorais no município em questão, mas ao me deparar com uma campanha que não estava “posta na rua”, indaguei se de fato seria possível realizar tal trabalho de campo.

Após esse primeiro impacto, na segunda visita pude notar alguns poucos adesivos de candidatos circulando em alguns carros da cidade e alguns materiais (santinhos e adesivos) nos balcões de alguns mercadinhos. Em Jaguaruana, o cotidiano de uma campanha eleitoral do legislativo federal é muito menos intenso que as do pleito municipal, no entanto nos dias em que o deputado visitou a localidade a espacialidade da cidade se modificou por completo.

Esse esvaziamento da cidade, sem “*a campanha eleitoral posta na rua*” (PALMEIRA; HEREDIA:1995) não significa que não os líderes políticos não estivessem fazendo um trabalho para angariar votos, os números das eleições demonstram que estavam e obtiveram êxito no que se proporam a realizar. O que ficou evidenciado é uma nova forma de fazer campanha, como colocou o prefeito de Trairi.

Nas campanhas municipais, sobretudo as do legislativo, geralmente os próprios candidatos são encarregados por organizar as atividades de agenciamento de voto, enquanto os candidatos do legislativo federal delegam esta tarefa a terceiros. Ainda que um candidato a prefeitura disponha de uma grande equipe para ajudá-lo, geralmente o mesmo é responsável pelas principais atividades de campanha nas cidades, como caminhadas e comícios, ao contrário do legislativo federal que em alguns casos opta por não realizar ato público na cidade, terceirizando todo o trabalho às lideranças políticas que o apoiam.

No tópico seguinte, será realizada uma discussão acerca de como funcionam as campanhas eleitorais nos municípios, com um enfoque especial no papel dos líderes políticos no que concerne à organização, divulgação e gestão das atividades propostas.

2.1 O desenrolar das campanhas eleitorais nos municípios

Para se compreender o papel que as lideranças políticas e os deputados federais possuem em todo o processo que culmina nas eleições do legislativo federal, é necessário se atentar ao conceito de *capital político*.

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais. (MIGUEL, 2003, p. 121)

Bourdieu explica que o *capital político* possui outras nuances – para além das mencionadas no trecho anterior – dentre elas o fato de “assegurar a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas etc.)” (BOURDIEU, 2011, p.31) Ele o vê como uma espécie de “patrimonialização de recursos coletivos” (Ibidem, p.31). No caso das lideranças políticas municipais, o capital político que estas dispõem está amplamente ligado à máquina pública local, sobretudo no que diz respeito a prefeitura e câmara dos vereadores.

Em setembro de 2018, durante um encontro com o prefeito de Trairi, presenciei um pedido de ajuda. Uma senhora ao ouvir no rádio que ele participaria do programa matutino, dirigiu-se até o local para o encontrar e solicitar intermédio. Ela estava com exames em mãos e pedia para que ele interviesse no agendamento do hospital e conseguisse uma consulta para ela. Ele pediu que ela esperasse e ao fim do programa buscou solucionar o problema da jovem mulher. Segundo a conceituação de Bourdieu (2011), essa possibilidade de intervenção nos serviços públicos por determinado indivíduo só é possível pelo *capital político* que este dispõe naquela localidade; em suma, por ocupar um cargo eletivo. Existem aqueles que apesar de não gozar de mandato integram o grupo político que está no poder, portanto, compartilham determinado capital e possuem condições de intervir em decisões políticas da localidade³⁸.

Nos municípios acompanhados, quanto mais um agente político puder interferir nas vagas de emprego da prefeitura, vagas de creches, agendamento de consultas e/ou cirurgias, utilização das ambulâncias e outras questões ligadas à máquina pública, mais este é detentor de *capital político*. No caso dos municípios, a hierarquia coloca o prefeito como o maior detentor de capital político e em seguida os vereadores, mas isso pode variar de acordo com o maior ou menor grau de intervenção desses sujeitos no serviço público. Nos casos em que a figura do prefeito ou vereador é decorativa, existindo pela impossibilidade da candidatura de um outro³⁹, é possível que esta pessoa, mesmo sem ocupar cargo político, consiga interferir e decidir sobre questões relacionadas à máquina pública.

Levando em consideração que os deputados federais não possuem capitais políticos tão elevados quanto os líderes políticos e comunitários nos respectivos municípios do estado, os mesmos contam com o apoio destes últimos na arregimentação dos votos nessas localidades. Uma estrutura de agenciamento de votos é montada pelas lideranças locais visando garantir uma votação expressiva ao

³⁸ É recorrente o caso de patriarcas e matriarcas que se aposentam da vida pública e transferem seus capitais sociais e políticos à familiares que passam a ocupar cargos políticos. Em 2018 o Jornal O Povo publicou uma reportagem sobre familiares de políticos cearenses que concorreram à eleição. Disponível em: < <https://blogs.opovo.com.br/politica/2018/10/08/filhos-de-moroni-e-ramundao-perdem-eleicao-filho-de-zezinho-e-eleito/> > Acesso em 30 de junho de 2020.

³⁹ Existem casos em que candidatos são impedidos de concorrer às eleições por algum impedimento eleitoral e, portanto, decidem lançar familiares, sobretudo conjugues e filhos, para representar o grupo político o qual este está inserido.

deputado; passeatas, reuniões, visitas domiciliares, distribuição de materiais de campanha virtualmente e presencialmente, dentre outras atividades, são algumas das estratégias observadas durante o trabalho de campo e variam de acordo com cada localidade.

Diferentemente de uma campanha a nível municipal, onde é comum observar um trabalho de agenciamento de voto protagonizado por indivíduos comuns da comunidade

responsáveis por fazer a campanha no dia a dia, isto é, se encarregavam de promover a candidatura nos bairros, fazer visitas domiciliares, conversar com os eleitores, arregimentar pessoas para os comícios, cantando, carreatas, caminhadas, conseguir apoio e adesão dos eleitores indecisos". (GONÇALVES, 2012, p. 79).

Esses agenciadores também *“procuravam conversar com eleitores, tentando mostrar as qualidades, as propostas e as realizações dos candidatos, afirmando a necessidade de vitória daquele sobre os demais”* (Ibid., p. 79). Nas campanhas do legislativo municipal, apesar do importante apoio das lideranças comunitárias, são as lideranças políticas locais (prefeitos, vereadores, ex-prefeitos e ex-vereadores) os encarregados pelas principais atividades de campanha, pelo processo de agenciamento do voto. Isso ocorre porque, no geral, os candidatos ao legislativo federal precisam ter suas candidaturas apresentadas também às lideranças comunitárias locais.

Então a gente começa a espalhar, aí na rádio diz: "olha gente, sábado é o evento da Ana Teresa!" Todo mundo já fica sintonizado... quando é 4h da tarde, o primeiro "fogos" começa "pow pow" e a turma diz "já começou", aí o pessoal começa a receber ligação "ei que horas começa?" "5 horas!" Aí um liga pra um amigo... aí tu imagina o jovem... aí pega uma moto e diz "bora bora bora pro movimento!" Aí aquele clima de passeata, de pegar uma motocicleta e sair pelas principais ruas... e um som tocando, e a bandeira... (Trecho retirado de entrevista realizada com Afraudizio Soares em setembro de 2018)

O trecho destacado foi retirado de uma entrevista com um vereador do município de Jaguaruana e evidencia que as atividades geralmente contam com uma ampla divulgação, seja pelo rádio, pelas redes sociais ou boca-a-boca. Nesse caso específico, o relato refere-se a um dos atos em prol da candidatura do deputado José

Guimarães. Apesar de breve, os significados embutidos nas palavras ditas pelo interlocutor dão margem a um imenso debate acerca do trabalho realizado pelas lideranças políticas dentro das campanhas do legislativo federal: o fato do evento carregar o nome da ex-prefeita elucida como o capital social e político desta é o responsável pelo desenrolar do ato. Em Potengi, atividades semelhantes foram realizadas sem a presença do candidato apoiado pela prefeita⁴⁰; em casos como esse, os postulantes assumem um caráter secundário durante suas próprias campanhas, apesar de serem os protagonistas do pleito.

À menção aos fogos de artifício, recurso político tradicional do município demonstra que as campanhas eleitorais de um mesmo candidato podem ser diferentes nos municípios, uma vez que estas se adequam ao formato que as lideranças acham mais conveniente e não vice-versa.

Na verdade, ele não conhece o Trairi né, todo... então seria uma bobagem dele achar que poderia entrar aqui e coordenar a campanha. Ele tem que deixar a coordenação com a gente que é do lugar. Ele tem que coordenar lá em cima. Que... o que eu preciso dele? Eu preciso do material de campanha: panfleto, santinho, adesivo pra carro... e é isso que faz ganhar voto. (Trecho retirado de entrevista realizada com Marcos Prado em setembro de 2018)

Na citação anterior, o então prefeito Marcos Prado explica que como o candidato não conhece a realidade do município, este não pode ditar como se deve fazer a campanha naquela localidade e, portanto, as lideranças políticas possuem autonomia total para organizar as atividades de campanha de acordo com a maneira que consideram pertinente. A autonomia e o protagonismo das lideranças políticas são tão complexos que em um dos eventos ocorridos em Potengi, a prefeita Alizandra Gomes publicou um vídeo em suas redes sociais onde um eleitor diz a seguinte frase: “vou votar no candidato da prefeita, 1322”, em referência ao deputado José Guimarães. Isso evidencia que neste campo de disputa específico, o município, o *capital social* e *político* das lideranças políticas é muito mais relevante que do candidato a deputado federal.

Durante o período oficial das campanhas eleitorais a disputa política municipal volta a ganhar força; afinal, *qual será o deputado federal mais votado daquela localidade? O que está sendo apoiado pela situação ou pela oposição?* Tal período

⁴⁰ José Guimarães visitou e participou de ato na localidade de Potengi mas a prefeita organizou e realizou outras atividades sem a presença do candidato.

não deixa de ser um termômetro para o pleito municipal que ocorre dois anos depois. O resultado das eleições passa a ter um papel para além de garantir vitória ao candidato apoiado: ele também mede a força política dos agentes nos municípios.

De um lado fica aquela liderança que nos apoia e do outro lado fica a liderança que necessariamente não nos apoia. Aí começa a ter aquelas disputas em cada local. Tem bloco partidário “A”, tem bloco partidário “B”, então o bloco partidário “A” tem realmente um representante e um “B” também tem outro representante. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Ao falar em “bloco A” e “bloco B”, Afraudizio revela como a dicotomia política ainda é muito presente nos interiores do estado e como as campanhas do legislativo federal evocam as disputas municipais, acionando principalmente os capitais sociais e políticos de seus líderes. Tal fala evoca não só uma divisão coletiva, como também a construção social de lugares políticos, simbólicos ou não, durante a disputa eleitoral. (SILVA:2012)

Chega um momento "quem é o candidato que a Ana Teresa apoia?" "é o Guimarães"; então o grupo da Ana Teresa tá todo posto. Quem é o candidato que o prefeito vai apoiar? Então é X, então o próprio eleitor da Ana Teresa, que é polarizado lá. Quem é A, é A! Quem é B, é B! Então o próprio eleitor tende a votar no candidato dela pra ver que ele vai ter mais voto que o candidato do outro. Então existe essa relação da disputa. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

As eleições de outras instâncias são uma maneira de medir os *capitais* que o vereador, o prefeito e outros agentes políticos possuem dentro de suas respectivas bases, onde disputarão as eleições municipais; não sendo só isso, é também uma forma de mostrar à oposição a força que estes têm no município. Afinal, não é só o reconhecimento por parte da base eleitoral que conta nesse momento, mas sim a capacidade de promover uma transferência de voto ao postulante do legislativo federal. As campanhas eleitorais, por um momento, deixam de pertencer aos candidatos e se tornam do prefeito, do ex-prefeito, do vereador. Quando o postulando aparece, se aparecer, geralmente é retratado pela população como secundário a liderança política, sendo intitulado como o “candidato da pessoa X”.

Existem atividades que são desempenhadas como forma de demonstração de poder, uma vez que

[...] os votos passariam pela demonstração de força das facções rivais e não por aquilo que é dito nos palanques, embora essa "demonstração, que é o comício, seja fundamental para uma facção demonstrar a força que tem e,

assim, poder ganhar a luta que se trava em torno das eleições. (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 37)

O comício assim, surge como uma escolha feita por lideranças políticas que buscam reafirmar sua força em suas respectivas localidades, afinal para além dos votos conquistados manter o *status* de “que bloco político conseguiu levar mais gente para rua” é importante para alguns líderes. As imagens seguintes denotam alguns comícios realizados na campanha do deputado José Guimarães em Jaguaruana. Tais eventos foram estudados por Palmeira; Heredia (1995), que evidenciaram como toda sua composição, desde a escolha do local do evento à ordem de fala dos participantes no palanque são objetos repletos de significações.

Figura 3 – José Guimarães em comício no município de Caririaçu

Figura 4 - José Guimarães em comício no município de Juazeiro do Norte



FONTE: imagens retiradas do instagram do deputado federal José Guimarães. Disponível em: <https://www.instagram.com/dep_guimaraes/> Acesso em 7 de maio de 2019.

Apesar das ilustrações, na campanha de 2018 este não foi um recurso tão usual nas campanhas do legislativo federal. Na maior parte das vezes que ocorreu, foi em decorrência da presença dos candidatos ao Governo do Estado. Levando em consideração a necessidade de uma estrutura que demanda maior tempo e dinheiro para ser construída, foram raras localidades os candidatos e as lideranças optaram por realizá-los, e quando utilizaram não possuíam uma estrutura tão organizada⁴¹. Como se pode perceber na imagem, ambos os eventos estão lotados, há presença de bandeiras e junto ao candidato se encontram as principais lideranças responsáveis

⁴¹ Nos comícios do legislativo federal geralmente os candidatos utilizaram carros como palanques. A estrutura era precária e contava com o apoio apenas das lideranças locais e dos candidatos ao legislativo federal que também realizavam campanha na mesma localidade.

pelas atividades de campanha nas localidades. No entanto, não se trata de comícios exclusivos do candidato, tais eventos eram compartilhados com outros candidatos de outras instâncias.

Palmeira; Heredia (1995) discorrem sobre como o público é um fator crucial para o sucesso ou não de um comício. Como na maior parte dos casos o candidato do legislativo federal era um completo estranho para a população, realizar um comício exclusivo para o parlamentar além de caro, era assumir um risco de, chegado o dia e horário, ter um ato fadado ao fracasso, estando este completamente esvaziado e remetendo, assim, à uma suposta fraqueza das lideranças que organizaram.

A animação observada nas atividades realizadas nos municípios de Jaguaruana e Potengi, que contaram com paredões de som, bandeiras e uma presença maciça dos moradores remetem à animação presente em campanhas da década de 1990 e início dos anos 2000, mencionadas por Palmeira; Heredia (1995), Barreira (2008) e Gonçalves (2012), ainda que não seja na mesma intensidade que antes, devido às restrições impostas pela justiça eleitoral⁴².

Nas localidades anteriormente citadas, tais passeatas eram organizadas de acordo com os dias que os candidatos estivessem nos municípios ou nos que as lideranças achassem pertinente; não necessariamente sendo realizadas apenas com a presença dos parlamentares. Em suma, carros de som eram alugados com a verba repassada pela coordenação de campanha dos deputados, materiais (bandeiras e santinhos) eram distribuídos antes e durante o ato, e a divulgação era realizada com antecedência pelas lideranças do município através das redes sociais, das rádios e do boca-a-boca.

Em Jaguaruana, o deputado José Guimarães (PT) contou com o apoio de um grupo de “coordenação” da campanha, responsável pelos ajustes dos atos e pelo acesso da população a estes. O grupo de coordenadores era formado por mais ou menos 10 pessoas. Em alguns casos existiam ainda comitês dos deputados nos municípios. Nessas circunstâncias, existia uma concentração de materiais de campanha disponibilizados para o público: bandeiras, santinhos, bottons e outros. Não eram todas as candidaturas que dispunham desses comitês nos municípios,

⁴² As últimas alterações no que concerne às propagandas eleitorais podem ser visualizadas no Site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019>> Acesso em 09 de maio de 2020.

Genecias, por exemplo, não possuía um espaço físico destinado à sua campanha em Trairi, os materiais eram entregues às lideranças locais e estas deixavam em pontos de grande movimentação, como mercearias.

Quando o dia de algum evento de campanha chegava, a base eleitoral da ex-prefeita Ana Teresa estava por completo mobilizada para participar do ato de promoção da candidatura do deputado José Guimarães.

Você chega lá pro cara que tá lá na comunidade dele e diz assim: “ô João, bora lá no ato hoje?” O João tem um carro lá, um pau de arara. Uma F4 mil, um... Aí ele diz: “vou sim, pode deixar que eu vou.” O seu João lá é tão envolvido com nosso povo, que ele pega... e pega o carro, taca o óleo lá no carro e vem pro município, e traz mais gente porque aquilo dali pra ele é a cerveja do fim de semana, que você vai com seu namorado, que você vai... talvez que ele gasta ali de 50 reais de óleo que é o que ele gastaria pra sair pra um local. É a cerveja que ele vai num canto e toma 5 cervejas, porque ali ele veio, deu risada, ficou observando o movimento. Aí as pessoas veem dessa forma, chega um paredão que a gente contrata, um paredão promove muita animação. (Trecho retirado de entrevista realizada com Afraudizio Soares em setembro de 2018)

O exemplo mencionado por Afraudizio não é uma exceção, algumas pessoas que não participavam das *facções políticas* se incorporavam ao ato pela animação, pela música, pelos amigos, enfim, por diversos motivos que não estavam diretamente ligados à disputa política e sim ao clima de festividade instaurado. (PALMEIRA; HEREDIA:1995)

Figura 5 e Figura 6 – José Guimarães durante passeata em Jaguaruana



FONTE: Imagens retiradas do instagram do deputado federal José Guimarães. Disponível em: <https://www.instagram.com/dep_guimaraes/> Acesso em 7 de maio de 2019.

Em torno de duas horas antes para o início do evento registrado na imagem anterior, os organizadores começaram a soltar fogos — que no município em questão é sinal de algum acontecimento importante da política local. Segundo as lideranças,

os fogos são uma forma de instigar e mobilizar a comunidade que fica curiosa para saber do que se trata e de convocar os seus para integrar o ato. Pouco tempo depois, a multidão começou a se aglutinar no local de encontro como demonstram as fotografias anteriores. Motos e carros buzonavam a todo momento, como demonstração de apoio ao ato que estava prestes a acontecer. As pessoas das comunidades mais distantes chegavam em uma espécie de pau-de-arara, o paredão de som começava a tocar os jingles de campanha e logo notável parte do município estava mobilizado em prol daquele acontecimento. Era uma verdadeira festa.

Eita meu povo, é Dedé Teixeira e Guimarães... os deputados da Tetê! Tô com a Tetê eu vou mostrar, quem pro nosso povo tem trabalhado... Vamo eleger Dedé Teixeira e Guimarães pra nossos deputados Essa dupla é competente, Ana Teresa apoia quem trabalha pelo povo. Eita povo inteligente! Tá com Ana Teresa que trabalha com a gente... Pra deputado... eu vou votar... 13200 estadual eu vou votar Dedé Teixeira 13200... E o nosso federal é Guimarães 1322 eu vou votar 1322... (Transcrição do jingle utilizado em Jaguaruana, na campanha de 2018)

O trecho destacado anteriormente é referente a um dos jingles de campanha utilizados em Jaguaruana, que foram criados pelas próprias lideranças. Em algumas localidades, paródias eram realizadas para animar os eventos e sempre remetiam aos deputados e suas respectivas numerações. No mesmo município, uma hora depois do horário estipulado para o início do ato, os paredões com os jingles começavam a se movimentar e todos seguiam os vereadores que apoiavam o deputado Guimarães e a ex-prefeita Ana Teresa, que passeava pelas ruas da cidade apertando as mãos dos moradores e apresentando o seu candidato à população local ao som das músicas de campanha. Não é possível afirmar a efetividade desses atos no que concerne à conquista de votos, mas é possível inferir que assim como os comícios, estes reafirmam o capital social e político que os liderem políticos possuem dentro do município.

É apenas no comício e na passeata que a maioria dos deputados têm contato direto com a população. Em Jaguaruana, José Guimarães utilizou seu tempo de fala para associar-se a duas figuras de relevante capital social no município: a ex-prefeita e o ex-presidente Lula, à medida que tentava se diferenciar dos demais candidatos ao legislativo federal. Seu discurso transitou entre todos os benefícios levados ao município durante os mandatos dessas duas figuras, colocando-se sempre como mediador e reiterando a importância da sua eleição para aquela localidade. O espaço

também era utilizado para realizar explicações, sobretudo no que concerne à sua ausência na cidade em decorrência do mandato desempenhado em Brasília, mas também sobre questões ligadas à boatos e acusações contra ele e o partido político a qual pertence.

Em setembro de 2018, quinze dias depois do início oficial das campanhas eleitorais, me dirigi ao município de Trairi para a realização do trabalho campo. A expectativa que eu tinha de encontrar cartazes colados nos muros, bandeiras nas casas e outros tipos de manifestações que elucidassem apoio a candidatos foi completamente frustrada. Em um breve passeio pelo centro e pelos distritos de Mundaú, Flecheiras e Emboaca, nada que remetesse às eleições que ocorreram pouco tempo depois estava visível àqueles que passaram por essas localidades. O ambiente era completamente diferente do encontrado em Jaguaruana, era como se o município estivesse deslocado no espaço e no tempo, isolado de toda agitação que as campanhas eleitorais traziam consigo naquele momento em outros municípios.

A gente tem um intercambio até legal... vai, conversa com as pessoas, então... isso aqui é o que a gente tem que fazer, porque se for fazer reunião [com o deputado] a gente vai ficar sozinho. Pra fazer um comício correndo o risco de ficar sozinho, você vai perder sua campanha todinha, melhor você fazer campanhas pontuais e dá mais certo. O deputado fez reunião só com as lideranças e foi embora. Não ia adiantar, fazer reunião pra que? Chegasse lá e não tivesse ninguém... e a vergonha? Melhor que se aquiete mesmo e deixar com as lideranças. Porque a política hoje é assim, liderança por liderança... e quem tiver suas lideranças... (Trecho destacado de entrevista realizada com o vereador de Trairi, Robson Nogueira em setembro de 2018)

Na primeira entrevista realizada com uma liderança local a questão colocada por mim foi elucidada: as atividades de campanha de Trairi se diferenciavam das de Jaguaruana. Ao contrário do que foi apresentado antes, não existiam festividades em torno da campanha do deputado Genecias Noronha. O mesmo sequer realizou atos públicos na região, tudo ficou por conta das lideranças políticas que apostaram nas reuniões comunitárias e nas visitas domiciliares, acabando por conseguir praticamente triplicar a votação de Genecias em Trairi.

Figura 7 e Figura 8 - Reunião de apresentação da candidatura de Genecias Noronha (Solidariedade) em Trairi



FONTE: imagens cedidas pelo vereador Robson Nogueira.

As reuniões ilustradas pela fotografia acima aconteciam da seguinte maneira: a liderança política (vereador ou prefeito), entrava em contato com as lideranças das comunidades (bairros ou distritos) e articulavam a organização de um encontro com a população. Um local amplo, capaz de comportar muitas pessoas era escolhido e divulgado, juntamente com a data e o horário. Geralmente, o lugar cedido pertencia a alguém influente dentro da comunidade: um membro de associação, um comerciante, dentre outros tipos encontrados. No recinto, eram colocadas cadeiras de plástico para que os participantes pudessem sentar. Assim que uma quantidade considerável de pessoas chegava, o líder político começava a reunião.

O comício não se confunde com um ajuntamento qualquer de pessoas em torno de um candidato. Tanto em Pernambuco, quanto no Rio Grande do Sul, a população distingue cuidadosamente o comício da reunião. A reunião é dialogada; o comício, não. No comício, só fala quem está no palanque. Não há lugar para consulta. Os de fora do palanque devem limitar-se a ouvir. Na reunião, a expectativa é inversa. É o candidato quem ouve e, naturalmente, responde. As tentativas de tomar o comício dialogado, a não ser em circunstâncias muito especiais ou no caso de candidatos com muito carisma, são complicadas e podem comprometer o próprio comício. O caráter solene de comício é essencial. (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 36)

Como o trecho anterior menciona, as reuniões tem como característica principal o diálogo. É um momento em que a população pode externar seus anseios aos políticos presentes. Ao acompanhar esses encontros, percebi cinco momentos: i) uma conversa informal antes da reunião começar de fato, ii) a prestação de contas por parte dos líderes políticos, iii) a fala da população, que geralmente cobrava melhorias

em alguns setores ou tirava dúvidas, iv) a apresentação do candidato juntamente com o pedido de votos e, por fim, v) outra conversa informal quando a reunião chegava ao fim.

Esse primeiro momento é uma forma que a liderança política encontra para romper a frieza imposta por aquela situação, tentando se aproximar da população e afastar a ideia de hierarquia concebida por ele ser um representante do município. Quando as pessoas se mostravam mais à vontade, a reunião de fato começava com uma explanação das melhorias que foram feitas ao longo dos mandatos desses líderes, como restauração de escolas, postos de saúde, estradas e obras do tipo. Mostrar-se como alguém eficaz, responsável pela melhoria de diversos setores do município era uma forma de manter ou estabelecer afetividades, como o sentimento de gratidão entre aqueles que estavam presentes.

Após isso, a fala era aberta a população, muitas vezes utilizada por lideranças comunitárias como um momento de reforçar a parceria com as lideranças políticas e enfatizar seu apoio a estas. Também era a hora em que as pessoas insatisfeitas com a gestão do município se manifestavam, sendo esta a brecha crucial para o próximo instante. Após as críticas ou cobranças serem feitas ao líder político na reunião, este apresentava as limitações do município, tais como a falta de orçamento para a realização das melhorias cobradas, colocadas como dependentes de emendas parlamentares.

O que acontece com todos os impostos que entram? Que nós pagamos, eu e você? Todo mundo paga. Praticamente 100% deles vai para o governo federal. Retorna pra gente em forma de FPM. O FPM é na realidade um dinheiro que não dá pra você fazer obras. O que o FPM lhe dá é pra você fazer um... um lixo, a limpeza pública, você consegue pagar medicamento... você consegue manter a máquina pública rolando... pagar a folha, a energia, iluminação pública. Mas você não consegue fazer com que o município cresça. Você não consegue construir uma estrada, você não consegue construir uma praça... não sobra dinheiro pra isso. Então o Governo Federal quase que impõe para com os prefeitos tenham que ir a Brasília pedir verba, pedir... eles chamam de “emendas” para construir alguma coisa no seu município. Porque senão vou passar os quatro anos só fazendo a máquina pública rodar, porque o que vem de lá, o FPM, só dá pra isso. (Trecho retirado de entrevista realizada com o prefeito Marcos Prado em setembro de 2018)

Em suma, essa fala do prefeito era dita da seguinte forma à população: *“nós, gestores do município estamos de mãos atadas, só conseguiremos tais melhorias com o apoio de um deputado federal e um deputado estadual, capazes de conseguir emendas parlamentares para o município”*, a partir de discursos semelhantes a esse

destacado, o quarto momento da reunião se iniciava: os candidatos dos líderes políticos eram apresentados como aqueles que seriam capazes de conseguir as melhorias almejadas para o município. Apenas estes seriam capazes, através de sua influência no Governo Federal e Estadual, de conseguir os meios objetivos e práticos para cumprir as demandas apresentadas pela comunidade. Essa era a solução apontada para sanar os problemas municipais.

Por fim outra conversa informal era iniciada com um tom de despedida enquanto alguns materiais de campanha eram entregues aos interessados, favores eram pedidos, encontros marcados, dúvidas sanadas até que o espaço se esvaziasse e o líder político fosse embora. Essa foi a estratégia mais utilizada nos municípios de Trairi e Jijoca de Jericoacoara. Em ambos, o deputado Genecias Noronha foi o mais votado e possui uma quantidade de votos expressiva. Na primeira localidade, o capital das lideranças foi suficiente para garantir sua hegemonia nessas regiões sem que o mesmo precisasse manter contato direto com a população. Esse modus operandi, que coloca as melhorias do município como dependentes da eleição de deputados apoiados foi vista em todos os municípios acompanhados.

O recurso de campanha que se mostrou hegemônico e foi adotado por todas as lideranças dos municípios acompanhados, são as visitas domiciliares. O passear de casa em casa nas comunidades, o apertar das mãos entre vereadores, prefeitos, ex-prefeitos e moradores, o sentar no sofá alheio enquanto o pedido de voto para o deputado é realizado; tudo isso continua por alimentar a política do corpo-a-corpo, hoje muito substituída pelas redes sociais, demonstrando que muitos eleitores realizam suas escolhas, nesse caso a escolha do voto, a partir da narrativa apresentada pelos líderes políticos de forma presencial.

A gente pega um dia e faz uma agenda e a gente tem lá 26 comunidades... uma média de 26. Aí a gente vai, chega na comunidade São José e vai na casa de uma família tradicional... aí vai na casa da família pra ver, aí senta, conversa: "nós tamo e tal..." "ei tu fala pro pessoal que vai ter um momento sábado quero vocês lá" aí começa: "tá bom, pode contar". Vai na outra comunidade, do mesmo jeito... senta lá, às vezes senta e vai ouvir reclamações, gente dizendo que não quer votar, que não é o momento... e a gente diz: "não... vamos ajudar, porque só assim vamos ter condição de retornar a prefeitura pra fazer alguma coisa pelo município"; e quando você cuida, você vai levando 70 pessoas de uma comunidade, 50 de outra, 80 de outra." (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Durante as passeatas em Jaguaruana ou nas reuniões em Trairi, o povo foi até o ponto de encontro estipulado pelas lideranças. As visitas domiciliares são os únicos momentos em que os papéis se invertem, onde os líderes políticos saem de seus redutos até as casas dos eleitores em busca de “favores”.

Como funciona: ela vai pra lá no sábado, aí a gente vai no comitê, pega material, aí a gente se reúne. Aí fica eu, ela, os outros vereadores que são mais... o pessoal que é mais próximo, que é o pessoal que tipo complementa a política lá. São mais 10 pessoas, a gente se reúne e avalia. “E aí como é que tá rapaz? A comunidade tal lá, a Maria Clara tá chateada lá, disse que não ia pedir voto pros seus candidatos lá não porque você nunca mais andou lá, disse que você esqueceu, então vou ter que falar com ela. Aí vai lá falar com ela, aí vai deixa material. “E aí Maria Clara, tem como teu pai, tua mãe votar?” “Rapaz eu já pedi já, mas a mamãe é meio assim, ela queria até te conhecer porque disse que nem conhece você”. E assim funcionam as visitas nas campanhas. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Essa dinâmica, ainda que simples aos olhos de quem vê de fora, atribui aos eleitores uma grande importância: o poder do voto destes para eleger os representantes do legislativo federal. O reconhecimento disso, ainda que inconscientemente, parece estar presente por parte das lideranças políticas que atribuem às visitas domiciliares a maior parte do êxito tido na eleição dos candidatos em questão.

Figura 9 e Figura 10 - Atividade de campanha realizada pela prefeita Alizandra Gomes em Potengi



FONTE: Imagens retiradas do instagram do deputado federal José Guimarães. Disponível em: <<https://www.instagram.com/alizandragomesoficial/>> Acesso em 7 de maio de 2019.

As visitas domiciliares, ilustradas acima, foram constantemente registradas nas redes sociais e se tornaram materiais de divulgação juntamente com os materiais de

campanha que demonstram o que foi e o que pode ser feito, através do intermédio do deputado. As fotos acima foram retiradas das redes sociais da prefeita de Potengi, que assim como as outras lideranças, publicava diariamente as atividades de campanha em seu município.

2.2 As campanhas eleitorais do legislativo federal e as redes sociais

É complicado falar sobre possíveis *instituídos* na política, uma vez que esta está sempre a se modificar e se reestruturar; no entanto, tomando a cultura política brasileira como parâmetro, é possível notar que em alguns momentos, mesmo que curtos, grupos, regimes e fenômenos políticos se instituíram ainda que em seguida tenham sido superados. O coronelismo trabalhado por Leal (1975), é um exemplo claro de regime que se *estabeleceu* dentro do *campo político* brasileiro durante um período significativo. O coronel era uma figura ligada à política, sociedade, economia e ao meio jurídico. Desenvolveu em suas relações, com o poder privado e o público, prestígio e senso de liderança; era o elo que ligava os poderes municipal, estadual e federal.

Janotti (1981, p. 9) descreveu os coronéis como aqueles que podiam “*ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios.*” Como colocado inúmeras vezes por Victor Nunes Leal, a figura do coronel além de contribuir para o falseamento da representação política, trouxe danos severos para a democracia brasileira. Esses sujeitos eram responsáveis por coagir a população dos municípios em prol de seus interesses; um bom retrato disso, sem dúvidas, eram as eleições, eventos que estes eram responsáveis por organizar e financiar.

Como se já não bastasse a falta de uma verdadeira oposição ao líder municipal, na maioria das vezes, o coronel usava de violência contra aqueles que fossem na contramão de seus princípios. Nas cidades onde existiam forte oposição, esse caráter opressor diminuía, pois aqueles que não concordavam com as atitudes do coronel podiam se esconder nas asas dos opositores que sempre vinham de uma tradição familiar tão poderosa quanto a dele. (LEAL:1975) No Ceará, Lemenhe (1995) demonstra como poder oriundo do coronelismo perdurou por gerações, fazendo com

que a família Bezerra de Menezes assumisse diversos cargos políticos a nível estadual e federal mesmo após as rupturas de estruturas de poder coronelistas.

Após o declínio do coronelismo, outros grupos assumiram a hegemonia política das localidades antes tocadas pelo regime, em algumas destas as oligarquias ganharam protagonismo e dominam a política local até a atualidade. Gondim (1998) trabalha com um grupo de empresários que emergiu na década de 80 se colocando como “os outros”, “os diferentes”, a “nova política”, em contraponto a prática coronelista, antes *instituída*.

Por muito tempo as disputas ocorridas nas campanhas do legislativo federal privilegiam aqueles que detêm *capital político, econômico e/ou social*, na maior parte das vezes oriundos de herança familiar, como é o caso dos empresários analisados por Gondim (1998). Na década de 90, com a redemocratização, boa parte dos candidatos que não herdaram esses capitais a partir dos familiares conseguiram acumulá-los a partir de movimentos estudantis e sindicais, geralmente ligados aos partidos de esquerda, como comenta Gonçalves (2017).

Em 2018, a eleição de Célio Studart (PV)⁴³ para o legislativo federal contrapôs o tradicional jeito de acumular *capitais* e fazer campanha. Nem herança familiar, nem movimento estudantil; Célio conseguiu uma votação expressiva através de um *capital* que este construiu sobretudo a partir da internet. Sua campanha foi massivamente realizada através das redes sociais, por meio de publicações patrocinadas que demonstravam o engajamento do deputado eleito na causa de defesa dos animais.

Ele já havia sido eleito como o vereador mais votado em Fortaleza na campanha de 2016 e desde um pouco antes suas publicações nas redes sociais possuem um alcance grande. Em contraponto a isso, o Ceará tem Aníbal Gomes, deputado federal não reeleito em 2018, que já acumulava 7 mandatos desde a redemocratização. Encontrar alguma informação sobre ele na internet só é possível nas páginas de jornais, uma vez que este não é adepto ao uso das redes sociais. Diferentemente de Célio, Aníbal não teve uma votação expressiva.

Como um deputado que ficou entre os dez mais bem votados no estado não consegue se reeleger na eleição seguinte? Seria simplista inferir que a não reeleição de Aníbal Gomes seja resultado somente da ausência de campanha virtual. Como

⁴³Célio Studart concorreu a um cargo político pela primeira vez em 2012, após isso em 2014, sendo eleito o vereador mais votado de Fortaleza em 2016 e o segundo deputado federal mais votado em 2018.

Goldman; Silva (1998) demonstram, existe uma pluralidade de causas para explicar uma não-reeleição. Perder uma (re)eleição para o legislativo federal pode revelar fragilidade nas alianças formadas e mantidas por este nos últimos anos; pode revelar uma mudança de comportamento eleitoral; pode de fato ser fruto de uma nova forma de se fazer campanha eleitoral que, no entanto, só poderá ser melhor analisada após estudos direcionados a isso.

[...] O acesso às mídias digitais dá voz política para atores que antes estavam excluídos do debate político, provocando uma ampliação da esfera pública e a inclusão de atores (candidatos e cidadãos de maneira geral) anteriormente sem capacidade de manifestação no sistema político, aumentando, assim, o pluralismo e a intensidade da competição política e do debate público, especialmente em períodos eleitorais como inclusive previram analistas pioneiros antes do advento das mídias digitais (BIMBER, 1998; NORRIS, 2001 apud BRAGA; CARLOMAGIO, 2018, p. 43)

O que esta discussão procura mostrar é que hoje deter *capital político* oriundo de herança familiar, tal qual os deputados federais Domingos Neto e Genecias Noronha, ou de movimento estudantil, como os deputados José Guimarães e Luizianne Lins, já não são as únicas maneiras de se tornar e permanecer enquanto *instituído político*. Hoje, as redes sociais aumentam cada vez mais a participação popular nas discussões acerca da política institucional e cotidiana, criando e mantendo *capitais políticos* de figuras antes desconhecidas, como é o caso dos membros do Movimento Brasil Livre (MBL) que a partir da internet alcançaram notoriedade, influência política e hoje dispõem de inúmeros cargos legislativos por todo Brasil.

Desde a década de 1990, Manuel Castells realiza uma discussão sobre o impacto da internet dentro da sociedade, inclusive no que diz respeito à modificação de regimes políticos, movimentos sociais, participação pública e tantas outras questões.

[...] Uma vez que a internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. (CASTELLS, 2003, p. 114)

Manuel Castells (2003) acredita que como a internet está se tornando um meio de comunicação imprescindível para nossa sociedade, por certo esta será apropriada por todas as esferas de nossas vidas, sobretudo a cultura, a economia e a política. Isso justifica o uso das redes sociais como instrumento de atuação, informação, recrutamento, organização, dominação e contra dominação por parte de

atores políticos importantes, tal qual integrantes do parlamento, seja ele municipal, estadual e/ou federal.

Dessa forma, não só a atuação das lideranças políticas como também as próprias campanhas do legislativo estão sendo repensadas e recriadas para se adaptarem a esse novo momento político. No caso das campanhas acompanhadas, o papel das redes sociais foi imprescindível, principalmente por sua ampla utilização pelas coordenações de campanha que difundiam as agendas dos candidatos, as fotos e vídeos dos eventos que estes participavam por todo o estado, assim como as alianças construídas no decorrer deste percurso.

Ainda em *A galáxia da internet (2003)*, Castells demonstra como desde meados de 1990, a internet atuou com protagonismo no que diz respeito à organização dos movimentos sociais, sobretudo na disposição de seus atos a reformulação de suas ideias.

Esperava-se que a internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia – e ainda se espera. Como dá fácil acesso a informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem-informados quanto seus líderes. Com boa vontade do governo, todos os registros públicos, bem como um amplo espectro de informação não sigilosa, poderia ser disponibilizado on-line. A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que de fato é um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano. (Ibid, p.128)

As entrevistas realizadas com lideranças políticas demonstraram que, como sugere Manuel Castells, hoje as redes sociais são instrumentos que possibilitam os cidadãos terem acesso a informações e expressarem suas opiniões. Indaguei algumas vezes como a população que não tem acesso a dados sobre benfeitorias realizadas no município pode inferir que aquilo é resultado de um esforço coletivo entre liderança e deputado. Os líderes colocaram que sempre que alguma verba é repassada à localidade ou alguma obra é iniciada ou concluída é realizada uma divulgação, sobretudo através do Facebook e WhatsApp que inclui a divulgação do documento do repasse até a publicização dos responsáveis por conquistar aquele benefício.

Mas é divulgado... a gente divulga na câmara né? Porque antes da campanha a gente pode divulgar, qual foi a emenda e o valor que ele mandou. Porque vem lá do governo federal um papel que entra no map... é... movimento não sei quê, que ele tem lá do Governo do Estado, do Governo Federal, tem lá a

peessoa que destinou. Então a gente vai pegando e vai mostrando. A gente faz um trabalho de mostrar que eles estão trabalhando pra gente. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Robson Nogueira em setembro de 2018)

O trecho destacado da entrevista realizada com o vereador Robson Nogueira reitera a ideia difundida por Castells: a de que as redes sociais possibilitam uma prestação de contas à população através do acesso à informação, seja por uma pesquisa ao portal da transparência do Governo Federal ou a visualização de um documento de repasse de verba publicado pelo líder político em suas redes sociais.

Um estudo internacional interessante e bem-documentado do uso da internet nos parlamentos dos países da OECD, comprovou o rápido aumento do uso da Internet, tanto pelo parlamento quanto em sua relação com o eleitorado, mas mostrou também, em geral, uma grande persistência de práticas políticas tradicionais. (COLEMAN, TAYLOR, e VAN DEN DONK, 1999 apud CASTELLS, 2003, p. 128)

Para além do período de campanha eleitoral, no dia a dia é uma forma de prestar contas e informar a população sobre o que tem sido realizado durante o mandato, justificar os posicionamentos em votações na Câmara dos Deputados, reiterar críticas à oposição e reafirmar posicionamentos dos deputados. O estudo realizado por Coleman, Taylor e Van den Donk em 1999, e comentado por Castells acima, demonstra como o uso da internet pelos parlamentares já apontava para uma crescente aderência a essa prática, no entanto, sem deixar de lado algumas práticas políticas consideradas tradicionais.

Os partidos políticos usam rotineiramente a web, e, durante campanhas eleitorais, seus candidatos ou substitutos mostram-se devidamente cuidadosos com ela. A televisão, o rádio e os jornais continuam, contudo, sendo a mídia preferida uma vez que se ajustam melhor ao padrão de comunicação de um-para-muitos que ainda é a norma na política. (Ibid, p.128)

Talvez a ideia proferida por Castells de que a televisão, o rádio e os jornais continuam sendo as mídias preferidas já não possuam tanta validade na realidade brasileira atual. Com as mudanças nas regras eleitorais, o tempo a disposição dos candidatos na TV e no rádio, o horário político obrigatório, tornou-se escasso, não sendo este a principal via de comunicação dos postulantes às eleições. Nas redes sociais, estes encontram um espaço mais amplo e sem limite de tempo para publicar

materiais de campanha, divulgar suas propostas, prestar contas, realizar convites e esclarecer outras questões relacionadas a seus mandatos.

Em 2018, após o atentado sofrido por Jair Bolsonaro, à época candidato a presidência do Brasil pelo PSL, o mesmo recuou e cancelou todos os atos de campanha presenciais. Alguns de seus apoiadores realizaram algumas atividades mesmo sem a presença do candidato, no entanto, um dos meios que impulsionou sua candidatura foram as redes sociais, onde este realizava aparições diariamente, através das *lives*⁴⁴. No Ceará, fenômeno semelhante ocorreu com o deputado estadual eleito André Fernandes (PSL), que acumulou grande capital social e político a partir de vídeos que este gravava para seu canal no Youtube. Na época da campanha, o foco da candidatura deste eram as redes sociais e após, durante o mandato, continuam sendo o principal meio de comunicação para com seus eleitores.

Quanto à bancada do legislativo federal eleita pelo Ceará, acredito que hoje o deputado Célio Studart (PV) seja o exemplo mais interessante para compreender como as redes sociais auxiliam no acúmulo do capital social responsável por eleições para cargos políticos, assim como recriam o *fazer política* em época de campanhas eleitorais. Embora sua campanha não tenha sido 100% virtual, e em alguns momentos este tenha realizado atos presenciais, o chamado corpo-a-corpo, o *capital social* que o possibilitou ser eleito o vereador mais votado de Fortaleza em 2016 e o segundo deputado federal mais votado do Ceará em 2018, com 208.854 votos, foi construído sobretudo a partir da internet.

A relevância da internet no que diz respeito as campanhas eleitorais é tão notória, que em 2018 após o Tribunal Superior Eleitoral definir as regras do pleito daquele ano, a Justiça Eleitoral produziu uma cartilha com as orientações sobre as permissões e proibições, novas regras e direito de resposta e outras condições no tocante às propagandas eleitorais na internet.

As últimas campanhas eleitorais brasileiras se caracterizaram pelo uso e incorporação maciça da internet e das mídias sociais como ferramenta de propaganda pelos candidatos. Nesse sentido, as eleições de 2014 e 2016 consolidaram essa tendência, com virtualmente todos os candidatos aos cargos majoritários e grande parcela dos candidatos a cargos proporcionais, utilizando a internet e algum tipo de mídia digital como ferramenta de comunicação e interação com os cidadãos, de maneira geral, e não apenas com o potencial eleitor. (BRAGA; CARLOMAGIO, 2018, p. 7)

⁴⁴ Lives são transmissões de vídeo “ao vivo” através das redes sociais. Estas não possuem um limite de telespectadores e permitem que milhões de pessoas assistam determinada aparição simultaneamente.

Além de pesquisadores estrangeiros, como Manuel Castells, hoje no Brasil já existe uma leva de estudiosos que se debruçam para compreender a relação existente entre política e internet, tal qual Braga; Carlomagno (2018)⁴⁵ citados anteriormente. Gonçalves (2017) no artigo *Novas formas de participação: a política em tempos de Facebook* e Aggio (2010)⁴⁶ em *Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009*, esclarecem como a eleição de Barack Obama, em 2008, impulsionou a utilização das redes sociais na tocante realização de campanhas eleitorais. Hoje, as redes sociais são acionadas por todas as esferas, desde o legislativo municipal ao legislativo federal.

Figura 11 - Genecias Noronha em evento de campanha ao lado de Lindberg Farias, prefeito de Jijoca de Jericoacoara

Figura 12 – José Guimarães em evento ao lado de Elizandra Gomes, prefeita de Potengi



FONTE: imagem retirada do instagram do deputado federal José Guimarães. Disponível em: <https://www.instagram.com/dep_guimaraes/> Acesso em 7 de maio de 2019.

FONTE: Imagem obtida através do Instagram do deputado Genecias Noronha. Disponível em <<https://www.instagram.com/geneciasnoronha/>> Acesso em 14 de janeiro de 2020.

⁴⁵ Sérgio Braga possui vários trabalhos acerca da política no âmbito da internet. Outro é O uso da Internet nas Campanhas Eleitorais: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil, publicado em 2011.

⁴⁶ Camillo Aggio é pesquisador e possui inúmeras contribuições acerca da temática que envolve campanhas eleitorais e internet. Dentre os principais, estão: *Campanhas políticas e sites para redes sociais: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010* (2014), *Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online* (2011) e *Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012* (2013).

Esta e quase toda a totalidade de imagens apresentadas até então – e as outras presentes no acervo da pesquisa – foram obtidas através das redes sociais⁴⁷ dos candidatos acompanhados e das lideranças que os apoiaram. Para além da importância da internet enquanto um agrupamento de dados que desafia o fazer sociológico na contemporaneidade, as redes sociais mostraram ser subterfúgios que tornam as campanhas mais acessíveis àqueles que hoje se encontram conectados a internet.

O whatsapp é a maior forma de chegar próximo as pessoas. Facebook... Botei no meu facebook pessoal, aí se você olhar aqui, eu botei hoje de manhãzinha, escrevi pela manhã, coloquei as fotos "queria agradecer ao povo de Mundaú". De 9h da manhã até aqui [12h] nós temos o que? 68 pessoas que curtiram. Visualização só deus sabe. Então nos comentários você não vê um negativo, só positivo. Então essas pessoas aqui evidentemente vão me ajudar, então é muito mais fácil do que se eu sair. Mais pessoas, mais rápido, e aquelas pessoas que botam né, eu nunca vi não aquelas pessoas que vem falar besteira... e se algum fala o outro vem logo e rebate. (Trecho destacado de entrevista com o vereador Robson Nogueira, realizada em setembro de 2018)

O que foi descrito pelo vereador Robson Nogueira, se mostrou uma das estratégias de campanha do legislativo federal mais difundidas: a divulgação dos materiais virtuais nas redes sociais. Além de ser mais barato criar uma arte em formato de foto para ser difundida no Whatsapp, era menos dispendioso pois sua divulgação poderia ser feita com apenas alguns cliques. Para os líderes era uma das formas mais efetivas de atrair o eleitorado uma vez que as publicações possuem grande alcance na população local, são gratuitas e não exigem esforço de locomoção: a campanha pode ser feita de casa e ainda sim alcançar um número considerável de pessoas. Apesar de ser um trunfo reconhecidamente importante por parte dos líderes, estes ainda utilizam associados a práticas tradicionais de campanha, tal qual as visitas domiciliares, passeatas e comícios.

O uso da rede social dele é de forma muito moderada, a gente utiliza mas sem mais expressar porque assim: uma das coisas que a gente percebe é que o excesso do uso da rede social faz o mesmo efeito daquele que usa da forma moderada, tem gente que usa demais e acaba aborrecendo os seguidores. Toda hora sua rede social sendo invadida, principalmente nessa questão política que hoje a gente percebe que está tendo uma certa aversão

⁴⁷ imagens retiradas do instagram do deputado federal José Guimarães. Disponível em: <<https://www.instagram.com/alizandragomesoficial/>> Acesso em 7 de maio de 2019.
FONTE: imagens retiradas do instagram do deputado federal Genecias Noronha. Disponível em: <<https://www.instagram.com/geneciasnoronha/>> Acesso em 7 de maio de 2019.

das pessoas a gente procura fazer esse mesmo trabalho. Você tá vendo também muito envolvimento. Por mais que a gente tente acompanhar, monitorar, a repercussão das publicações, nem sempre a gente consegue identificar o sentimento de quem tá no outro lado. (Trecho retirado de entrevista realizada Raimundo, chefe de gabinete do deputado Genecias Noronha, em agosto de 2018)

Figura 13 e Figura 14 – Material virtual de divulgação da campanha de Genecias Noronha



FONTE: Imagens obtidas através do Instagram do deputado Genecias Noronha. Disponível em <<https://www.instagram.com/geneciasnoronha/>> Acesso em 14 de janeiro de 2020.

Observando a internet enquanto mecanismo de divulgação durante os pleitos eleitorais, por diversas vezes em campo o uso intensivo das redes sociais não se apresentou como unanimidade. Isso pode ser observado a partir da fala do chefe de gabinete do deputado Genecias Noronha, que defende o uso moderado das redes sociais por parte da classe política, uma vez que para ele o efeito de sua utilização pode ser controverso ao que se espera e prejudicar mais do que beneficiar o candidato. Ainda assim, o candidato em questão – e sua coordenação de campanha – diariamente atualizava suas redes sociais com informações antes repassadas aos jornais. Antes, os candidatos informavam suas respectivas agendas através de ligações para que a mídia e os demais interessados pudessem ter ciência e divulgar; nas eleições de 2018, a maior parte das candidaturas tornava a agenda pública através das redes sociais.

O uso diário das redes sociais para divulgação de conteúdos relacionados às campanhas eleitorais é visto como algo inerente à temporalidade que vivemos. Hoje, as redes sociais se apresentam enquanto instrumentos riquíssimos para fins profissionais e políticos, como se pode observar ao analisar seu papel nas campanhas eleitorais contemporâneas. A realização de uma “campanha virtual” aparece, assim, como recurso importante das campanhas do legislativo federal, aparentemente tanto quanto às práticas políticas tradicionais como passeatas, comícios, visitas domiciliares e outras discutidas nas páginas anteriores. Mais que isso, hoje, estas são um amplo campo que podem contribuir para a criação e manutenção de capitais sociais que podem ter como consequência direta a eleição de candidatos antes não instituídos politicamente.

2 A ORGANIZAÇÃO DAS BASES ELEITORAIS

Genecias Mateus Noronha (Solidariedade) desempenha atualmente um terceiro mandato de deputado federal, tendo sido anteriormente eleito pela primeira vez nas eleições de 2010 e posteriormente em 2014 e 2018. Sua trajetória na política institucional se iniciou em 2000, quando foi eleito pela primeira vez a um cargo público: o de vice-prefeito de Parambu. Em 2004 e 2008 Genecias, até então filiado pelo PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro), hoje MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ganhou as eleições municipais e passou a ocupar o cargo de prefeito do mesmo município.

Com uma trajetória política controversa, em 2016 o Tribunal de Justiça do Ceará condenou Genecias Noronha à suspensão de direitos políticos e ao pagamento de uma multa em decorrência de improbidade administrativa: enquanto prefeito, ele contratou cerca de 2.600 servidores temporários sem a exigência de concurso público, o que pode ter aberto margem para a contratação de indivíduos com base em interesses privados e políticos, segundo a sentença do Tribunal de Justiça.⁴⁸

No início de 2020, o então deputado foi novamente condenado, desta vez pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará, juntamente com sua esposa, a deputada estadual Aderlânia Noronha, também acusada de utilizar, juntamente com o marido, as redes sociais da prefeitura de Parambu para a promoção de suas campanhas eleitorais em um período anterior ao pleito de 2018. Juntamente a estes, o TRE-CE também determinou a inelegibilidade do Prefeito e Vice-prefeito de Parambu, Raimundo Noronha Filho e Luiz Noronha Júnior, ambos parentes de Genecias.⁴⁹ Como é evidenciado pela natureza dos sobrenomes referidos anteriormente, Parambu é um município de hegemonia política dominada pela família Noronha:

Em Parambu temos a hegemonia política da família Noronha há cerca de quatro décadas, no entanto essa família é dividida em duas facções: Mateus Noronha e Ferreira Noronha. Essas duas facções disputam entre si o poder local da cidade, coligando-se a outras famílias, não conseguindo predominar uma única facção durante muito tempo. (PESSOA, 2009, p. 8)

⁴⁸ Mais detalhes sobre a condenação podem ser lidos no site do Tribunal de Justiça do Ceará. Disponível em: <tjce.jus.br/noticias/ex-prefeito-de-parambu-e-condenado-por-improbidade-administrativa/> Acesso em 17 de fevereiro de 2020.

⁴⁹ Mais detalhes acerca da condenação podem ser lidos no site do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/imprensa/noticias-tre-ce/2020/Fevereiro/tre-ce-cassa-diplomas-de-deputado-federal-e-deputada-estadual>> Acesso em 17 de fevereiro de 2020.

Apesar da segmentação familiar, pode-se inferir que Genecias Noronha herdou um capital social e político de origem familiar, uma vez que sua família protagoniza os processos políticos da localidade há décadas. Algo semelhante ocorre com o então deputado federal Domingos Neto (PSD), que é filho de Domingos Filho (PSD), ex-deputado estadual e ex-vice-governador do Ceará, e Patrícia Aguiar (PSD), ex-prefeita de Tauá por 3 mandatos e atualmente deputada estadual eleita no Ceará em decorrência da impugnação da candidatura de seu marido⁵⁰. A página de Domingos Filho disponibilizada pela Assembleia Legislativa, elucida bem o arranjo político familiar aqui mencionado:

Descendente de família política, Domingos Filho herdou do pai, Domingos Gomes de Aguiar, a vontade de dar continuidade à tradição, que iniciou com o seu bisavô, Domingos Gomes de Freitas, e do avô, Odilon Aguiar. De sua mãe, Mônica Moreira Gomes de Aguiar, recebeu as primeiras noções de política. (FONTE: Assembleia Legislativa do Ceará)

A semelhança entre a trajetória política de Genecias Noronha e Domingos Neto, ambos atualmente deputados federais eleitos pelo estado do Ceará, abre margem para a discussão de como determinados capitais sociais e políticos podem ser considerados frutos, em sua origem, de heranças familiares com grande respaldo na política cearense.

Grupos e redes de parentesco, de “amizade política” e de identidades territoriais são as unidades principais de mobilização política que permeiam as estruturas formais do poder, tais como os partidos, as instâncias decisórias e o aparelho burocrático. (LEMENHE, 1995, p. 25)

As candidaturas citadas anteriormente dialogam com o trecho destacado por possuírem como alicerces principais as redes de parentesco que se interpõem dentro e fora da política institucional. Reconhecer a existência dessa “herança familiar” não significa entender que as campanhas eleitorais estão dadas a estes sujeitos, pelo contrário, incubem a estes a necessidade constante de manter, ampliar e preservar os capitais sociais e/ou políticos que muitas vezes perpassam as gerações. Tal temática é elucidada na obra *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis (1995)*,

⁵⁰ Segundo a entrevista no Jornal Diário do Nordeste, em 20 de agosto de 2018 “Domingos Filho orientou a esposa, a ex-prefeita de Tauá, Patrícia Aguiar (PSD), a também registrar candidatura para uma das 46 vagas à Assembleia Legislativa. Caso a postulação dele não tenha êxito, por qualquer impedimento judicial, o conselheiro passará a fazer campanha para Patrícia.” Ver matéria na íntegra no site oficial do Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <[http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonilva/eleicoes-2/domingos-filho-diz-que-impugnacao-de-sua-candidatura-e-trama-politica/](http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/eleicoes-2/domingos-filho-diz-que-impugnacao-de-sua-candidatura-e-trama-politica/)> Acesso em 22 de abril de 2020.

em que Lemenhe aborda a trajetória e a consolidação política da família Bezerra de Menezes no Ceará.

A autora demonstra como a *“estrutura agrária não tipicamente capitalista e poder nacional centralizado, podem ser invocados como instâncias explicativas da reiteração do poder tradicional num espaço como no Ceará”* nas décadas passadas (Ibidem, p. 229), no entanto, acrescenta que isso também é fruto de construção de uma *“teia de ações visíveis e invisíveis firmadas na experiência dos atores, na capacidade de formular estratégias e adequar sua vontade de poder aos elementos da cultura, às conjunturas políticas e as condições estruturais locais e nacionais”*. (Ibidem, p. 229-230)

Portanto, a partir da semelhança dos casos, compreendo que o protagonismo tanto da candidatura de Genecias Noronha (solidariedade), como de Domingos Neto, *“pode ser compreendida como estando fundada na acumulação de diferentes formas de capital: simbólico, político e econômico”* mas também que são representados a partir da *“elaboração de uma imagem de família, que tem e fez história”* (ibidem, p. 230).

Diferentemente dos exemplos anteriores, o outro sujeito principal da pesquisa, José Nobre Guimarães iniciou sua carreira política na década de 1980, enquanto conciliava a militância em movimentos sindicais e sociais com a faculdade de direito, concluída no final da mesma década. Ainda que José Genoíno (PT), irmão deste, participasse ativamente de movimentos políticos de oposição desde o regime militar, o atual deputado construiu sua trajetória política sem ter como base capitais sociais ou políticos de origem familiar.

Em 1985, ele coordenou a campanha vitoriosa da ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenele e se tornou chefe de gabinete desta. Posteriormente, após contribuir vastamente para a difusão do Partido dos Trabalhadores pelo interior do Ceará, Guimarães foi eleito deputado estadual por dois mandatos e em 2018 foi eleito pela quarta vez consecutiva deputado federal por seu estado natal.⁵¹ Assim como seu irmão, José Genoíno, o deputado se envolveu em alguns casos controversos, sendo o mais notório o episódio em que um de seus assessores (José Adalberto Vieira da Silva) foi preso no aeroporto de Congonhas, em 2005, com R\$209.000 em espécie

⁵¹ Tais informações são fruto de um levantamento realizado no site do Deputado José Guimarães (PT). Ver em: <<http://www.guimaraes.org.br/30-Anos-De-PT>> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

dentro de uma maleta e R\$100.000 dentro da cueca; o então parlamentar foi absolvido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2012.⁵²

O percurso político da também deputada estadual e ex-prefeita de Fortaleza Luizianne Lins é semelhante à trajetória do deputado José Guimarães. A parlamentar iniciou sua trajetória política por meio da militância enquanto esta ainda era aluna da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde professora (hoje licenciada) desde 1995. Antes de se formar como jornalista, Luizianne Lins foi presidente do Centro Acadêmico de Comunicação Social da UFC, presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE-UFC) e posteriormente diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE). Antes de ser eleita vereadora de Fortaleza e deputada estadual, a deputada desempenhou alguns cargos como a de presidente do Partido dos Trabalhadores no Ceará.⁵³

Ao ler a trajetória política do deputado José Guimarães (PT) e da deputada Luizianne Lins (PT), nota-se que ambos construíram seus capitais sociais e políticos a partir do movimento estudantil e da militância no Partido dos Trabalhadores, onde estes são filiados até hoje. Gonçalves (2012) demonstra como a *militância voluntária*, diferentemente da remunerada, é vista como um setor mais politizado, que pensa no bem comum e, portanto, coloca os ideais coletivos acima dos interesses particulares. Em suma, ainda hoje existe uma noção de que militância não remunerada agrega indivíduos com maior criticidade política e social, em detrimento daqueles que o fazem em troca do recebimento de dinheiro.

Como a inserção dos deputados José Guimarães e Luizianne Lins foi dessemelhante ao ingresso de Genecias Noronha e Domingos Neto no campo político, seria plausível que estes possuíssem traços gerais, referentes às suas eleições, completamente distintos uns dos outros. No entanto, com exceção de Luizianne Lins que possui uma votação concentrada em Fortaleza e na região metropolitana, os outros três possuem votações pulverizadas pelo Ceará, e fazem uso de elementos gerais que serão apresentados e discutidos no decorrer do trabalho com

⁵² Mais detalhes sobre o escândalo podem ser encontrados em diversos jornais brasileiros. Ver em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/22/arquivamento-da-investigacao-do-caso-dos-dolares-na-cueca-e-negado-pela-justica-no-ceara.ghtml>> Acesso em 18 de fevereiro de 2020. Ver em: <<https://veja.abril.com.br/politica/novo-lider-do-governo-tem-escandalo-dos-dolares-na-cueca-no-curriculo/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

⁵³ Tais informações podem ser encontradas na página da deputada localizada no site do Partido dos Trabalhadores. Ver em: <<https://pt.org.br/luizianne-lins>> Acesso em 27 de março de 2020.

o fim de explicar a eleição de parte considerável da bancada cearense na Câmara dos Deputados em Brasília.

A geografia política do voto, ou melhor, sua distribuição territorial já foi alvo de análise realizada por diversos autores, tal qual Carvalho (2003), Maybew (1974), Figueiredo; Limongi (1995), que privilegiaram uma discussão voltada ao legislativo federal brasileiro. Tais estudos demonstram como de fato existe uma diferença no perfil não só eleitoral como na própria atuação parlamentar daqueles que possuem votações concentradas nas capitais do país e aqueles que possuem votações pulverizadas pelo estado. Em outras palavras, ainda que a trajetória política de diversos candidatos acompanhados seja distinta, inclusive suas filiações partidárias, é notória a semelhança das práticas gerais adotadas por estes no decorrer do processo que culmina em suas eleições, já que todos estes partilham de votações expressivas nos interiores do Ceará.

Ao final das observações, o que me pareceu evidente foi que o embate e a identificação ideológica, em quase todas as situações que denotam as campanhas eleitorais, perde espaço para questões mais pragmáticas, como a constituição de alianças profícuas, portanto é comum encontrar arranjos políticos protagonizados por indivíduos de partidos políticos distintos.

Durante o período eleitoral, é comum encontrar alianças entre sujeitos de partidos políticos diferentes. Por exemplo, o prefeito Marcos Prado, que é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apoiou o deputado federal Genecias Noronha que é integrante do Partido Solidariedade. De acordo com o site do Tribunal Regional Eleitoral⁵⁴, dez candidatos que fazem parte do mesmo partido que o prefeito foram votados em Trairi: Roberto Pessoa (153 votos), Danilo Forte (58 votos), Raimundo Matos (46 votos), Arnaldo (9 votos), Sargento Gerson (7 votos), Moema (4 votos), Ana Vitória (2 votos), Gilmara Girão (2 votos), Raimundo Bezerra Filho (2 votos) e Paulo Montenegro (1 voto), mas nenhum obteve um número de votos sequer próximo ao de Genecias Noronha (5.312 votos) no município. Semelhante ao que ocorreu em Trairi, em Jaguaruana um dos principais apoiadores de José Guimarães (PT) era Afraudizio Soares, do PC do B. Apesar da proximidade ideológica entre os

⁵⁴ Tais informações foram retiradas da página oficial do Tribunal Regional Eleitoral. Ver em: <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2018/MUNICIPIOS/RESULTADOS/1T/RESULTADO_MUNICIPIO/MUNIC-RES-RESULTADO_GERAL_TRAIRI.HTML> Acesso em 30 de março de 2020.

dois partidos, o que quero enfatizar é que em ambos municípios foram formadas alianças entre sujeitos de diferentes partidos políticos.

Com relação a isso, a pergunta que fiz às lideranças políticas foi a seguinte: *por que apoiar um candidato de outro partido em detrimento de todos os outros que integram o mesmo que você?* As respostas, em suma, foram numa mesma direção: no jogo político, apenas a afinidade ideológica não é suficiente para a concretização de alianças, é necessária também a capacidade de fomentar determinadas trocas que alicerçam tais vínculos.

2.1 As atribuições do deputado federal

Afinal, o que faz um deputado federal? Durante o trabalho de campo, no dia a dia, conversando as pessoas de diferentes localidades, percebi o quão estranho é essa instância do legislativo para a população. Que o deputado federal é mais um dos representantes do povo dentro do modelo político democrático, acredito que a esmagadora maioria das pessoas saiba, o que me parece ser responsável pela maior parte dos equívocos relacionados a esse cargo diz respeito às funções atribuídas a este, sendo comum a mim, durante o trabalho de campo, ouvir pessoas pedindo o intermédio do deputado em questões que estão fora da sua alçada. Este tópico, em específico, foi pensado com o intuito de elucidar questões relacionadas às atribuições do legislativo federal antes de adentrar as problemáticas principais da dissertação.

No site⁵⁵ da Câmara dos Deputados, existe uma matéria com o título “*Saiba o que faz um deputado federal*” onde está escrito que as tarefas dos deputados federais são legislar e fiscalizar o executivo federal, semelhante à prática desenvolvida nas câmaras estaduais e municipais. Ainda no artigo, é brevemente mencionado a negociação de emendas destinadas ao estado o qual estes representam; na prática, aos municípios em que os líderes municipais os ajudaram a se eleger. De fato, como é mencionado no artigo, os deputados recorrem incessantemente aos ministérios em busca de verbas e aprovações de projetos que possam garantir benfeitorias ao estado que este representa.

⁵⁵ Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/563463-SAIBA-O-QUE-FAZ-UM-DEPUTADO-FEDERAL.html>> Acesso em 28 de maio de 2019.

O relacionamento entre prefeito e deputado é pra encurtar essa distância entre Brasília, entre os ministros que é quem comanda as emendas são os ministros e o presidente da república e os municípios. Porque a gente não consegue chegar ao presidente da república, claro, são mais de 5 mil municípios, já pensou se todo mundo consegue chegar ao presidente? Claro, ele não ia conseguir trabalhar. Então a gente chega primeiro aos nossos deputados, no nosso caso o Genecias. (Trecho retirado de entrevista realizada com o prefeito Marcos Prado no dia 25/09/2018)

O trecho destacado é de uma entrevista realizada em 2018 com o prefeito de Trairi, Marcos Prado, e demonstra que ao recorrer aos ministérios em busca de acordos benéficos aos municípios do Ceará, os representantes federais atuam como porta-vozes dos prefeitos e vereadores em Brasília, uma vez que as demandas apresentadas são frutos de pedidos feitos por terceiros, geralmente os líderes políticos dos municípios; dessa forma, dificilmente, os deputados federais se empenham em tentar aprovar uma proposta que não signifique um retorno às suas bases eleitorais, e conseqüentemente à ele.

Existem casos que fogem do habitual: em 2018, por exemplo, o deputado José Guimarães destinou uma emenda parlamentar para o Acre e outra para Sergipe. Ainda sim, estas representam apenas 7% das emendas aprovadas pelo deputado no mandato desempenhado entre 2014 e 2018. Todas as outras 26 emendas parlamentares (93% do total) foram dirigidas a pelo menos 54 municípios do Ceará. Com raras exceções, como a apresentada anteriormente, a totalidade das emendas parlamentares são reservadas ao estado que está sendo representado pelo membro do congresso.

Há tempos cientistas sociais e políticos buscam compreender esses e tantos outros fenômenos ligados ao legislativo federal. No que diz respeito à atividade parlamentar, Bezerra (1999), por exemplo, demonstra que segundo a concepção de alguns deputados federais, seus deveres perpassam a

[...] produção de leis, participação em debates, uso da palavra, frequência ao plenário e comissões (o que é tido como a face pública do trabalho parlamentar), redação de projetos e discursos, declarações à imprensa, discussão de projetos, encaminhamento de correspondência aos eleitores [...] (BEZERRA, 1999, p. 36)

Além dessas atividades, o parlamentar presta atendimento às suas bases eleitorais, sobretudo no que diz respeito à destinação de verbas, mas não somente isso, às vezes o deputado participa de eventos municipais, demonstrando o apoio e

reafirmando a manutenção da aliança ali firmada⁵⁶. As demandas vêm da população, passam pelas lideranças comunitárias, que repassam às lideranças políticas dos municípios; ou seja, aos vereadores, ex-vereadores, prefeitos e ex-prefeitos. Estes, por sua vez, se articulam com os deputados federais e estaduais que apoiaram durante as campanhas eleitorais. Percebi em campo que é quase impossível que as demandas solicitadas pelos deputados federais sigam uma ordem diferente desta apresentada, sobretudo porque uma vez que o deputado federal passa a maior parte da semana em Brasília não possui recursos práticos para saber das necessidades do município sem ser através dos líderes.

Pelo trabalho que mostrei as pessoas viram que ele merecia o voto de confiança, ele me representa, o povo agora vai votar nele mais sentindo saudade porque já tem dois anos de mandato e a cidade não apresentou as conquistas que poderia ter apresentado... e a cidade tá órfã de deputado federal no sentido junto ao prefeito. (Trecho retirado de entrevista realizada dia 31/07/2019 com a ex-prefeita de Jaguaruana)

No caso de municípios onde as lideranças políticas que apoiaram o deputado não estão na situação, como é o caso de Jaguaruana, o número de recursos aprovados tende a ser menor⁵⁷, pois a prioridade parece ser dos apoiadores que ocupam a máquina política municipal. Na entrevista destacada, a ex-prefeita Ana Teresa disse que após sair da prefeitura o município não conseguiu nenhuma obra relevante, isso porque segundo ela o prefeito “não possui um deputado federal”, em outras palavras, não dispõe de *alianças* no Congresso Nacional que o ofereça isso. Dessa forma, a não aprovação de emenda para municípios em que os líderes políticos aliados não estejam na situação também é estratégico, uma vez que demonstra que apenas com a eleição da pessoa X, apoiada por determinado deputado federal, o município passará a ter benefícios conquistados novamente.

Em contrapartida às *dádivas*⁵⁸ trocadas entre os agentes, o não cumprimento das promessas realizadas em campanhas por parte dos deputados federais aos líderes políticos, — como por exemplo não conseguir nenhuma emenda para o município — pode ser motivo suficiente para o rompimento das alianças estabelecidas

⁵⁶ José Guimarães (PT), por exemplo, foi à Jaguaruana participar do evento “100 dias de mandato”, referente à prestação de contas do mandato de Ana Teresa (PT) no município.

⁵⁷ Após a saída de Ana Teresa da prefeitura de Jaguaruana, não houve mais aprovação de emendas para o município através do intermédio do deputado José Guimarães (PT) .

⁵⁸ O conceito de *dádiva* é discutido por Marcel Mauss. No livro *Ensaio Sobre a Dádiva* (2007), o sociólogo e antropólogo discorre sobre reciprocidade, intercâmbio, e contrato a partir da realidade de povos da Polinésia.

entre o deputado federal e a liderança política do município, estando este último disposto a acolher um outro nome que possa beneficiar a política local. Durante as entrevistas pude perceber que a principal motivação que leva prefeitos e vereadores a apoiar determinados candidatos é a captação de recursos para o município. Logo, não faz sentido continuar apoiando alguém que em 4 anos não conseguiu levar benefícios à sua localidade. Apesar de serem extremamente relevantes para a fomentação das alianças entre deputados e lideranças políticas, os vínculos não são resumíveis às emendas parlamentares, sendo estas apenas uma variável dessas relações. No capítulo posterior, essa questão será melhor aprofundada.

Retornando ao ponto principal do tópico: o deputado federal é um agente que goza de relevante capital social e político dentro do estado o qual foi eleito e mantém uma rede de lideranças políticas e comunitárias responsáveis por sua ascensão e manutenção no poder legislativo federal, como já evidenciaram pesquisas anteriores como Bezerra (1999) e Carvalho (2003). Uma primeira impressão ao iniciar esta pesquisa era a de que o período das campanhas eleitorais eram a parte chave das eleições, mas no desenrolar do trabalho de campo reconheço o período oficial de 52 dias como um momento de acionar as bases eleitorais já consolidadas anteriormente. Os trabalhos que garantem a eleição dos deputados começam muito antes — ou não param entre uma eleição e outra —, o candidato é obrigado a realizar, mesmo sem estar de licença parlamentar, diversas atividades relacionadas à sua candidatura⁵⁹, conciliando o mandato a estas. Estando a semana em Brasília⁶⁰, teoricamente, só resta os finais de semana para percorrer o Ceará com o fim de buscar novas alianças, manter as atuais e impedir que as antigas se rompam.

Recorri ao Site da Câmara dos Deputados em busca de informações sobre a frequência dos membros participantes da pesquisa nas sessões do plenário. O principal pressuposto que guiava essa investigação era o de que em anos eleitorais (2014 e 2018 particularmente) essas faltas aumentariam em virtude da necessidade de estar mais próximo às bases eleitorais.

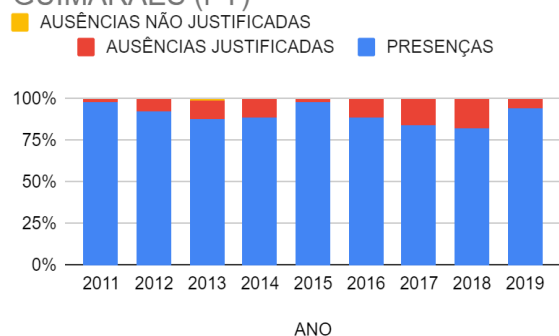
⁵⁹ Por unanimidade, os interlocutores afirmaram que as alianças são acionadas pelo menos cerca de 1 ano antes das eleições. Os deputados federais costumam procurá-los em busca de reafirmar os vínculos e o apoio destes nas eleições.

⁶⁰ Apesar da teoria, muitos deputados faltam às sessões na Câmara para cumprir compromissos no estado. Em algumas publicações no Instagram dos deputados sabe-se que os mesmos estavam no Ceará, em alguma convenção ou reunião, quando deveriam estar em Brasília.

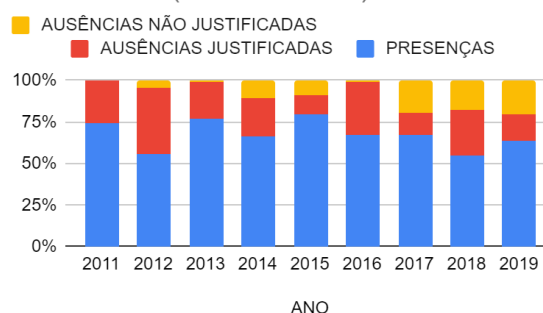
Gráfico 1 – Presença de José Guimarães, por dia, nas sessões do plenário

Gráfico 2 – Presença de Genecias Noronha, por dia, nas sessões do plenário

SESSÕES NO PLENÁRIO - JOSÉ GUIMARÃES (PT)



SESSÕES NO PLENÁRIO - GENECIAS NORONHA (Solidariedade)



FONTE: Gráficos elaborados pela autora a partir de informações retiradas do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160669>> Acesso em 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/141470>> Acesso em 31 de março de 2020.

Como os gráficos evidenciam, o resultado não foi o esperado. De fato, em 2018 tanto José Guimarães como Genecias Noronha registraram um número maior de ausências justificadas e não justificadas — 17,95% e 44,87% no total, respectivamente — se comparado com os demais anos. No entanto, isso não é observado em 2014, o que desmonta minha hipótese de que os parlamentares teriam notoriamente mais faltas em anos eleitorais.

Os dados que também podem ser verificados nas planilhas abaixo revelam que existe certa regularidade no que diz respeito ao número de faltas do parlamentar José Guimarães, com exceção dos anos posteriores às eleições de 2010, 2014 e 2018. Em 2011, 2015 e 2019, anos pós-eleitorais, o deputado apresenta uma queda axiomática no que concerne ao número de ausências (justificadas e não justificadas) nas sessões da Câmara dos Deputados. Os dados da frequência de Genecias Noronha, em 2011 e 2015 também demonstram um número menor de faltas nas sessões que ocorreram, no entanto o mesmo não é observado em 2019.

Tabela 4 – Registro de frequência do deputado José Guimarães entre os anos 2011 e 2019

REGISTRO DE FREQUÊNCIA - JOSÉ GUIMARÃES (PT)					
ANO	DIAS COM SESSÕES	DIAS COM PRESENÇA	DIAS COM FALTAS JUSTIFICADAS	DIAS COM FALTAS NÃO JUSTIFICADAS	PORCENTAGEM DE DIAS FALTADOS
2011	107	105	2	0	1,87% dos dias totais
2012	91	84	7	0	7,69% dos dias totais
2013	113	99	13	1	12,38% dos dias totais
2014	82	73	9	0	10,98% dos dias totais
2015	125	122	3	0	2,40% dos dias totais
2016	94	83	11	0	11,70% dos dias totais
2017	119	100	19	0	15,97% dos dias totais
2018	78	64	14	0	17,95% dos dias totais
2019	107	101	6	0	5,61% dos dias totais

FONTE: Planilhas elaboradas pela autora a partir de informações retiradas do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/141470>> Acesso em 31 de março de 2020.

Tabela 5 – Registro de frequência do deputado Genecias Noronha entre os anos 2011 e 2019

REGISTRO DE FREQUÊNCIA - GENECIAS NORONHA					
ANO	DIAS COM SESSÕES	DIAS COM PRESENÇA	DIAS COM FALTAS JUSTIFICADAS	DIAS COM FALTAS NÃO JUSTIFICADAS	PORCENTAGEM DE DIAS FALTADOS
2011	107	79	28	0	26,17% dos dias totais
2012	91	51	36	4	43,96% dos dias totais
2013	113	87	25	1	23,00% dos dias totais
2014	82	54	19	9	34,15% dos dias totais
2015	125	100	14	11	20,00% dos dias totais
2016	94	63	30	1	32,97% dos dias totais
2017	119	80	16	23	33,78% dos dias totais
2018	78	48	21	14	44,87% dos dias totais
2019	107	68	17	22	36,45% dos dias totais

FONTE: Planilhas elaboradas pela autora a partir de informações retiradas do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/141470>> Acesso em 31 de março de 2020.

Essa maior presença do parlamentar em Brasília logo após um ano com eleições é evidência do que chamo de *período pós-eleitoral*, que em suma pode ser compreendido como um intervalo de tempo — geralmente alguns meses — voltado à análise dos resultados das eleições, mais precisamente do número de votos obtidos por municípios; ao traçamento de metas que visem o cumprimento das promessas eleitorais realizadas, geralmente relacionado a verba e a hierarquização dos municípios por prioridade de destinação; e a reavaliação das bases eleitorais, baseado no poder de transferência de voto dos líderes políticos. Esse, como será visto mais adiante, é um período crucial não só para o mandato que está em andamento, mas também para uma eventual reeleição.

Para além do que já foi dito, a regularidade no número de faltas demonstra que o trabalho nas bases eleitorais não é realizado apenas nos anos eleitorais, mas durante todo o mandato, visto que isso implicaria que o número de faltas nos anos de 2014 e 2018 fosse muito mais díspar que os demais. O que se percebe é que, a partir de tais dados, o dia a dia de um candidato ao legislativo federal é mais atarefado do que se imagina quando não se tem contato com esse tipo de informação. Por mais que estes não trabalhem diretamente com os indivíduos que votaram nele, existe sim um trabalho contínuo sendo feito no estado representado e até mesmo em Brasília, seja no plenário, no gabinete ou em articulações que envolvem os ministérios.

As faltas apresentadas, não devem ser interpretadas como mero descaso para com as atribuições do mandato; estas, por sua vez, podem representar uma maior necessidade trabalho nos bastidores, sejam eles em Brasília ou no Ceará. A noção construída em campo colide com a visão daqueles que veem os deputados federais como agentes que não trabalham, não cumprem seu ofício, ou que só o fazem em ano eleitoral. No geral é apresentado a população que o representante tem como principais funções legislar e buscar aprovação de emendas, quando na verdade a estes também compete:

[...] comparecer às sessões legislativas extraordinárias, sessões do plenário, das reuniões das comissões das quais são membros e sessões conjuntas do Congresso Nacional. É assegurado aos parlamentares, entre outros, o direito de oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação nas respectivas Casas, fazer uso da palavra obedecidas as disposições do Regimento, solicitar às autoridades informações sobre fatos relativos à administração pública. (BEZERRA, 1999, p.36)

Somado a isto, apesar de não ser obrigação formal do legislativo federal, este incorpora como dever a manutenção de sua base eleitoral que se encontra distante de do distrito federal.

Ao descreverem o trabalho que desempenham em Brasília, é comum os parlamentares, assim como os funcionários de seus gabinetes, estabelecerem uma distinção entre duas frentes de atuação. A primeira, remete mais propriamente às atribuições legislativas. A segunda, às ações dirigidas para as *bases eleitorais*. A distinção não é elaborada para indicar que os parlamentares dedicam-se a uma ou à outra, pois trabalhar nestas duas frentes não é algo excludente. O que a separação parece marcar é, sobretudo, o fato de que a atuação dos parlamentares não está circunscrita às atribuições legislativas. Em alguns gabinetes, esta distinção encontra-se objetivada na própria organização do trabalho. Desse modo, é comum encontrarmos funcionários contratados para cuidarem especificamente das questões legislativas e outros para aquelas tidas como relacionadas às *bases eleitorais*. (BEZERRA, 1999, p. 37)

Como a citação anterior evidencia, o parlamentar trabalha com duas principais frentes, a primeira visando a execução das atividades parlamentares que lhes são obrigatórias, sobretudo no congresso, e a segunda que funciona como uma espécie de atividade facultativa, mas não menos importante, que visa a preservação das redes que asseguram a reeleição no estado que este representa.

Tal qual é demonstrado no trabalho de Cain; Farejohn; Fiorina (1987, p.19) o fato de se possuir uma base eleitoral localizada geograficamente faz com que o representante passe a adotar posturas particularistas. Alguns cientistas sociais e políticos interpretam que as redes de dependência entre o município e o legislativo federal fazem com que este último tenha como preocupação primordial a realização de um mandato voltado à interesses particulares, que privilegia sobretudo os interesses dos municípios que os elegeram. (CARVALHO:2003)

2.2 Os períodos pré e pós-eleitoral

A priori, pensei em escrever separadamente sobre os períodos pré e pós-eleitoral. Ambos me parecem acumular características que os diferenciam, no entanto diante do recorte de quatro anos de mandato é extremamente complicado separá-los indicando quando se inicia um e se termina o outro. Apesar das características dessemelhantes os dois momentos me parecem imbricados, fazendo com que a discussão sobre este ou aquele se torne mais profícua quando realizada em conjunto.

Defino como início do período pós-eleitoral o momento exato em que as votações são encerradas, pois pelo menos naquele momento o propósito principal que mobilizou todo o esforço realizado na campanha se finda e já não pode ser alterado: pouco tempo depois se saberá o resultado eleitoral que dirá se o candidato foi eleito ou não. Apesar da impossibilidade de demonstrar quando esse período se encerra, acredito que o mesmo seja breve, durando no máximo alguns meses, e logo dê vazão ao período pré-eleitoral. “*A campanha dura os 4 anos de mandato*” foi uma frase que ouvi em campo e à época pude perceber que os deputados que almejam construir uma carreira política devem desde antes do primeiro dia de mandato se empenhar em cumprir determinadas promessas⁶¹, vivenciar determinados rituais⁶², tentar perpetuar as alianças que o ajudaram e romper com as que não acrescentaram nas eleições anteriores. Dessa forma, o período pós-eleitoral pode ser concebido também como um período de balanço quando o deputado irá constatar e analisar o que dos quatro anos anteriores deve ser mantido ou não.

O termo *pré-eleitoral* é autoexplicativo, refere-se ao espaço temporal anterior às campanhas eleitorais, sobretudo, ao meu ver, no terceiro e quarto ano de mandato. Iniciei o processo da pesquisa acreditando que o mandato do parlamentar era usufruído única e exclusivamente para que este pudesse se atentar aos deveres parlamentares, institucionais ou não, sem levar em consideração os fins eleitorais. Estava equivocada. Em muitos momentos me pareceu que a totalidade dos atos dos deputados federais eram executados visando uma reeleição. Hoje percebo que não necessariamente isso seja verídico pois, apesar de identificar racionalidades utilitaristas, não existe um embasamento sólido o bastante que possa generalizar a atuação parlamentar como utilitária.

Me propus a evidenciar esses recortes de períodos por serem momentos de execução das duas principais atividades identificadas e desempenhadas pelos deputados visando as campanhas eleitorais e conseqüentemente a eleição: 1) a organização de uma base eleitoral no estado e 2) a concretização de um acervo de

⁶¹ Os deputados devem se empenhar em cumprir as promessas feitas aos seus eleitores e aos líderes políticos aliados.

⁶² Alguns deputados realizam festividades em comemoração à eleição. Estas ocorrem principalmente na cidade natal do deputado. Outros rituais são as aparições públicas realizadas para agradecer àqueles que votaram nele, ainda que não tenha sido o suficiente para sua reeleição; estas últimas geralmente têm sido feitas através das redes sociais.

conquistas que possa ser apresentado aos eleitores e aos líderes políticos nos momentos cruciais das campanhas eleitorais, no firmamento das alianças e na hora de pedir voto. A partir de ambos busco elucidar um pouco do que chamo de período pré-eleitoral.

2.2.1 Como as bases eleitorais são construídas e mantidas

Com o resultado do pleito do legislativo federal, juntamente com o resultado do pleito municipal, ocorrido dois anos antes, o deputado e sua equipe são capazes de perceber as mudanças no que concerne ao acúmulo de capitais e poder de transferência de votos das lideranças políticas. Organizar as bases eleitorais, assim, não é um momento apenas de conquistar novos aliados, mas também de perceber quando os antigos já não suprem sua necessidade. A entrevista com o chefe de gabinete de Genecias Noronha, elucidou como funciona essa análise no geral.

É o momento de perguntar “por que a votação no município X foi tão baixa?” “Olha, conseguimos uma votação melhor do que esperávamos no local X”. Tudo isso é levado em consideração assim que passa a eleição e também no decorrer do mandato. (Trecho retirado de entrevista realizada com Raimundo, chefe de gabinete do deputado Genecias Noronha, em agosto de 2018)

As bases eleitorais analisadas são alicerçadas a partir das alianças formadas entre o deputado federal e as lideranças políticas locais. O termo *aliança*, segundo o *Dicionário de Política (2004)* pode ser definido como uma forma de cooperação, um compromisso assumido por duas ou mais partes e formalizadas por um acordo que não necessariamente é escrito ou passa pelos trâmites legais. Quanto maior o número de acordos, maior a extensão e o alcance de determinadas bases eleitorais.

A priori me propus a pesquisar sobre as votações expressivas do legislativo federal, com enfoque nas campanhas eleitorais, sem saber e levar em consideração que quando o período eleitoral oficial se aproxima, uma base sólida de votos já está organizada em decorrência de um trabalho desenvolvido nos anos anteriores, no período pré-eleitoral. Em outras palavras, as campanhas eleitorais apenas reafirmam um compromisso assumido muito antes. Ressalto, porém, que apesar de muitas alianças serem fruto das eleições anteriores ou mais recentemente alicerçadas no

primeiro e segundo ano de mandato, é no terceiro ano que a base eleitoral ganha uma forma mais concreta e que os acordos voltados para as eleições são verdadeiramente firmados, como enfatizou o chefe de gabinete de Genecias Noronha (Solidariedade), Raimundo Nonato.

Isso ocorre porque entre os primeiros anos de mandato muita coisa pode mudar: o líder político local pode perder seu poder de transferência de voto; o deputado pode não conseguir alocar emendas parlamentares para o município, provocando assim rupturas; a liderança política pode decidir apoiar um outro candidato, dentre outras questões. Esses e tantos outros motivos não mencionados são suficientes para mudar por completo a base eleitoral de um deputado, fazendo com que só a partir do terceiro ano de mandato — no ano anterior à eleição — o parlamentar possa ter uma noção real de quem constitui sua rede de apoio.

Quando indagado sobre a composição da base eleitoral responsável pelo suporte às campanhas de Genecias Noronha, Raimundo, chefe de gabinete do deputado afirmou que:

Hoje a gente trabalha com 19 prefeitos. Aí em outros municípios a gente trabalha com grupos que hoje estão em oposição, aí o trabalho é feito dessa forma. Fora das campanhas o trabalho não é uma coisa tão intensa, mas é algo que acontece durante todo o período [de mandato]. Eles [líderes políticos] têm uma liderança e essa liderança deles meio que reflete no trabalho que é feito pelo parlamentar. (Trecho retirado de entrevista realizada com Raimundo, chefe de gabinete do deputado Genecias Noronha, em agosto de 2018)

Raimundo atribui a base composta por 19 prefeitos e inúmeras outras lideranças políticas como fruto de um trabalho realizado em todo o mandato, ainda que este não se apresente de forma tão intensa como ocorre nas campanhas eleitorais. Essa fala remete a um outro ponto: o apoio maciço de prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e ex-vereadores a candidatos do legislativo federal. Para além de Trairi e Jaguaruana, onde foi realizado o trabalho de campo mais aprofundado, acompanhei outros municípios durante o processo de pesquisa e também pude comprovar que o apoio dos prefeitos às eleições do legislativo federal é costumeiro.

O deputado federal e a liderança política municipal, detentores de *capitais sociais e políticos* em seus respectivos nichos, quando estabelecem alianças, trabalham mutuamente em prol do favorecimento do outro. O líder político auxilia a campanha eleitoral do deputado no município que este governa, enquanto o

parlamentar federal utiliza seus acessos em Brasília para buscar benefícios ao município e conseqüentemente a liderança. A partir do cruzamento dos dados das votações obtidas nos municípios cearenses em 2016 e 2018⁶³ pude perceber como as eleições municipais influenciam fortemente as eleições do legislativo federal. Elas podem funcionar enquanto um termômetro de *capital político e social*: são a partir delas que os deputados veem em quais municípios são viáveis as manutenções das alianças políticas ou não. Afinal, não basta ter o apoio de um líder político local durante a campanha, é preciso que essa liderança seja capaz de realizar uma transferência de votos para conseguir a votação almejada.

Quando uma liderança política está na situação, sobretudo exercendo o cargo do executivo municipal, parece ser menos complicado realizar transferência de votos, afinal, esta dispõe de recursos — vagas de emprego, por exemplo — para auxiliar nesse processo. Foi o que ocorreu em Jaguaruana quando Ana Teresa assumiu o mandato em 2013 e ajudou na campanha de José Guimarães (PT) em 2014, conseguindo aumentar o número de votos em 184%; Na eleição anterior (2010) ele havia conseguido apenas 2.510 votos e no pleito seguinte alcançou a marca de 4.705 votos. Em 2018, ela continuou liderando a campanha do deputado no município, mas já não estava na situação, pois deixou o cargo de prefeita ao ter sido derrotada na eleição municipal de 2016. Mesmo com uma expectativa de aumentar o número de votos, pelo fato de o prefeito não ter apoiado nenhum candidato do legislativo federal⁶⁴, esse número caiu para 3.707 em relação aos 4.705 de 2014, demonstrando assim que naquele momento ela possuía um poder menor de transferência de votos. Ainda assim, José Guimarães foi o deputado federal mais votado na localidade, obtendo uma diferença de 1.541 votos do segundo colocado Eduardo Bismarck (PDT).

Em Trairi ocorreu algo semelhante, em 2014 Genecias Noronha conseguiu obter 2.078 votos com o apoio do cunhado José Ferreira Noronha, conhecido como Dr. Noronha. À época, Dr. Noronha era prefeito interino e ficou à frente da prefeitura por pouco mais de 1 ano⁶⁵, após a chapa eleita ter sido afastada por determinação da

⁶³ Foram tabulados dados eleitorais dos municípios de Trairi, Jaguaruana, Jijoca de Jericoacoara e Potengi.

⁶⁴ Informações obtidas através da entrevista realizada com Ana Teresa (PT).

⁶⁵ José Ferreira Noronha, o Dr. Noronha, foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de Trairi e posteriormente indiciado pelo Ministério Público Federal acusado de fraudar licitações durante seu mandato. Em 2015 foi condenado pela Justiça Federal. Fonte: G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/12/ex-prefeito-de-trairi-no-ceara-e-condenado-por-fraude-de-licitacoes.html>> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

Justiça Eleitoral. Em 2018, após conseguir o apoio do atual prefeito Marcos Prado, Genecias Noronha aumentou seu número de votos em 255%, se comparado a eleição anterior. Ele conseguiu 5.312 votos, sendo o candidato do legislativo federal mais votado no município.

Sem dúvidas o apoio dos vereadores também contou muito para essa votação expressiva de Genecias Noronha, assim como a de Guimarães em Jaguaruana; no entanto, o que busco evidenciar é que o apoio do executivo municipal garante uma adesão ainda maior do que a propiciada pelo legislativo local, por conta das facilidades asseguradas pela máquina pública executiva, mas principalmente porque *“a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital”* desses sujeitos. (MIGUEL, 2003, p.115) O poder de transferência de votos por parte dos prefeitos é sabido pelos deputados federais, portanto, geralmente, o primeiro contato do deputado federal com as lideranças políticas municipais é realizado a partir do chefe do executivo municipal, indivíduo com maior *capital social e político* daquela localidade.

Em Potengi algo semelhante ocorreu após a prefeita Elizandra Gomes apoiar José Guimarães; em 2018 este obteve 986 votos, que representa 19,01% dos votos totais da localidade, demonstrando aumento expressivo de 2.736% se comparado com os 36 votos obtidos em 2014 no mesmo município. Em Jijoca de Jericoacoara, com o apoio do prefeito Lindberg Farias, Genecias Noronha aumentou seu número de votos em 237%, passando 1.377 votos em 2014 para 3.274 votos em 2018.

Reafirmo: não é a perda do mandato em si que coloca em xeque a aliança firmada entre as lideranças políticas e os deputados federais e sim a capacidade e o interesse destas primeiras em transferir votos suficientes para garantir a reeleição deste último. Em Jaguaruana, apesar da prefeita Ana Teresa não ter vencido o pleito municipal, a aliança entre ela e o deputado José Guimarães (PT) continuou firme pois, apesar dela não dispor de um mandato ou da máquina pública ao seu favor, ainda possuiu um poder de transferência de votos significativo o suficiente para fazer com que, mesmo com a redução do número de votos se comparado na eleição anterior, seu candidato fosse o mais votado dentro do município.

A partir desses dados, pode-se inferir que o apoio de quem ocupa o executivo municipal é de certo uma boa escolha para quem deseja obter uma votação expressiva na localidade, ainda que possam ocorrer exceções. Embora seja difícil ser o candidato mais bem votado em determinadas localidades, muitos conseguem obter

um número de votos expressivos mesmo sem o apoio do prefeito atual. Aníbal Gomes, por exemplo, conseguiu 3.301 votos em Trairi com o apoio do ex-prefeito do município, em 2018; enquanto Guimarães conseguiu 1.226 votos na mesma localidade e apenas com o apoio de um líder comunitário local.

Os dados evidenciam que as alianças firmadas para as eleições do legislativo federal se reconfiguram de acordo com os resultados das eleições municipais, mas não somente por causa destas, como mostrarei no próximo tópico. Dessa forma, faz mais sentido que os acordos sejam firmados de fato no terceiro ano de mandato do deputado, pois como não é interessante a este manter vínculos com lideranças com um baixo poder de transferência de votos, apenas após as eleições municipais o deputado saberá quem de fato ainda possui (e o quanto possui) capital social e político para auxiliar em sua reeleição.

2.2.2 Emendas Parlamentares: das alianças às rupturas

No site do Senado Federal⁶⁶, as emendas parlamentares são definidas como propostas de recrutamento de recursos públicos a serem destinados aos estados e municípios que compõem a união.

Existem quatro tipos de emendas feitas ao orçamento: individual, de bancada, de comissão e da relatoria. As emendas individuais são de autoria de cada senador ou deputado. As de bancada são emendas coletivas, de autoria das bancadas estaduais ou regionais. Emendas apresentadas pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado são também coletivas, bem como as propostas pelas Mesas Diretoras das duas Casas. (Fonte: Agência Senado)

A priori, dentre os tipos apresentados anteriormente o que interessa a este trabalho é o individual. Mais especificamente aquelas propostas realizadas pelos deputados federais em prol dos municípios. Com base nas entrevistas realizadas com os líderes municipais, as emendas parlamentares foram colocadas como o fator primordial na hora de firmar um acordo que vise apoiar algum deputado, seja ele estadual ou federal.

⁶⁶ Site do Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

As emendas parlamentares atuam enquanto instrumentos que podem ser trocados por apoio e possuem uma grande importância na criação e manutenção das bases eleitorais responsáveis pelas votações expressivas aqui analisadas.

Primeiramente, o foco deste tópico será direcionado para demonstrar como as emendas parlamentares assumem um papel de protagonismo em possíveis rupturas entre líderes políticos e deputados federais. Retomando a uma discussão mais técnica,

De acordo com a Resolução 1/06 do Congresso Nacional, cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas individuais, no valor total definido pelo parecer preliminar do relator. Há também regras específicas sobre a apresentação de tais emendas, como, por exemplo, identificar entidade beneficiária que receberá os recursos, com endereço e nome dos responsáveis pela sua direção, bem como as metas que essa entidade deverá cumprir, demonstrando sua compatibilidade com o valor da verba fixada na emenda. (Fonte: Agência Senado)

Ou seja, ainda que os deputados possam prometer emendas parlamentares aos municípios que “o ajudaram” na reeleição, estes possuem limitações legais no que diz respeito a quantidade anual de emendas que podem ser aprovadas e a área de destinação, uma vez que só são aceitas as que se encaixem em uma das áreas a seguir:

infraestrutura; saúde; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; planejamento e desenvolvimento urbano; fazenda, desenvolvimento e turismo; justiça e defesa; poderes do Estado e representação; agricultura e desenvolvimento agrário; e trabalho, previdência e assistência social. (Site do Senado)⁶⁷

A ideia que eu tinha a priori é que logo após as eleições os deputados se debruçariam para elaborar as emendas que seriam aprovadas posteriormente, no entanto, no trabalho de campo me foi esclarecido que os próprios municípios (lideranças políticas e secretarias municipais) são encarregados de elaborar as emendas e enviar ao deputado. A este, basicamente, cabe o serviço negociar e buscar a aprovação destas.⁶⁸ Dificilmente a aprovação de verbas intermediadas pelos deputados federais segue uma ordem diferente da que foi apresentada, uma vez que

⁶⁷ A referida citação pode ser encontrada no Site do Senado. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>> Acesso em 13 de maio de 2020.

⁶⁸ Até março de 2015, as emendas parlamentares eram analisadas, aprovadas e repassadas pelo Governo Federal. Com a Emenda Constitucional 86, os deputados federais e senadores passaram a possuir o direito de destinar até 25 emendas por ano, no entanto, o Governo Federal continua sendo o responsável por ditar quando o orçamento para estas será liberado.

o parlamentar não é presente o suficiente para saber dos anseios dos municípios, ao contrário das lideranças políticas que sabem quais áreas são prioridades e o que necessita ser otimizado.

Tabela 6 – Municípios em que o deputado José Guimarães alcançou um número mínimo de 1.000 votos nas eleições de 2014

MUNICÍPIO	NÚMERO DE VOTOS	MUNICÍPIO	NÚMERO DE VOTOS
ARACATI	2.898	FORQUILHA	1.804
ARARENDÁ	1.185	FORTALEZA	9.736
ASSARÉ	3.020	FORTIM	3.303
AURORA	1.225	ICAPUÍ	1.878
BARBALHA	8.200	IPAPORANGA	2.880
BARREIRA	1.577	ITAITINGA	2.763
BARRO	1.582	ITAPIPOCA	11.760
CANIDÉ	4.638	JAGUARUANA	4.705
CARIRIAÇU	4.116	JARDIM	4.249
CARNAUBAL	3.325	JUAZEIRO DO NORTE	9.259
CHORÓ	1.440	MASSAPÉ	1.232
CRATEÚS	4.130	MAURITI	11.828
CRATO	7.183	MILAGRES	3.586
CRUZ	4.690	MILHÃ	1.398
ERERÉ	1.053	MISSÃO VELHA	6.382
VIÇOSA	1.456	SANTA QUITÉRIA	5.261
NOVA OLINDA	2.000	SENADOR POMPEU	4.819
OCARA	6.875	TABULEIRO DO NORTE	2.850
PACAJUS	4.334	TAMBORIL	2.398
PALHANO	1.600	TARRAFAS	1.596
PARAMOTI	1.584	TIANGUÁ	3.084
QUIXERAMOBIM	5.215	TRAIRI	1.800
REDENÇÃO	1.325	UMARI	1.851

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos através dos sites do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Site do TRE, disponível em: <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?ceara>> Acesso em 26 de maio de 2019. Site do TSE, disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>> Acesso em 26 de maio de 2019.

A tabela anterior ilustra que em 2014, José Guimarães conseguiu a quantidade mínima de mil (1000) votos em 45 municípios cearenses⁶⁹, sendo esta a sua base eleitoral daquele ano.

⁶⁹ Não foram levadas em consideração as votações na capital.

Tabela 7 – Municípios beneficiados por emendas parlamentares aprovadas pelo deputado José Guimarães

MUNICÍPIOS	Nº DE EMENDAS 2014-2018	MUNICÍPIOS	Nº DE EMENDAS 2014-2018
ARARENDÁ	4	OCARA	1
ABAIARA	2	PALHANO	3
ACOPIARA	2	PARAMOTI	2
ALTANEIRA	2	PENTECOSTE	2
ARACATI	1	PINDORETAMA	2
ASSARÉ	2	PACAJUS	3
BANABUIÚ	1	ICAPUÍ	1
BARBALHA	1	ITAPIPOCA	1
BATURITÉ	1	JUAZEIRO DO NORTE	1
BARREIRA	2	JAGUARUANA	1
CRATO	6	JATI	2
CAUCAIA	1	JARDIM	3
CARIRIAÇU	2	MILAGRES	2
CANINDÉ	1	MONSENHOR TABOSA	1
CARNAUBAL	1	MASSAPÉ	1
TARRAFAS	4	POTENGI	3
UMARI	1	QUIXADÁ	1
VÁRZEA ALEGRE	1	QUIXERAMOBIM	1
FORTALEZA	6	SALITRE	1
FORTIM	4	SANTA QUITÉRIA	4
GRAÇA	1	SENADOR POMPEU	2
GUAIÚBA	2	TAMBORIL	1
IPAPORANGA	5	TABULEIRO DO NORTE	1
IGUATU	3	TEJUÇUOCA	1

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

No mandato de 2014 a 2018, o deputado conseguiu beneficiar 55 municípios com as emendas destinadas. O que estes dados revelam? Que José Guimarães teve plena condição de honrar com suas promessas e destinar emendas parlamentares aos municípios que o ajudaram na reeleição. Os 55 municípios beneficiados com as emendas parlamentares foram responsáveis por quase 80% dos votos recebidos em sua reeleição no ano de 2018⁷⁰. Ou seja, existiu em seu mandato uma facilidade para manter os municípios já aliados e ainda ampliar sua base eleitoral.

Genecias Noronha apresenta um caso diferente. Ele conseguiu uma votação expressiva (de no mínimo mil votos) em 58 municípios do estado em 2014, como pode ser visto na tabela seguinte:

⁷⁰A votação do deputado José Guimarães (PT) em 2018, por município, pode ser vista no ANEXO C.

Tabela 8 – Municípios em que o deputado Genecias Noronha alcançou um número mínimo de 1.000 votos nas eleições de 2014

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE VOTOS	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE VOTOS
ABAIARA	2.059	GUAIUBA	1.407
ACOPIARA	1.820	HIDROLANDIA	2.938
AIUABA	3.510	HORIZONTE	2.273
ALTANEIRA	1.728	IBARETAMA	2.212
ALTO SANTO	3.213	ICÓ	6.752
ARNEIROZ	2.165	IGUATU	3.261
BARRO	2.255	INDEPENDÊNCIA	2.724
BELA CRUZ	2.503	IPAUMIRIM	1.942
BOA VIAGEM	1.384	JAGUARUANA	3.003
CARIDADE	3.215	JARDIM	1.728
CARIRIAÇU	3.967	JIJOCA	1.377
CARIUS	1.591	JUAZEIRO	1.855
CAUCAIA	1.026	JUCAS	3.471
CHOROZINHO	3.038	LIMOEIRO	5.024
CRATEÚS	6.108	MARANGUAPE	1.080
CRATO	1.359	MARCO	5.274
CROATA	3.044	MAURITI	2.846
FORQUILHA	3.538	MILAGRES	2.461
FORTALEZA	2.932	MISSÃO VELHA	2.104
GRANJA	5.889	QUIXELÓ	1.313
MOMBAÇA	9.175	QUIXERAMOBIM	12.174
MONSENHOR TABOSA	3.670	RUSSAS	11.166
NOVA OLINDA	1.306	SABOEIRO	2.197
NOVO ORIENTE	4.016	SANTA QUITÉRIA	3.403
OROS	3.260	TAMBORIL	2.299
PACAJUS	1.627	TAUÁ	4.543
PARAMBU	13.843	TRAIRI	2.078
PEDRA BRANCA	1.522	UBAJARA	2.206
QUITERIANÓPOLIS	5.296	VÁZEA ALEGRE	3.938

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos através dos sites do Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral. Site do TRE, disponível em: <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?ceara>> Acesso em 26 de maio de 2019. Site do TSE, disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>> Acesso em 26 de maio de 2019.

No mandato entre 2014 e 2018, Genecias conseguiu destinar emendas a 34 municípios, demonstrados na próxima tabela:

Tabela 9 – Municípios beneficiados por emendas parlamentares aprovadas pelo deputado Genecias Noronha

MUNICÍPIOS	Nº DE EMENDAS 2015-2016	MUNICÍPIOS	Nº DE EMENDAS 2015-2016
ABAIARA	1	CRATEÚS	5
AIUABA	1	CROATA	2
ALTANEIRA	2	FORTALEZA	1
ANTONINA DO NORTE	2	FORQUILHA	4
ALTO SANTO	1	HIDROLÂNDIA	2
ARNEIROZ	5	HORIZONTE	1
BANABUIÚ	1	IBARETAMA	1
BOA VIAGEM	1	JIJOCA DE JERICOACOARA	3
CANINDÉ	3	MOMBAÇA	6
CARIDADE	4	NOVO ORIENTE	3
CARIRIAÇU	2	PALHANO	1
CHOROZINHO	2	PARAMBU	12
SOBRAL	1	PEDRA BRANCA	2
TAMBORIL	1	PIQUET CARNEIRO	2
TRAIRI	2	QUITERIANÓPOLIS	4
VÁRZEA ALEGRE	1	QUIXERAMOBIM	4
RUSSAS	5	QUIXERÉ	5
SANTA QUITÉRIA	1		

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

Cruzando o número de municípios em que o deputado obteve votações expressivas com aqueles que foram beneficiados por emenda, percebe-se que o deputado não conseguiu destinar verbas a 24 municípios que o ajudaram a vencer a eleição de 2014. É possível que isso seja um dos fatores de explicação para compreender como a base eleitoral de Genecias Noronha diminuiu de uma eleição a outra, fazendo perder mais de cem mil votos (100.000) em quatro anos. Em 2014, os 34 municípios beneficiados pelas emendas somavam apenas 54% dos 221.567⁷¹ dos votos recebidos pelo deputado na eleição daquele ano. Em 2018, passaram a somar 75% dos 113.515 votos obtidos por ele. Além da queda no número de votos, o deputado praticamente reduziu sua base eleitoral a estes municípios, demonstrando assim uma maior dependência desta.

Os dados expostos demonstram como o período pós e pré-eleitoral é, também, um período de rupturas; as lideranças políticas ao verem que um deputado está sendo

⁷¹ A votação do deputado Genecias Noronha (Solidariedade) em 2018 pode ser visualizada no anexo D.

ineficiente na captação de emendas ao município que o apoiou, repensa a aliança firmada e em alguns casos opta por romper e buscar o apoio de um outro deputado que seja capaz de ajudar seus anseios.

Longe de reduzir os vínculos estabelecidos entre os sujeitos à obtenção de emendas parlamentares, a discussão anterior busca demonstrar como estas são um fator importante para a manutenção das bases eleitorais, ainda que não seja por completo determinante. Os tópicos posteriores discutirão mais a fundo outros fatores que, juntamente com as emendas, alicerçam essas alianças.

3 OS PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DAS ALIANÇAS

No início da pesquisa, debruçei-me sobre o pressuposto de que o êxito das campanhas eleitorais do legislativo federal era decorrente do auxílio prestado por lideranças políticas de diversos municípios cearenses. Não demorou para que eu pudesse perceber que determinada hipótese não exigiria muito esforço para ser comprovada. Logo no início do trabalho de campo, quando me deparei com as redes sociais dos deputados, pude estar ciente de diversos encontros que ocorriam entre líderes municipais e os integrantes do legislativo federal. Mais que isso, nas próprias entrevistas realizadas não houve qualquer resistência quanto a elucidar a existência desse suporte às campanhas. Era uma prática naturalizada, inclusive já estudada antes por Bezerra (1999), Carvalho (2003) e Vieira (2016) e outros autores e autoras.

Neste capítulo busco demonstrar como se estabelecem e se desenvolvem os vínculos entre esses sujeitos que protagonizam a pesquisa. Reconhecendo a existência dessa rede de apoio que auxilia no processo de reeleição dos deputados federais, aponto que as emendas parlamentares, o assistencialismo e o forte apego às práticas paternalistas são fatores-chaves que contribuem um contexto favorável à constituição das bases eleitorais. Atento ainda, para a importância de se levar em consideração os afetos, pois como coloca Le Breton (2009, p. 138), *“opor ‘razão’ e ‘emoção’ seria desconhecer que ambas estão inscritas no seio de lógicas pessoais, impregnadas de valores e, portanto, de afetividades.”*

3.1 Os vínculos estabelecidos entre as lideranças comunitárias e os líderes políticos

Beatriz Herkenhoff realizou uma pesquisa acerca do surgimento das lideranças comunitárias em Vitória, Espírito Santo. Em *O papel do líder comunitário (1995)*, a autora atribuiu o surgimento das lideranças comunitárias a um contexto de precariedades urbanas, no qual determinados indivíduos se tornam líderes ao se sobressair dos demais representando-os e/ou dando expressão aos anseios coletivos. Para ela, não se pode falar desses sujeitos no singular, uma vez que expressam diversidade sobretudo em suas trajetórias, posturas e perfis.

Ainda hoje podemos perceber a pluralidade no que diz respeito a esses indivíduos: alguns são oriundos de movimentos sociais que buscam melhorias nos

setores da habitação, saneamento básico, educação e etc; outros conquistaram notoriedade na comunidade por seu desempenho em atividades culturais e esportivas; existem também aqueles que possuem capital social em decorrência da sua autoridade religiosa (é o caso dos pastores e padres) ou proximidade com alguém que ocupa cargo público — especialmente vereadores. Em suma, as lideranças comunitárias não são necessariamente um empecilho ao poder público, pois nem sempre surgem em decorrência da oposição às políticas adotadas pelo executivo local; ao mesmo tempo que existem líderes que se propõem a adotar uma postura mais crítica com relação a máquina pública, também existem aqueles que estão subordinados a práticas clientelistas e atuam como apaziguadores. (HERKENHOFF:1995)

Quando estudei sobre a questão do agenciamento remunerado de voto, debrucei-me sobre a teoria política local que possui uma ampla discussão sobre relações — desenvolvidas pelos vereadores, as lideranças comunitárias e moradores das comunidades em Fortaleza — alicerçadas em práticas ligadas ao clientelismo. Mattos (2012) evidencia que:

“(...) as relações entre ‘líderes comunitários’ e ‘políticos’, em alguns momentos, pareceram-me próximas a um *mercado do apoio*. Algumas lideranças esperavam a melhor proposta dos candidatos, independentemente de suas ligações partidárias anteriores, para decidir quem apoiariam ou para quem trabalhariam na campanha.” (MATTOS, 2012, p.222, grifo da autora)

Imaginei que algo semelhante à citação anterior poderia acontecer nos interiores, longe da capital, mas a princípio não me ocorreu que essas alianças formadas entre o poder público municipal e lideranças comunitárias também são a base das eleições do legislativo federal; afinal, para que o líder político seja capaz de transferir seus votos para o deputado apoiado, este conta com o auxílio de indivíduos nas comunidades que compõem o município. As campanhas eleitorais do legislativo federal não possuem tanto engajamento popular quanto às municipais, visto que em alguns casos o candidato é um completo estranho para as pessoas do município. Dessa forma, todo o trabalho de angariar votos é realizado pelas lideranças políticas locais com o apoio de lideranças comunitárias, ou seja, uma estrutura de agenciamento de voto como a estudada por Gonçalves (2012) não foi observada nas campanhas do legislativo federal.

Ainda que o líder político resida no município, é muito difícil que este consiga estar próximo a diversidade de realidades das comunidades daquela localidade. Para isso, dispõe de porta-vozes, os líderes comunitários aliados, que auxiliam em determinadas ocasiões, como as campanhas eleitorais municipais e quaisquer outras que tenham o apoio dos líderes políticos. Indagado sobre as lideranças comunitárias que deram suporte à campanha eleitoral do deputado José Guimarães em Jaguaruana, o vereador Afraudizio Soares as definiu como:

Liderança é aquela pessoa que na comunidade é a mais acionada pr'a resolver problemas. Tipo: um problema de saúde, às vezes a questão de saúde não se resolve somente levando pro postinho, levando para o hospital, aí precisa de um exame e as pessoas buscam ajuda, geralmente procuram ajuda com alguém da comunidade e esse alguém da comunidade vai sendo uma pessoa que vai servindo de ponte. Geralmente é uma pessoa que pode de repente não ter uma devida formação, mas tem uma empatia muito grande com todos da comunidade e também é uma pessoa que tem um bom relacionamento com as pessoas, então vai abrindo portas para solucionar todos os problemas que surgem na comunidade. As pessoas começam a procurar aquela pessoa. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Em consonância com a fala de Afraudizio Soares, percebe-se que o trabalho político das lideranças comunitárias no período eleitoral é precedido de vasta atividade em seus locais de atuação, principalmente de assistência aos moradores que os procuram para solucionar problemas e prestar favores. Através dessa intervenção frequente, os líderes comunitários constituem um *capital social* cobiçado pelos prefeitos e vereadores. O apoio de um líder comunitário implica na adesão de toda, ou grande parte de sua base à candidatura apoiada. Isso expressa que o líder comunitário é uma pessoa de relevante capital social dentro da comunidade e seu auxílio a determinado candidato *"garante sua presença nas áreas de trabalho sem precisar manter uma dependência mútua com este eleitorado."* (LOPES, 2005, p.215)

Em sua pesquisa sobre o poder local em Fortaleza, Lopes (2005) constatou a existência de um sistema de lideranças comunitárias com ativa e importante participação nas eleições do legislativo municipal. Ainda que a instância das campanhas eleitorais aqui analisadas seja diferente da trabalhada pelo autor mencionado anteriormente, é análogo o fato de as lideranças comunitárias serem as principais responsáveis por mediar o contato entre os representantes políticos e a população. As reuniões em Trairi, por exemplo, eram realizadas habitualmente nas casas de líderes comunitários, geralmente membros de associações, como foi o caso

da atividade que acompanhei na comunidade do Clemente. As lideranças comunitárias, nesse caso, não só disponibilizavam o local para a realização das reuniões, mas também ficavam encarregadas de entusiasmar os moradores das redondezas a comparecer.

A notória relevância das lideranças comunitárias nas eleições municipais é expressada na fala do vereador Afraudizio Soares:

Pra você ser candidato a vereador, pra você ter a possibilidade de se eleger você precisa de grupos [de lideranças]. Não tem como você se eleger sem grupo! Tem muitas pessoas que acham que pra ganhar uma eleição precisa de dinheiro. Dinheiro não é o principal. Você até precisa de dinheiro para material de campanha, pra bandeira, pra fotos, pro chamado santinho. Como alguns denominam, tem gente que acha que o dinheiro que vai dar isso, muitas pessoas que entram na política com esse pensamento e não vou dizer que não se elejam, não consigam se eleger pela força do dinheiro porque até tem. Se eu fosse depender de dinheiro para me eleger eu não conseguia minha eleição. O que faz a gente ser eleito é grupo! É o apoio, à influência que eles [líderes comunitários] têm das amizades. As pessoas não votam no candidato pelo candidato ser o mais preparado, tem um percentual de voto no candidato por conta disso, mas o que vai fazer com que as pessoas votem no candidato é o convencimento dessas lideranças. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Como explanado na fala de Afraudizio Soares, o vereador Robson Nogueira exemplifica como em alguns casos o apoio e o suporte das lideranças é tão relevante que pode ser mais benéfico às campanhas eleitorais do que a presença do próprio candidato.

Não ia adiantar [o deputado] fazer reunião. Melhor deixar com as lideranças. Porque a política hoje é assim, liderança por liderança... e quem tiver suas lideranças. Hoje tá trabalhando eu, o prefeito de um lado e eu de outro, e as minhas lideranças. Lideranças comunitárias! Cada distrito tem um: em Flecheiras tenho um, em Mundaú tenho outra, Emboaca tenho outra... aí em Trairi tenho outra e assim vai ficando... a gente vai passando de boca em boca. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador Robson Nogueira em setembro de 2018)

Ambas citações denotam não só a unanimidade na utilização de redes de lideranças comunitárias engajadas nas campanhas eleitorais — municipais, estaduais e federais — mas também a importância destas que, atuando cotidianamente em favor dos interesses das suas comunidades, são peças-chaves na engrenagem da eleição de muitos postulantes; são elos imprescindíveis para se alcançar o público que as campanhas eleitorais desejam conquistar.

O cerne deste tópico consiste na discussão sobre os vínculos estabelecidos entre as lideranças políticas e as lideranças comunitárias. O alicerce dessas relações envolve muitos fatores: parentesco, afinidade, identificação política, benefícios individuais, como alguma remuneração ou emprego, benefícios coletivos, como a reforma de escolas e asfaltamento de ruas, dentre outras variáveis. Na pesquisa que realizei em 2016, uma liderança comunitária residente em Fortaleza evidenciou o que ela chama de “apoio”:

Quando digo cultura, quero dizer as quadrilhas e os esportes. Naquele dia que tu foi lá em casa, eu já tava de saída pra organizar campeonato, todo ano nós faz campeonato, um no meio do ano e outro no final do ano. Começamos agora a copa Djalminha, que é a do meio do ano e em agosto tem a tradicional liga da piedade, que é vários bairros: Pio XII, Aerolândia, vários bairros, Boa Vista, ali no Edson Queiroz, e é em torno de 40 equipes. Ano passado teve o apoio do Joaquim Rocha, não foi o Ziêr né, que o presidente dessa liga da Piedade é o meu irmão Valdeci né, que acerta jogo de todo time do subúrbio, dia de sábado e de domingo, ele que acerta, negócio de jogo é com ele. Aí o vereador dele era o Joaquim Rocha, apoiou, nos troféus, nas bolas, os anos que ele tava de mandato como vereador ele tava apoiando a liga da Piedade. (Trecho retirado de entrevista realizada com uma liderança comunitária da comunidade Lagamar em setembro de 2016)

O “apoio”, segundo essa liderança, é uma via de mão dupla. Ao longo da entrevista ela justifica seu auxílio a candidatura do ex-vereador de Fortaleza, Joaquim Rocha, como uma retribuição às doações que o mesmo direciona a atividades culturais e esportivas organizadas pelo líder e seu irmão. Pude identificar algo semelhante no interior, em Trairi, quando o vereador Robson Nogueira me convidou para participar de uma reunião na comunidade do Clemente.

À noite, no horário marcado só havia o líder comunitário e a família dele no local de encontro. Constrangido, o vereador pediu para que a liderança fosse à rua convidar os moradores das redondezas. Robson Nogueira atribuiu o espaço vazio ao horário escolhido para a reunião (19h), que, segundo ele, seria o momento em que as pessoas estavam jantando. Aos poucos algumas pessoas foram chegando e ao fim da reunião totalizavam 15. Robson Nogueira atribuiu o baixo número de indivíduos ao fato da comunidade “ser a mais dividida de Trairi” onde “as pessoas só pensam em si e não no coletivo”.

Clemente é uma comunidade localizada em Trairi e em 2018 possuía 445 eleitores, segundo o senso do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Pela fala do vereador e de alguns moradores, é uma localidade extremamente fragmentada politicamente,

ou seja, as votações geralmente são pulverizadas. Na eleição de 2016, o candidato a vereador mais votado foi Francisco Gilvan, o Mossoró do Frango (PSL), com 49 votos. O segundo mais votado foi Bernardo Ribeiro (PDT) com 35 votos. Robson Nogueira (PHS) recebeu 8 votos na localidade, ao contrário de Mundaú, comunidade em que ele e a família residem, onde recebeu 642 votos, o equivalente a 47,63% de sua votação total e 34,92% dos votos válidos do município. Assim como em Mundaú, outras localidades de Trairi, a exemplo de Flecheiras e Emboaca, tiveram votações concentradas em algumas principais candidaturas. Em Clemente, ao contrário, muitos candidatos foram votados, mas nenhum recebeu uma quantidade significativa o suficiente para se destacar perante os demais.

Ainda que o número de votos recebidos por Robson Nogueira naquela comunidade, nas eleições municipais de 2016, tenha sido pífio, o vereador demonstrou interesse em angariar votos para Genecias Noronha. No entanto, como as eleições municipais deixaram evidente que mesmo o apoio do presidente da associação do bairro não foi capaz de garantir um número relevante de votos para o vereador, este além de reivindicar seu *capital social e político* teve que fazer o mesmo com seu porta-voz na comunidade.

Eu sempre falo com o Wagner porque o Wagner foi a primeira pessoa que abriu aqui as portas pra casa dele na época que eu era candidato a vereador, só pra eu explicar a vocês porque uma comunidade não tem apoio ou deixa de ter apoio. O porquê dela não ter. Pediram pra comprar material pra ajeitar essa escola, eu disse: “faça o orçamento”. O material veio e a gente deixou aqui [na casa do líder] porque se deixasse no lado de fora da escola podia chover. Foi a maior confusão porque não queriam que ficasse aqui. Até denúncia veio pra não fazer as coisas. Então fica difícil fazer as coisas. (Trecho referente à fala do vereador na reunião realizada na comunidade do Clemente em setembro de 2018)

Na fala transcrita acima, o vereador associa a compra do material para reforma da escola tanto a seu mandato quanto ao líder comunitário, colocado como aquele que solicitou os reparos. “Os outros”, aqueles que não o apoiam, aparecem como indivíduos que “só fazem confusão” e que tornam “difícil fazer as coisas”, fazendo com que haja uma contraposição entre os responsáveis por trazer benefícios ao município e aqueles que, além de não trazer, atrapalham. Em meio a conversa com a liderança comunitária que explana dificuldades vivenciadas pela associação, Robson Nogueira esclarece:

Vocês sabiam que o registro da ata é gratuito? É só você ir na Câmara que eu lhe dou um papelzinho deste tamanho e você registra gratuitamente. O estatuto tá desatualizado? A gente atualiza o estatuto, eu tenho um advogado pra assinar, um advogado que é mil reais mas assina de graça, tem onde registrar de graça. Uma Câmara tem um poder tão grande, que você não tem ideia. Se tua associação precisar de algo a Câmara tem um advogado que cuida gratuitamente das pessoas, você sabia disso? “Ah, mas tá corrompendo”. Não! Ela tá ajudando a população. Tá certo Wagner? Lá tem um advogado. Se vocês da associação querem receber qualquer coisa, vocês sabiam que nessas festas da comunidade, vocês podem ganhar tudo da prefeitura, vocês sabiam disso? Todo material vocês podem ganhar da prefeitura. Mas só pode se vocês tiverem força, se for desunido como tô vendo aqui vocês não vão ganhar é nada. (Trecho referente à fala do vereador na reunião realizada na comunidade do Clemente em setembro de 2018)

E acrescenta:

Você sabia que tem um nomezinho “utilidade pública”? Quando a associação tá toda legalizada vai lá pra Câmara, os vereadores votam a associação de utilidade pública. Por que que eu tô dizendo isso? Que a utilidade pública pode conveniar com a prefeitura o que ela quiser. O prefeito diz assim: “quero dar 10 mil pra festa do Clemente”, o prefeito faz um convênio, mas depois que é de utilidade pública ele faz um convênio prefeitura e associação e o dinheiro vem direto pra conta da associação. Vocês sabiam disso? Sabe quem tá fazendo isso? A associação da Palmeira. Vai ser votado agora sexta-feira, porque eles querem fazer um campo e eu botei 15 mil nas minhas emendas impositivas e o Luís Carlos botou 15, então eles só podem receber esses 30 mil se for de utilidade pública. Olha aí como é simples, isso é porque [as pessoas do Clemente] não procuram. E se não procuram o Clemente não vai sair do canto. (Trecho referente à fala do vereador na reunião realizada na comunidade do Clemente em setembro de 2018)

Essa conversa em seu momento exato me pareceu uma estratégia de cooptação: o vereador apresentou a Wagner, líder da associação, uma série de benefícios disponibilizados pela Câmara, reiterando que está disposto a angariar verbas para a localidade assim como tem feito em outro distrito, no entanto com a condição de que a associação consiga organizar a comunidade politicamente, fazendo com que pelo menos parte dela passe a compartilhar a aspiração de contribuir para o desenvolvimento da localidade. Nas entrelinhas, interpretei como a necessidade de organização de uma base eleitoral, onde seja eleito alguém que possa auxiliar os anseios comunitários, tal qual o vereador que se dispôs auxiliar a autenticação das atas de reuniões, transporte em caso de acidentes e em outras questões no decorrer da fala. Estando a Câmara Municipal e os vereadores com a viabilidade de auxiliar em diversos interesses da comunidade, seguir enquanto uma comunidade pulverizada é uma opção, no entanto sob pena de “não ganhar nada” ou “não sair do canto”.

Assim como ocorreu na comunidade do Clemente, o beneficiamento de determinadas lideranças comunitárias e suas respectivas comunidades, por parte dos representantes da máquina pública, ocorre corriqueiramente em outros municípios do Ceará:

Aí tu vai ser liderança: você vai ser liderança porque você tem o poder de aglutinar, o poder de trazer. O que você vai fazer? Você vai levar o pessoal: “Raimundo, Zé, João, Joaquim, vamo lá na reunião pra gente ver”. Você leva o pessoal pra ouvir e o pessoal sai de lá com a ideia de que a Ana Teresa tem como ser a prefeita deles. Do mesmo jeito é o agricultor, aí pega lá no povoado dele e ele traz as pessoas, ele entra na casa de cada um e ele prega a ideia. O que vai fazer ele pregar a ideia? “João, você sabe que a nossa dificuldade é um poço”. “Não, vou falar com a Ana Teresa (PT)”, vou falar com o fulano”. “Afraudizio Soares rapaz, lá na comunidade do urso branco rapaz... o que o povo quer lá é um poço. Eu queria que você conseguisse esse poço com uma galera, aí dava certo”. Aí eu vou falar com alguém, aí vai, consegue articular e tão aí de repente. Aí traz [alguém], vai mostrando que a comunidade não tem água, aí o secretário vai e diz: “Vou liberar o poço na hora que chegar lá”. Aí meu contato é quem na comunidade? “João, e aí como é que tá lá rapaz?” “Eu entrei na casa lá, tá todo mundo satisfeito com você” (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador de Jaguaruana Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Em Jaguaruana, como demonstra Afraudizio Soares no trecho anterior, parte das lideranças comunitárias eram aliadas a Ana Teresa enquanto esta era prefeita, pela possibilidade de intermediar benfeitorias à comunidade que este representa. No entanto, ele também revela um outro fator ainda não mencionado:

Aí você chega lá pra liderança do lugar, o que é que a liderança vai querer? A liderança quer atenção. Existem as ditas lideranças que são movidas a dinheiro? Existem, mas você tem a escolha de querer ou não, aí depende de como você faz política. Se você faz política com o dinheiro, você pode ter essa liderança mas você não vai ter vínculo com ela. Você pode tê-la agora e depois não. As lideranças que nós temos lá são lideranças que caminham conosco há muito tempo, de família. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador de Jaguaruana Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Afraudizio Soares reivindica que nem todas as lideranças estão interessadas em “dinheiro”, seja este em espécie e de imediato ou em forma de algum benefício posterior, tal qual um emprego para si ou algum familiar. Demonstra como que os “vínculos” entre os líderes políticos podem perpassar interesses materiais:

Aí você vai entrar num cerne da questão. Porque que as pessoas fazem isso? O que que elas ganham em troca? Existem dois tipos de retribuição pra essas pessoas. Primeiro, um se o prefeito ganha, ele vai pleitear um cargo público: seja o vigilante lá do local, seja o carteiro, seja o porteiro da escola, seja o vigilante do posto de saúde; ele vai pleitear se não for pra ele, é pra filha. É

assim mesmo que funciona: “Lá tem uma vaga pra enfermeira, pois queria que minha filha fosse a enfermeira lá.” Você tem como dar não pra ele? Essa é uma das formas de retribuir. Outra, tem liderança que não quer emprego, que não busca emprego, que não aperreia. Ele quer que no dia que você for a prefeita, ele quer que quando ele chegar na prefeitura: “O seu João tá aí, Maria Clara.” “Entre seu João, o que é?” “Minha filha é o seguinte: nossa estrada tá ruim, quero que você vá lá passar uma máquina”. Seu João só quer que toda vez que ele vier em busca de algo pra comunidade, atenda. Porque ele é vaidoso e se sente bem a condição dele ser o porta voz da comunidade e a ponte com o prefeito. (Trecho retirado de entrevista realizada com o vereador de Jaguaruana Afraudizio Soares em setembro de 2018)

Os exemplos dados pelo vereador Afraudizio Soares evocam outros significados para os vínculos estabelecidos entre lideranças comunitárias e líderes políticos. Ainda que sejam fatores cruciais dentro das alianças, os favores, ganhos, privilégios e vantagens materiais podem ser acompanhadas ou não de aspectos intangíveis, tais quais afetividades vinculadas à gratidão, ao rancor, à lealdade e outros.

3.2 Os vínculos estabelecidos entre o líder político e a população

Mulher, vocês poderiam pedir a tia Helena para arranjar com o Robson Nogueira o transporte p'ra buscar os parentes, por que o Robson Nogueira arruma, entendeu? E aí a gente não precisava tirar porque já é uma dor que a gente tá passando e ainda ter que desembolsar dinheiro. Eu acho que se as meninas falassem lá com o Robson Nogueira ele mandava um carro pra buscar o pessoal aqui, porque ele manda quando é nas eleições. (Trecho transcrito de uma conversa de áudio pelo Whatsapp no dia 9 de abril de 2019)

O trecho se refere a uma situação que muito me lembra *A imaginação sociológica* (1965), de Wright Mills. Trata-se da transcrição de um áudio enviado a um grupo o qual pertenço no WhatsApp. A situação era trágica: o falecimento de um ente querido. A solução apresentada por Vânia, que ditou as palavras acima, diz respeito ao transporte dos familiares que residem em Fortaleza até Mundaú, em Trairi, para que estes pudessem acompanhar o enterro da falecida. Nesse momento turbulento, horas entre a notícia do falecimento e o enterro, muitos percalços burocráticos e financeiros tinham que ser resolvidos, dentre eles a questão da locomoção. Quando citei Wright Mills (1965) anteriormente talvez não tenha feito muito sentido ao leitor, por isso faço questão de explicar melhor: em um momento de luto para família, e nisso me incluo, observei na fala de um parente algo importante para a minha pesquisa, fazendo jus a “[...] *capacidade de passar de uma perspectiva a outra*” (MILLS, 1965, p. 13) e “[...] *a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano — e ver as relações entre as duas.*”

(Ibid, p.13-14). É sobre a possibilidade de o sociólogo enxergar em ações corriqueiras fenômenos extremamente frutíferos dentro de uma interpretação sociológica.

Ao ouvir Vânia sugerir que buscássemos a ajuda do vereador Robson, importante interlocutor da pesquisa, para resolver um problema de cunho estritamente privado, vi nisso o fio condutor para iniciar a discussão acerca da relação de dependência entre os líderes políticos locais e a população; afinal, *em que se alicerça todo capital social e político da liderança capaz de transferir seus votos ao deputado federal apoiado?*

O capital político pode ser compreendido como um *“reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”* (MIGUEL, 2003, p. 115). Aparece, também, como uma espécie de *“patrimonialização de recursos coletivos”* (BOURDIEU, 2011, p.31), que nada mais é do que a apropriação de bens públicos por parte das lideranças políticas, sobretudo aquelas que estão na situação, ignorando todo e qualquer limite entre o público e o privado.

Marilene como é que tá aí? O que é que tá acontecendo? Me diga aí o que tá acontecendo que as portas da Câmara estão abertas. Gente, a prefeitura é um leque de coisas, a prefeitura tem serviço funerário gratuito pro povo [...], a prefeitura tem serviço de cartório, serviço de tudo que você imagina. Eu não quero comprar 7 votos por 50 reais, eu quero fazer um trabalho com a comunidade, pra que quando ela dizer assim: “Robson Nogueira (PHS) tem 10 luzes desligadas”. Aí a gente mandar um carro pra ajeitar. “Robson, aconteceu um caso grave aqui e tem que ir no hospital”. Rapaz, tem um carro ali que a gente leva e a gente traz. (Trecho referente à fala do vereador na reunião realizada na comunidade do Clemente em setembro de 2018)

A fala de Robson, destacada acima, demonstra como após sua eleição seu capital político aumentou em Trairi. Antes, enquanto engenheiro que trabalhava fora do município este não possuía os recursos necessários para prestar assistência à população; agora, após eleito vereador e presidente da Câmara Legislativa Municipal, ele possui influência e controle sobre determinados serviços, como o de transporte dos indivíduos doentes, por exemplo. À medida em que ele atribui a execução de serviços à prefeitura, um órgão público, o vereador também se coloca na qualidade de responsável por ordenar o conserto da iluminação oriunda de postes — ainda que seja papel de uma empresa privada —, realizar o transporte de moradores aos hospitais e tantos outros afazeres. Não é à toa que nos exemplos dados pelo mesmo,

seu nome (Robson) aparece enquanto o agente a quem o povo pode recorrer para solicitar auxílio e amparo.

Aí você hoje: “Tô tão chateado com a política, o que os caras passam em Brasília, o que fizeram isso, que fizeram aquilo”. Tudo bem, até que eu concordo em partes. Mas pode ter certeza que daquele pessoal todinho em Brasília volta tudim, ninguém vai deixar de voltar pra Brasília, vai deixar de se eleger por causa do Clemente, por causa do Trairi. Então o que cabe a gente como governante do Trairi? Tirar o máximo deles. Pra que? Pra uma estrada, pra um posto de saúde. Então essas coisas é que a gente tem que tirar desses caras. (Trecho referente à fala do vereador na reunião realizada na comunidade do Clemente em setembro de 2018)

Ao passo que Robson Nogueira está na comunidade do Clemente, em um dia da semana à noite, organizando e liderando uma reunião para conseguir votos para Genecias Noronha, o vereador tenta passar a ideia de que os votos daquela população não possuem relevância frente à votação que o parlamentar irá conseguir. A (re)eleição do deputado federal é posta como algo indubitável, que independe da força política e da escolha dos eleitores. A vitória do deputado aparece na fala de Robson Nogueira como algo já acertado, então o clamor feito à população é no tocante à possibilidade de o município poder se beneficiar durante o próximo mandato do parlamentar no Congresso Federal.

Em alguns momentos como o destacado acima, a conduta do vereador ao colocar a eleição do deputado federal quase como que uma obrigação à população de Trairi e não como uma possibilidade. Os líderes políticos não se apresentam apenas enquanto sujeitos altruístas, agentes caridosos; pelo contrário, em campo muitas vezes observei uma face ameaçadora. *“A única forma de conseguirmos realizar obras no município é através das emendas parlamentares”*: variações dessa frase apareceram durante todo o tempo em campo, caracterizando atitudes coercitivas que imprimiam na população o encargo de votar no deputado sob pena dos líderes políticos não conseguirem mais investimentos para a cidade em uma eventual derrota.

Exemplos como os anteriores demonstram como o líder político Robson Nogueira constrói sua imagem enquanto a de um intermediário responsável pelos direitos, vantagens e regalias que podem ser usufruídas pela população. Isso não é um fenômeno inato ao indivíduo, é resultado de um longo processo de vínculos assistencialistas e clientelistas, que forjam elos de dependência concebidos sob a

ideia de que sem às lideranças políticas municipais o município ficará a mercê da miséria, do desamparo e infortúnios.

Figura 15 – Panfleto de festa destacando o nome de líderes políticos



FONTE: imagem retirada da página Mundauu, no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B2W6VtggvhG/>> Acesso em 27 de janeiro de 2020.

A imagem acima e as outras anexadas a este trabalho, referem-se a panfletos virtuais utilizados na divulgação de eventos realizados em Trairi. A gravura apresentada aqui, em específico, faz parte da publicidade da 10ª Regata de Canoas de Mundaú, festejo tradicional dos pescadores residentes da localidade. Nos últimos dez anos a prefeitura passou a patrocinar a celebração, sobretudo no que diz respeito às verbas destinadas ao arranjo das atividades e da infraestrutura local. Não é a divulgação da festa em si que fez com que eu destacasse esta ilustração e sim a

exposição dos nomes dos principais líderes políticos do município: o prefeito e o presidente da Câmara Municipal.

Figura 16 – Faixa utilizada na abertura de torneios municipais em Trairi



FONTE: imagem retirada da página da Prefeitura de Trairi, localizada no Facebook. Ver em: <<https://www.facebook.com/PrefeituradeTrairiOficial/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

A ênfase e a publicização do “apoio” dado por ambos a este e outros eventos, demonstra como os líderes políticos atribuem às suas personalidades e não à máquina do executivo ou legislativo determinados acontecimentos e conquistas do município, incorrendo a população a fazer o mesmo.

Em Jaguaruana, algo análogo ocorre:

Figura 17 – Publicação da página Jaguaruana News, no Instagram

Figura 18 – Publicação da página Jaguaruana News, no Instagram



FONTE: imagens retiradas do Instagram Jaguaruana News. Gravura 1. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B1WlagAgDPQ/>> Acesso em 28 de janeiro de 2020. Gravura 2. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B47qb-ylxGU/>> Acesso em 28 de janeiro de 2020.

Jaguaruana News é um portal de notícias, localizado no Instagram, responsável pela divulgação de informações relacionadas ao município em questão. A frente da presidência do Instituto Agropolos, Ana Teresa, apesar de não ocupar mais nenhum cargo público em sua terra natal, aparece constantemente na página aqui exposta. Assim como ocorre em Trairi, a ex-prefeita aparece nas notícias não como representante de um órgão, mas como a responsável direta por algumas benfeitorias que chegam no município, assemelhando-se a um ato de bondade, compaixão e altruísmo, e não como um simples resultado de suas obrigações frente ao Instituto no qual trabalha.

Apesar da máquina da prefeitura e da Câmara Municipal ser importante na hora das disputas municipais, o exemplo da ex-prefeita demonstra como existem outros meios de disputar narrativas sem ocupar cargo político dentro do município. Essas práticas fazem com que as obras e os eventos sejam associados pela população à figura do líder político e não ao Estado, alimentando a prática de autopromoção desses agentes.

Mesmo a constituição brasileira, através do artigo 37, inciso 1^o⁷², qualificando como infração o ato do agente público utilizar a máquina estatal para promoção pessoal – como por exemplo atribuir, por meio de publicidade, serviços e obras ao nome e/ou imagem de autoridades – recorrentemente agentes políticos agem de tal forma. Na pesquisa que realizei em 2016 sobre o agenciamento remunerado de voto notei ser comum vereadores custearem e publicizarem faixas em que “a comunidade agradece” a ele próprio por alguma obra ou benfeitoria.

O termo *patrimonialismo*, amplamente discutido por alguns autores brasileiros, surge com o sociólogo Max Weber para se referir a complexa falta de distinção e delimitação do que é esfera pública e esfera privada. É, em sua essência uma forma de dominação. Diante da realidade brasileira, Raymundo Faoro entende que o patrimonialismo brasileiro é uma herança portuguesa, tendo sido reforçada pelo processo de independência em 1822. (CAMPANTE:2003) O autor elucida como a Coroa portuguesa conseguiu acumular imenso patrimônio rural que, conciliado ao poder designatório, dava à realeza poderes ilimitados, dentre eles a responsabilidade pela nomeação dos funcionários do Estado — incluindo as colônias — desde os cargos de mais alto escalão aos mais torpes, sendo todos estes “*dependentes do príncipe, de sua riqueza e de seus poderes*”. (FAORO, 2012, p. 20) Nesse contexto, “*a propriedade do rei — suas terras e seus tesouros — se confunde nos seus aspectos público e particular.*” (Ibid, p. 23). Em outras palavras, não existia diferenciação do que eram “bens da Coroa” e “bens pertencentes ao Estado de Portugal”. Ambos eram praticamente sinônimos, versados como algo uno pois “*o rei, na verdade, era o senhor de tudo.*” (ibid, p. 23).

Enquanto colônia, a administração pública brasileira se espelhou nas práticas portuguesas, tendo as primeiras vilas geridas por indicados do rei, que preenchia todas as funções do Estado com membros da família, nobreza e amigos. (FAORO:2012) Hoje essa prática me remete a utilização da máquina pública municipal pelos prefeitos e vereadores que barganham cargos públicos àqueles que de alguma forma lhe empregaram apoio, seus aliados. Se devo alguma coisa a alguém, não é esperado que eu liquide minha dívida através dos bens alheios e sem o consentimento

⁷² § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (art. 37, §1º)

do dono, seria o equivalente a empregar um indivíduo em uma empresa privada de terceiros sem a concordância dos proprietários; o que acontece com a máquina pública, no entanto, vai de encontro a isso: a liderança política dentro das atribuições que seu cargo dispõe, tende a aparelhar os órgãos municipais com colaboradores de sua campanha ou gestão. A ocupação da máquina pública (hospitais, secretarias, escolas, etc) deixa de ter como requisito preliminar a aptidão técnica e passa a ser um reduto de compensações políticas.

Em campo, uma interlocutora afirmou ter sido demitida do cargo que ocupava na prefeitura após o rompimento de um familiar para com o grupo político do prefeito. Um outro sujeito que desempenhava as funções de médico em um hospital municipal afirmou estar procurando emprego em outro município para “não depender de aliança política”, pois, de acordo com ele, após a oposição chegar ao poder a máquina pública seria esvaziada para ser preenchida novamente, mas dessa vez pelos apreciadores da facção política que ascendeu ao poder municipal. Parafraseando Faoro (2012, p.40), a impressão que fica é a de que *o Estado se torna uma empresa* do líder político eleito.

Os episódios anteriormente narrados denotam que apesar dos processos de independência, em 1822, e posteriormente da proclamação da república, em 1889, as práticas administrativas oriundas de Portugal se enraizaram na cultura social e política do Brasil, fazendo com que determinados padrões e condutas da máquina pública brasileira apresentem mecanismos patrimonialistas, dentre eles a possibilidade de classes políticas aparelhar e se apropriar das mais diversas instâncias do Estado. (FAORO:2012) É, diante disso, que posicionamentos como os de Sérgio Buarque de Holanda ainda se mostram tão certos, afinal

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 2014, p.169)

Assim, fica evidente que práticas assistencialistas e patrimonialistas alimentam as relações entre os líderes políticos locais e a população. É possível que algumas pessoas exerçam seu direito ao sufrágio apoiadas em convicções ou identificações ideológicas, mas isto não é uma regra. No geral, após serem beneficiados pelos meios públicos, os indivíduos tendem a associar o benefício à figura do líder a quem

desenvolve um sentimento de gratidão e lealdade. Dessa maneira, os vínculos são estabelecidos e mantidos até que um outro líder político assuma este papel de redentor.

3.3 Os vínculos estabelecidos entre o líder político e o deputado federal

Com o resultado dos pleitos municipais, dois anos antes das eleições do legislativo federal, os deputados federais observam quais lideranças políticas podem ajudá-los a obter votações que garantam suas reeleições; afinal, não faz sentido construir ou manter alianças com lideranças incapazes de garantir os votos almejados por este. Em vista disso, as alianças entre os líderes políticos e os deputados federais passam a ser criadas, mantidas ou rompidas com base na conjuntura local dos municípios.

Era agosto de 2017, quando o vereador de Trairi, Robson Nogueira, recebeu um convite do deputado Genecias Noronha para que ele, outros parlamentares do município e o prefeito Marcos Prado fizessem uma visita ao seu gabinete, em Brasília. No mesmo dia em que o encontro ocorreu, em setembro, Robson Nogueira e Genecias publicaram fotos tiradas na ocasião em suas redes sociais, deixando evidente nas legendas o quão satisfatória havia sido aquela reunião.

Os primeiros contatos que Robson Nogueira e eu tivemos foram através das redes sociais, onde pudemos combinar o melhor dia, horário e local para nos encontrarmos. Nos conhecemos pessoalmente em Flecheiras, distrito de Trairi, numa barraca de pescadores que fica à beira mar. Foi ali, em meio ao barulho das ondas e da fala dos pescadores aglomerados no local, onde realizei a primeira entrevista com ele. Insisti para que fossemos a um lugar mais calmo, a recepção da pousada em que eu estava hospedada, mas o mesmo relutou e prosseguimos na barraca.

Uma das primeiras indagações que eu fazia aos líderes políticos entrevistados era a respeito de como havia se firmado a relação que estes tinham com os deputados apoiados. A viagem realizada a convite de Genecias e aceita pelos líderes políticos de Trairi foi a primeira resposta dada por Robson Nogueira ao tentar descrever e explicar como a aliança formada com o deputado surgiu.

Na verdade, ele não me convidou [pra apoiar], eu que disse que ia apoiar a campanha dele. Do nada eu disse: "ó eu vou lhe apoiar", porque sou muito assim, espontâneo. Eu cheguei assim pra ele ó: "você pode contar com o meu apoio". Aí quando foi lá na campanha ele ligou pra mim: "ó, você vai me apoiar?" E respondi: "vou, não falei pra você?" E a gente entrou nisso e

estamos até hoje. (Trecho retirado de entrevista realizada com Robson Nogueira em de 2018)

Em 2017 Robson Nogueira firmou essa aliança, que implicava no seu apoio à candidatura do deputado em 2018, sem que este oferecesse algo em troca; demonstrando empolgação pela visita feita, o interlocutor disse ter visto “verdade” em Genecias antes mesmo do início da conversa que os representantes de Trairi tiveram com o deputado federal. Antes do apoio maciço dos parlamentares municipais em Trairi, Genecias já contava com o apoio do atual prefeito Marcos Prado e do ex-prefeito interino do município, o Dr. Noronha que é primo de Genecias.

Um pouco antes do meu primeiro contato com Robson, em agosto de 2018 entrevistei Ana Teresa, ex-prefeita do município de Jaguaruana, local em que o deputado José Guimarães obteve votações notórias nos últimos dois pleitos. Ao fazer a mesma pergunta de partida feita a Robson, buscando entender como se iniciaram as relações entre os líderes políticos e os deputados, ela me respondeu:

Eu conheci o deputado Guimarães no período anterior, quando minha mãe votou nele na eleição, e aí eu cheguei a votar nele também. Mas não tinha aquele contato muito próximo, de conviver, de sentar pra conversar. Eu votei na época nele pela minha mãe, porque minha mãe tinha um contato mais forte com ele. O meu contato mais forte com o Guimarães veio após a minha vitória, na eleição de 2012, porque aí sim, ele me apoiou na minha campanha em 2012, deu toda assistência, foi lá, fez comício pra mim, pediu voto pra mim, né? Então foi a partir daí que a gente teve um relacionamento mais próximo. Naquele momento ele conseguiu um feito, que nem todo mundo conseguia. Naquele momento eram 5 mil e tantos municípios concorrendo a prefeitura e naquele momento ele me levou para tirar uma foto com o Lula em São Paulo. Aí a gente tirou uma foto com ele lá, inclusive foi o primeiro contato que eu tive com o Lula. E me ajudou muito essa foto com o Lula. Porque as pessoas tinham muita gratidão pelo que o Lula fez né? Principalmente aqui no Nordeste, no Ceará. (Trecho retirado de entrevista realizada com Ana Teresa em julho de 2018)

Essa entrevista foi realizada na sede do Instituto Agropolos, em Fortaleza. Após a derrota sofrida por Ana Teresa nas eleições municipais de 2016, ela foi escalada para a presidência do Instituto, segundo a mesma, a partir de uma indicação do deputado José Guimarães. Para ela, esse foi um ato de lealdade o qual ela tem muita gratidão.

O que esses relatos têm em comum? Realizados por lideranças políticas de municípios distintos e que apoiaram candidatos diferentes nas eleições de 2018, tais

falas têm por objetivo iniciar uma discussão sobre outros aspectos de como essas redes de apoio às candidaturas são firmadas em todo o estado.

A priori, meu pressuposto consistia unicamente nas emendas parlamentares, onde buscava racionalizar o máximo possível as alianças estabelecidas pelos líderes locais e candidatos. Era simples: os candidatos propunham a aprovação de emendas para os municípios e em troca os líderes se encarregaram de garantir uma votação que os ajudassem em suas respectivas eleições. O pressuposto não está incorreto, mas se mostrou incompleto no momento em que os relatos destacados passaram a ter uma importância maior na compreensão de como essas redes de apoio foram firmadas.

Robson, em sua fala e nas menções constantes de sua viagem à Brasília, demonstra o quanto se sentiu “especial” ao ter sido convidado para encontrar o deputado em seu gabinete, coisa que segundo ele, não é um feito que os representantes de outros municípios do estado conseguem com facilidade. Em consonância a isso, o relato de Ana Teresa, ao descrever os primeiros contatos com Guimarães, evoca constantemente sentimentos de gratidão pelo apoio que esta recebeu quando concorreu ao cargo de prefeita e venceu, assim como pela ajuda após sua derrota. Ela atribui a vitória de 2012, em parte, ao deputado e o “favor” feito ao levá-la para conhecer o ex-presidente Lula.

Percebe-se assim que as redes de apoio aos candidatos estão para além de questões objetivas e/ou de cunho utilitarista, como o tamanho dos capitais sociais e políticos, pois também envolvem demandas abstratas a exemplo dos sentimentos de gratidão e *confiança* que, por não estarem no campo da racionalidade, acabam sendo desconsiderados por pesquisadores.

Além dos relatos de Robson Nogueira e Ana Teresa, outros dados chamaram a minha atenção no que diz respeito à consolidação de alianças que visam as campanhas do legislativo federal. As tabelas anexadas apresentam 8 municípios onde as candidaturas de José Guimarães (Tianguá, Trairi e Viçosa do Ceará) e Genecias Noronha (Acopiara, Crato, Monsenhor Tabosa, Pacajus e Tauá) apresentaram um número considerável de votos mesmo sem os parlamentares terem designado benefícios a partir de emendas parlamentares no último mandato.

Tabela 10 – Municípios cearenses que não receberam emendas parlamentares destinadas pelo deputado José Guimarães mas apresentaram um número expressivo de votos

MUNICÍPIOS	EMENDAS	EMENDAS	NÚMERO DE VOTOS
	PARLAMENTARES	PARLAMENTARES	NAS ELEIÇÕES
	2015-2016	2017-2018	DE 2018
TIANGUÁ	0	0	1.725
TRAIRI	0	0	1.226
VIÇOSA DO CEARÁ	0	0	1.267

FONTE: Tabela criada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados e Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

Tabela 11 – Municípios cearenses que não receberam emendas parlamentares destinadas pelo deputado Genecias Noronha mas apresentaram um número expressivo de votos

MUNICÍPIOS	EMENDAS	EMENDAS	NÚMERO DE VOTOS
	PARLAMENTARES	PARLAMENTARES	NAS ELEIÇÕES
	2015-2016	2017-2018	DE 2018
ACOPIARA	0	0	1.878
CRATO	0	0	1.024
MONSENHOR TABOSA	0	0	1.191
PACAJUS	0	0	1.088
TAUÁ	0	0	1.981

FONTE: Tabela criada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados e Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>> Acesso em 26 de maio de 2019.

O que os dados apresentados na tabela remetem principalmente é que apesar das emendas parlamentares serem imprescindíveis para a criação e sustentação dos vínculos com as lideranças, outras variáveis entram no estabelecimento e na

manutenção das alianças. Afinal, por quais motivos que não sejam as emendas parlamentares, as lideranças locais desses municípios ajudariam nas campanhas dos deputados em questão? Ao meu ver, a resposta que não é nada simples deve ser compreendida a partir de questões ligadas às vivências dos interlocutores da pesquisa, como alguns episódios e situações apresentados nas laudas anteriores a partir dos relatos de Robson Nogueira e Ana Teresa.

Quando coloco a necessidade de compreender esse fenômeno da formação das alianças a partir de aspectos objetivos, subjetivos, materiais e abstratos, não conjugo com a ideia de que estes estejam separados nesse processo, pelo contrário, o fato de estarem intimamente ligados faz com que seja mais complicado identificar suas presenças.

O deputado Genecias é primo de um cunhado meu. Então durante... quando eu fui vereador, quando eu fui vereador em... na candidatura passada, eu pedi... eu não queria ser vereador na época, mas eu tinha que ajudar. Como eu sou médico, minha popularidade é muito alta aqui no Trairi, então o Dr Noronha que não é daqui, na realidade, ele queria ter uma popularidade maior. Ele insistiu, insistiu, insistiu pra eu ser vereador na época, então eu fui, tanto que eu me elegi e ele não. Eu fui vereador e ele não se elegeu. No entanto ele... como a outra candidata perdeu o mandato por compra de voto, ele ainda assumiu por um ano e pouco, depois ela voltou. E foi nesse intervalo que eu conheci o Genecias... e esse meu relacionamento com ele vem sempre crescendo. Agora na minha candidatura a prefeito ele me chamou e disse que ia continuar ajudando o Trairi, mandando verba, perguntou se eu queria a ajuda dele, eu disse que queria, aí então... quando fui eleito.., aí fui lá "Genecias, agora preciso que você me mande emendas..." e assim tem sido. (Trecho retirado de entrevista com o prefeito de Trairi Marcos Prado, realizada em 25 de setembro de 2018)

Esse trecho retirado da entrevista que realizei com o prefeito de Trairi, Marcos Prado, é interessante para compreender como diversos aspectos estão imbricados na constituição das alianças entre os líderes comunitários e os deputados. Marcos conheceu Genecias a partir de seu cunhado, o "Dr Noronha", nome político adotado pelo médico Francisco José Ferreira Noronha, primo do deputado federal e oriundo de Parambu, terra natal dos "Noronha". O vínculo entre Genecias e Marcos surgiu e se fortificou principalmente pelo intermédio do Dr Noronha, a quem o prefeito de Trairi já conhecia e tinha um vínculo de amizade e confiança. No entanto, essa aliança não ficou no campo das emoções, alicerçada na simpatia, na amizade ou confiança em seu cunhado; também foi necessária uma questão pragmática para que o apoio de Marcos Prado fosse garantido nas eleições de 2018, juntamente com o dos parlamentares de Trairi.

Então a gente chega aos nossos deputados, no nosso caso o Genecias. Eu não preciso por exemplo... ele já conseguiu aqui, mais de 7 milhões de reais de emenda pro Trairi. Chego pra ele, mostro que a localidade... por exemplo, Gualdrapas, que é uma localidade com quase 6 mil pessoas... nós temos lá pelo menos umas mil, duas mil famílias... não temos lá água encanada e a prefeitura não consegue fazer chegar lá essa água encanada, então chego: “Genecias, nós estamos nessa situação no Trairi, e preciso que você me ajude a conseguir uma emenda pra que eu faça essa água chegar em Gualdrapas”. Aí ele vai até o ministro, solicita, mostra que eu tô precisando, mostra o meu projeto, aí quando o projeto é aprovado, ou não, e o recurso vem pra executar a obra. Em contrapartida ele me dá isso, em contrapartida eu o ajudo a sua reeleição, seja quando vou pedir um voto, vou pedir um voto pra aquele deputado que está trazendo emendas... seja na esfera federal quanto estadual. Na estadual no meu caso é o João Jaime, que é mais ou menos a mesma coisa. Pra chegar ao Governador, eu preciso de um deputado que chegue até ele e peça essas emendas. (Trecho retirado de entrevista realizada com o prefeito Marcos Prado em setembro de 2018)

O fato de Genecias ter sido o primeiro a se atentar a uma rede de lideranças políticas municipais sem vínculo direto com o legislativo federal foi um fator objetivo crucial para sua votação expressiva naquela localidade. Essa carência, ao ser suprida por sua presença, assim como por suas promessas, logo garantiu que este dispusesse da confiança daqueles que viram nele a possibilidade de obter as vantagens que a aliança com um deputado federal pode oferecer. Esse vínculo mais pragmático, como demonstra o prefeito Marcos Prado tem como ponto de partida o apoio da base eleitoral daquele município em virtude das emendas parlamentares deliberadas pelo deputado federal.

Diversas obras que nós tivemos no mandato da Ana Teresa o Guimarães esteve presente em 90 por cento delas conseguindo articular, ele é um deputado que é muito atuante nessa parte, se você contatar outros locais você vai ver, na educação, na saúde, no esporte ele sempre tem articulado obras como ginásios, escolas, postos de saúde... as emendas dele, ele destina no município para que seja feito essas coisas, então ele é um deputado muito atuante. Como eu lhe disse, ele é muito presente, ele roda muito e ele é de visitar o município, de estar presente, de ajudar com ementas de ajudar o município com obras. Por exemplo, Jaguaruana, eu consegui no meu mandato: duas escolas — uma de seis salas uma escola de doze salas — três quadras, duas abertas e uma coberta de quadra; a gente conseguiu o mercado do peixe que antes não sei se você chegou a conhecer, era muito feio... muito sujo. Então são como listas dessa que não se consegue facilmente né, e que dinheiro não paga né. Precisa que seja feito um projeto, precisa que seja feito a viabilidade, precisa que o deputado tenha um certo acesso dentro dos ministérios para se conseguir isso [...]. E isso fazia com que as portas se abrissem pra ele até porque era uma forma de agradecer pelo tanto pelo trabalho dele. (Trecho retirado de entrevista realizada com a ex-prefeita Ana Teresa em agosto de 2018)

A fala de Ana Teresa dialoga de acordo com o discurso de Marcos Prado, ambos veem no deputado federal um acesso hábil para angariar recursos em benefício do município. A ajuda destes nas eleições não é colocada como parte de um acordo firmado quando se estabeleceram as alianças, mas sim enquanto uma consequência, como “uma contrapartida, uma ajuda” e, não menos importante, “uma forma de agradecer pelo trabalho” prestado pelo parlamentar.

3.4 Os vínculos acionados nas campanhas eleitorais do legislativo federal

A priori, como foi demonstrado nos tópicos anteriores, não existem elos 100% pragmáticos, frutos de equações puramente utilitaristas. Pelo contrário, em algumas falas é perceptível a existência de vínculos de *confiança*, *gratidão* e *compromisso* entre sujeitos que protagonizam as realidades evidenciadas nesta investigação. Os tópicos anteriores buscaram demonstrar não só como as alianças para as campanhas eleitorais são formadas e mantidas, mas também elucidar como uma rede de confiança e compromisso é construída em torno dos personagens principais desta pesquisa: o deputado federal, os líderes políticos e a população.

A principal definição de “confiança” no Oxford English Dictionary é descrita como “crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisa, ou a verdade de uma afirmação”, e esta definição proporciona um ponto de partida útil. (GIDDENS, 1991, p. 41)

Os vínculos de *confiança* concebidos entre os (ex)prefeitos, (ex)vereadores e a população são alicerçados em “crenças”, sobretudo no fato desta última atribuir todas as melhorias do município, ou suas possibilidades, às figuras das lideranças políticas; sem dúvidas um leque de outras emoções e sentimentos — *reconhecimento*, *rancor*, *lealdade*, *frustração* e *etc* — também fazem parte da equação que resulta nas votações das eleições municipais, estaduais e federais, mas busco me atentar para o conceito apresentado acima por acreditar que este seja fundante para a discussão.

Ao estudar a política cearense através de obras como Lemenhe (2008), Carvalho (1987) e Gondim (1998) — que esmiúçam as práticas do continuísmo político das famílias que compõem oligarquias, fomentam vínculos clientelistas e coercitivos — seria fácil atribuir o êxito das campanhas do legislativo federal aos fatores apresentados pelas autoras, e por algumas práticas mencionadas nas laudas anteriores deste trabalho, sobretudo o *clientelismo*, *assistencialismo* e

patrimonialismo. No entanto, para desenvolver este tópico, enquanto recurso metodológico isolei determinadas situações e passei a pensar de forma uma forma ideal: se hoje os indivíduos possuem uma maior liberdade para expressar seus votos, no sentido de que ninguém tem acesso ao que este escolhe na urna, ainda que determinado agente jure veemente a um líder político que irá votar em seu candidato, não há uma garantia, ele pode votar em outro ou não votar em ninguém. Reiterando, por mais que o exemplo se comporte de forma ideal, e tendo total consciência de que na prática ainda exista exemplos de forte coerção política, busco seguir um outro caminho para responder o porquê de mesmo diante dessa imensa possibilidade de escolha, um número expressivo de pessoas se dispõe a votar em candidatos que muitas vezes sequer haviam ouvido falar antes.

O sociólogo Antony Giddens, ao estudar o conceito de confiança no contexto da modernidade, lança a seguinte pergunta: *“porque a maioria das pessoas, a maior parte do tempo, confia em práticas e mecanismos sociais sobre os quais seu próprio conhecimento técnico é ligeiro ou não existente?”* (GIDDENS, 1991, p.92) Creio que esta questão se encaixe perfeitamente na problemática aqui apresentada e arrisco responder que, sem o conhecimento técnico necessário acerca da política institucional, resta a maioria dos eleitores que não dispõem de informações e conhecimentos específicos, acreditar e confiar no que é proposto pelo líder local, o qual personifica todos os benefícios que chegam ao município.

Como resultado das práticas de autopromoção realizadas pelos líderes políticos; vantagens disponibilizadas pela máquina pública à alguns indivíduos; e condutas de coerção, os indivíduos são condicionados, passando a acreditar que a figura do líder, apesar das ressalvas, é aquela que de fato está presente, próxima ao povo, e é capaz de trazer avanços, ainda que pouco, para aquela localidade e para aqueles cidadãos. A partir desse entendimento surgem os vínculos de confiança que somados aos elos clientelistas, fomentam a capacidade de transferência de votos aos candidatos apoiados durante o período eleitoral.

A definição de *confiança* é amplamente estudada no campo da ciência política, principalmente quando se propõem a compreender este conceito junto às instituições do Estado e seus processos políticos. Ao analisar o conceito de *confiança* junto à democracia, Moisés (2010, p.9) a define como *“algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros”* e *“na esfera política, supõe-se que ela preencha o vazio derivado das dificuldades das pessoas comuns em mobilizar os recursos*

cognitivos necessários para avaliar e julgar a qualidade das complexas decisões políticas que afetam as suas vidas”

Compreendendo a dificuldade de mobilizar recursos materiais para garantir as melhorias almejadas para o coletivo e suas vidas privadas, parte da população segue as instruções das lideranças políticas e comunitárias por *confiar*, acreditar que somente através daquela figura conseguirão alcançar tais avanços. É importante ressaltar que o acesso à informação por mais que esteja mais democrático com o advento da internet, ainda não é amplamente difundido por toda a sociedade, portanto em muitos os casos o líder passa a ser visto como o único das esferas pública e privada que se importa com o povo e tem instrumentos materiais para ajudá-lo, sendo conseqüentemente merecedor de um *voto de confiança*, às vezes no sentido literal.

Giddens (1991, p. 96) discorre que “*a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos*”, dessa forma

O governo moderno depende de uma complexa série de relações de confiança entre os líderes políticos e a população. Os sistemas eleitorais podem ser vistos não apenas como meios de assegurar a representação dos interesses, mas como maneiras de institucionalizar pontos de acesso conectando políticos com a massa da população. (ibidem, p. 103)

Durante as entrevistas, constantemente os interlocutores justificavam seus apoios e votos como forma de retribuição, como consequência de uma benfeitoria, ajuda ou auxílio prestado pela outra parte, denotando afetividade, sobretudo confiança e gratidão. Tal dinâmica me remete ao *Ensaio Sobre a Dádiva* (2007) de Marcel Mauss, que tem como foco principal compreender as configurações dos sistemas de trocas econômicas e contratos estabelecidos em algumas sociedades do noroeste americano, da Polinésia e Melanésia. Mauss vê nas trocas, que ocorrem em diferentes tribos e clãs, significados diferentes e mais complexos que uma simples transação de escambo. Desse ponto de vista, existe um recurso interpretativo importante para compreender como funcionam os vínculos e as trocas — às vezes acertadas nas entrelinhas — estabelecidas entre os agentes da pesquisa aqui explanada, por estes demonstrarem sentidos mais complexos que votos por favores alçados exclusivamente em elos clientelistas ou ajudas em campanhas para se obter, em contrapartida, emendas parlamentares.

Não existe uma cobrança explícita — ainda que possa ocorrer de forma velada — por parte da liderança municipal, no entanto, os moradores parecem se sentir

moralmente convocados a retribuir o benefício recebido (tenha sido este o enterro de um ente querido ou um emprego), com o que se tem de mais valioso no período eleitoral: o voto.

Figura 19– Os vínculos acionados nas campanhas do legislativo federal



FONTE: imagem criada pela autora.

A imagem apresentada acima apresenta os vínculos que me propus expor no início do capítulo. Em suma, ela demonstra que tudo se inicia com o contato que o deputado federal estabelece com o líder político; com o contato que o líder político estabelece com a população; e em alguns casos o intermédio que os líderes comunitários realizam entre as lideranças políticas e a população. Só através do significativo capital social e político, que o líder local dispõe para com a população, é possível que o deputado federal busque efetivar alianças que o ajudem a se reeleger.

Eu sempre agradecia a ele em todas as minhas falas: "eu gostaria de saber porque hoje você permanece com ele Ana Teresa?" "Por gratidão." "Por gratidão porque ele me provou que ele é um deputado atuante, porque ele me provou que se acreditar nele ele retribui." Então assim: eu consegui transparecer isso e passar isso pros meus eleitores, pras pessoas que gostam do meu trabalho. E é o que faz com que as pessoas acabem votando nele, e confiem nele da mesma forma que eu confio. Então se as pessoas têm confiança em mim, tem confiança nele. Sabe que ele já provou que

consegue ajeitar que ele foi capaz de fazer isso com certeza as pessoas se apegam a isso né e...e... acabam dando mais um voto de confiança. (Trecho retirado de entrevista com a ex-prefeita de Jaguaruana Ana Teresa)

É importante frisar que os vínculos de confiança são recíprocos e envolvem todos os sujeitos dessa dinâmica. A medida que a população confia que o deputado indicado pelo líder é a melhor opção, este último confia que sua base eleitoral irá seguir suas instruções de voto. Inclusive parece ser extremamente frustrante quando o número de votos em determinados locais não atinge a expectativa das lideranças; isso pode caracterizar fragilidade quanto a base eleitoral daquela liderança, sendo um indicativo alarmante para as disputas municipais. Os candidatos do legislativo federal, confiam nos (ex)prefeitos e (ex)vereadores, encarregando estes de promover uma campanha exitosa muitas sem nenhum tipo de acompanhamento ou fiscalização; o líder político, por sua vez, nessa relação, confia que o deputado, caso eleito, de fato irá cumprir as promessas feitas anteriormente, principalmente no que diz respeito a captação de emendas para o município.

Apesar de constituírem objetos diferentes em contextos distintos, alguns exemplos apresentados por Mauss (2007) se assemelham de alguns casos observados em campo: os agentes envolvidos nessas dissemelhantes situações se sentem obrigados moralmente a retribuir um benefício recebido. Não existe cobrança explícita por uma *dádiva* que foi dada anteriormente, ainda que em certo momento de forma indireta esta possa ser acionada em um discurso do donatário. Em outras palavras, não é de bom tom que um deputado federal cobre um líder político de forma direta por algum benefício que este tenha facilitado ao município mas isso poderá ocorrer de forma sutil, discreta, provavelmente através de reafirmações das alianças, como ocorreu com o vereador Robson Nogueira quando este recebeu um telefonema de Genecias que procurava saber se o apoio prometido ainda era válido após um ano de seu firmamento.

Mesmo as decisões mais racionais ou mais “frias” envolvem afetividade. São processos embasados em valores, significados, expectativas etc. Seu processamento envolve sentimentos, o que diferencia o homem do computador. O “coração” e a “razão”, longe de se dispersarem, entremeiam-se de forma necessária, influenciando-se mutuamente. (LE BRETON, 2009, p. 198)

Em suma, o capítulo tentou demonstrar que os vínculos entre os sujeitos da pesquisa são frutos de estratégias pragmáticas, mas também por afetos. É com base

sobretudo na afetividade, no sentimento de confiança, lealdade e dívida, que determinados vínculos são firmados e posteriormente acionados. Sem esses afetos, que guiam o cumprimento de tais acordos, os compromissos seriam apenas palavras e não teriam tantos porquês que implicam nas suas efetivações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizar um trabalho é sempre uma tarefa árdua. Enquanto fruto de um artesanato intelectual tudo que o compõe é relevante para o resultado final (MILLS:2009); e qualquer coisa que venha se perder nesse processo de síntese pode empobrecer a compreensão desta pesquisa.

Dito isso, início pelo título: “entre confiança e retribuição”. Tendo como recorte algumas candidaturas do Ceará, através desta pesquisa busquei demonstrar como, ao contrário do imaginário popular – que vê o político profissional como alguém que não trabalha –, as reeleições do legislativo federal são frutos de uma atividade constante de construção e manutenção de bases eleitorais. Tais bases, constituídas por lideranças políticas, lideranças comunitárias e a população no geral, são responsáveis pelo suporte oferecido aos candidatos dentro dos municípios no período próximo às eleições. Sem o apoio e o engajamento de tais sujeitos, as campanhas eleitorais que elegem o parlamento federal cearense não teriam o mesmo alcance e resultado.

No decorrer do texto, as dinâmicas eleitorais das candidaturas acompanhadas são apresentadas, inclusive para demonstrar como as eleições municipais possuem forte influência sobre a concretização das alianças entre os deputados federais e os líderes municipais. É a partir do pleito que ocorre no município, que o legislador, com base nos resultados eleitorais, sabe que liderança ainda possui capital social e político suficiente para ajudá-lo na campanha que ocorre sempre dois anos depois. Tais alianças, no entanto, não dependem única e exclusivamente do membro do legislativo federal, elas são uma via de mão-dupla.

Para que lideranças políticas possam apoiar determinados candidatos, exigem algumas condições, sobretudo que aquele indivíduo, uma vez eleito, passe de fato a representar o município no congresso e junto ao Governo Federal, angariando sempre que possível, verbas que auxiliem no beneficiamento local. Para garantir a eleição de um parlamentar federal, não é apenas o vínculo entre este e os representantes municipais que deve ser levado em consideração. No decorrer das campanhas eleitorais, para que o líder político possa garantir uma votação expressiva na cidade, ele precisa integrar redes de interesse e confiança com a população e com lideranças comunitárias, para que tais vínculos possam ser acionados no período eleitoral.

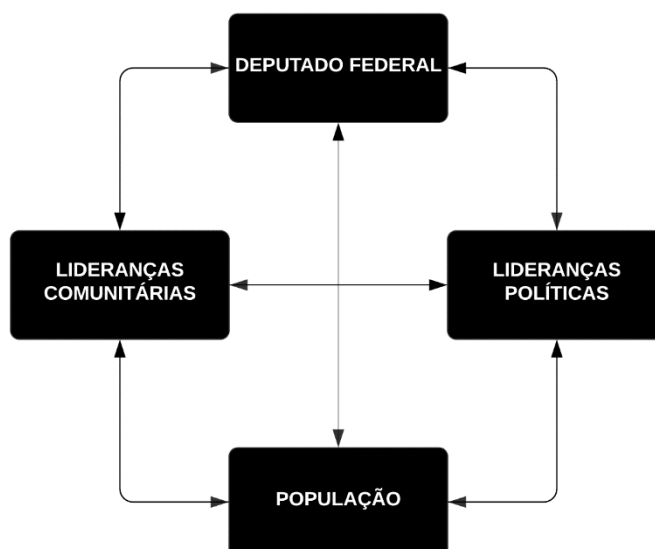
Quando o período oficial das campanhas eleitorais se inicia, é importante que as alianças já estejam firmadas para que possam ser acionadas. O líder político passa a ser o encarregado pela campanha eleitoral do candidato no município, assumindo um papel de cabo eleitoral e tomando para si a responsabilidade de efetuar uma expressiva transferência de votos. Para isso, ele utiliza inúmeras ferramentas: perpassa os vínculos assistencialistas que possui para com a população, coloca em prática condutas patrimonialistas, em alguns momentos pode fazer uso de coerção e em outros mobiliza afetividades ligadas à gratidão, à confiança, à lealdade. Geralmente isso ocorre de maneira imbricada, de forma conjunta.

Apesar da importância que as campanhas eleitorais possuem no que diz respeito a concretização do voto, ao longo do trabalho, busco enfatizar que o apoio que prefeitos, vereadores, ex-prefeitos e ex-vereadores oferecem aos parlamentares que almejam uma reeleição é fruto de um contexto muito anterior ao eleitoral, é consequência da composição de alianças fundadas em duas principais vertentes: interesse e afetividade.

“Interesse” é um termo utilizado com muito receio no campo político. Em todas as entrevistas realizadas, tal termo não foi proferido sequer uma única vez. No trabalho de campo, sobretudo durante o acompanhamento das atividades eleitorais nas localidades observadas, também não ouvi tal palavra ou qualquer outra que se assemelhasse a esta. Isso não significa que ela não se faça presente ou tenha uma extrema importância dentro do fenômeno abordado. O “interesse” aparece como uma das partes responsáveis pela criação dos vínculos entre os sujeitos da pesquisa.

Na prática, o interesse dentro dessas relações pode ser observado na possibilidade de conseguir emendas para os municípios, de conseguir um número expressivo de votos na eleição, na fomentação de uma rede de contatos dentro do Governo do Estado ou até mesmo em Brasília, assim como no desfrute do capital social e político da outra parte. Tem-se interesse em conquistar apoio na gestão municipal; tem-se interesse em ser visto como amigo de um deputado federal; assim como se tem interesse em conquistar os votos de determinados municípios e garantir a reeleição. As lideranças municipais que outrora auxiliaram na eleição do deputado federal, acionam esse vínculo no período eleitoral posterior, na maioria das vezes através de propaganda ao mostrar o que “conseguiu trazer” ao município. Portanto, tanto as lideranças municipais, como os parlamentares do âmbito federal se beneficiam com as relações constituídas.

Figura 20 - As redes de interesse e afetividade



FONTE: fluxograma elaborado pela autora

A rede demonstrada no fluxograma acima é intitulada “rede de interesse e afetividade”. Assim como o interesse, a afetividade é um dos aspectos cruciais para compreensão do objeto deste trabalho. A afetividade, que neste caso específico pode ser exemplificada pela confiança, é demonstrada através do “voto de confiança” dado pela população ao candidato do legislativo federal; no crédito dado pelos indivíduos à candidatura indicada pelo líder político; à crença na integridade e honestidade da outra parte antes, durante e depois de se firmar uma aliança; e até mesmo nos sentimentos de segurança, esperança e otimismo que determinado vínculo evoca.

A confiança é uma questão subjetiva, que parte de sujeito para sujeito, que pode ser construída a partir da intuição, da afeição por outrem, mas também por questões referentes à necessidade e à dependência; “se não tenho meios objetivos de entender e lidar com determinadas adversidades, resta-me confiar em uma outra pessoa para resolvê-las”. Dessa forma, o “voto de confiança” é uma forma que indivíduos encontram para delegar a resolução de anseios, privados e coletivos, a um outro, no caso o representante político.

Assim como o interesse, a confiança engloba todos os sujeitos inclusos no percurso que desemboca na eleição dos deputados federais. Para Giddens (1991), “o governo moderno depende de uma complexa série de relações de confiança entre líderes políticos e a população.” (p.103) A população e as lideranças comunitárias precisam confiar, mesmo que minimamente, no líder político para seguir suas instruções; os deputados precisam confiar nas lideranças políticas e na capacidade destas em realizar a transferência de votos; e o gestor municipal, por sua vez, confia no cumprimento dos acordos estabelecidos. O interesse e a confiança são as principais incógnitas responsáveis pela possibilidade de criação e manutenção de bases eleitorais, uma vez que elas se articulam entre si, criando um cenário propício para o voto.

O que busco demonstrar ao longo das laudas anteriores é a importância que esses dois dispositivos (interesse e confiança) possuem para se chegar ao produto final: a (re)eleição dos deputados federais. A fusão do interesse, da afetividade e a efetivação do voto, são o que fazem com que existam as reeleições não só do legislativo federal, como também de outras instâncias. O interesse e a confiança são os responsáveis por manter esses vínculos ativos e o que move os indivíduos a cumprirem o que foi prometido, retroalimentando essas relações e a trajetória apresentada nas primeiras páginas deste trabalho, através do fluxograma 1. Por fim, o voto pode aparecer como etapa final de um circuito trabalhoso, no entanto, ao mesmo tempo em que é crucial para encerrar o mandato vigente, também é imprescindível para iniciar um outro. Assim, fica evidente que as redes de interesse e afetividade constituem um ciclo que se retroalimenta.

A existência desse “ciclo” que consiste na criação e manutenção de alianças, que posteriormente são acionadas, evidencia que os votos conquistados em uma eleição não são fruto de um compromisso eterno e podem ser perdidos em um outro pleito. Portanto, o deputado federal que almeja construir uma carreira política e desfrutar de inúmeros mandatos deve estar atento para a realização de um trabalho constante de construção e conservação de uma base eleitoral que é móvel e, portanto, diferencia-se a cada 4 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Camilo. Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In: ROUSILEY, Celi Moreira Maia; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. (Org.). **Internet e participação no Brasil**. Porto Alegre: Meridional/Sulina, 2011.

AGGIO, Camilo. Campanhas Online: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 426-445, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2020.

AGGIO, Camilo. **Campanhas políticas e sites para redes sociais**: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

AGGIO, Camilo; REIS, L. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compolítica**, v. 3, n. 2, p. 155-188, 2013. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/48/50>> Acesso em 05 ago. 2020.

ANDRADE, Anderson. Domingos Filho diz que impugnação de sua candidatura é “trama” política. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 ago. 2018. Disponível em: <[http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonilva/eleicoes-2/domingos-filho-diz-que-impugnacao-de-sua-candidatura-e-trama-politica/](http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/eleicoes-2/domingos-filho-diz-que-impugnacao-de-sua-candidatura-e-trama-politica/)> Acesso em: 13 mai. 2020.

AQUINO, Jackson Alves. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 17-29, 2000.

AZEVEDO, F. A. A mídia, a democracia de público e a modernização das campanhas eleitorais no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 36-37, n. 1, p. 3-13, jan./ jun. 2001.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S.. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1013, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2020.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 4, pp. 1091-1125, 2016.

BACKES, Ana Luiza; VOGEL, Luiz Henrique. Financiamento de campanhas: problemas do modelo atual e opções legislativas para enfrenta-los. **Relatório**. Brasília: 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/oiBWkCJ>> Acesso em: 29 jun. 2020.

BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir. (orgs.). **Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo, Annablume. 1998.

BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIMBER, B. The internet and political transformation: populism, community, and accelerated pluralism. **Polity**. v, 31, n. 1, 1998, p. 133-160.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2004.

BOLSONARO discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. **Jornal G1**, Brasília, 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>> Acesso em 13 de maio de 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. Trad. De Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011.

BRAGA, Sérgio. O Uso da Internet nas Campanhas Eleitorais: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 90, p. 58-73, jun./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34012/36746>> Acesso em 5 ago. 2020

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 26, p.7-62, ago. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522018000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mai. 2020.

CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. **The personal vote**: Constituency service and electoral independence. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

COLEMAN, S. **Foundations of social theory**. Cambridge/Mass/London: Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, S.; TAYLOR, J.; VAN DE DONK, W. Parliament in the Age of the Internet. **Parliamentary Affairs**, v. 52, n. 3, p. 365- 370, Jul. 1999.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 mai. 2020.

CARVALHO, Nelson Rojas. **E no Início Eram as Bases**: Geografia Política do Voto e Comportamento Legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 jul. 2018.

CARVALHO, R. M. Coronelismo e Neocoronelismo: Eternização do Quadro de Análise Política do Nordeste? **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 3, n. 3, p. 193-206, jul./dez.1987.

CARVALHO, R. M. **A produção Política em Campanhas Eleitorais**: Eleições Municipais de 2000. Ceará: Pontes Editora, 2003.

CARVALHO, R. M. **Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática**: ciclos de mudança e continuidade. Ceará: Edições UFC, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

EX-PREFEITO de Trairi, no Ceará, é condenado por fraudes de licitações. **G1**, [S. l.], p. 11, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/12/ex-prefeito-de-trairi-no-ceara-e-condenado-por-fraude-de-licitacoes.html>. Acesso em: 2 jul. 2020.

FACCI, Lucio Picanço. Confiança e modernidade: uma abordagem sociológica. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 58, p. 236-246. Abr-Jun 2012.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

FLEISCHER, David. Concentração e Dispersão Eleitoral; Um Estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais (1966-1974). *Revista de Ciência Política*, vol. 19, no 3, p. 15-36, 1976.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDMAN; SILVA. Como se perde uma eleição? In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir. (org.) **Candidatos e Candidaturas**. Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil. São Paulo: Anablume/UFC, 1998.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na Política - Animação e Agenciamento do Voto em Campanhas Eleitorais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Novas formas de participação política em tempos de Facebook. In: COMEFORD, John; BEZERRA, Marcos Otávio. PALMEIRA, Moacir. (org.). **Questões e dimensões da política**: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas**: os “governos das mudanças” no Ceará. Ijuí: Unijuí, 1998.

HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, Irllys. (org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Ufes, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: 2014.

JANOTTI, M. **O Coronelismo**: Uma Política de Compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Tradição e poder no Ceará: A Família Bezerra de Menezes. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alazia. (org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2008.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**: o(caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, F; FIGUEIREDO, A. Partidos políticos na camara dos deputados: 1989-1994. **Dados. Revista de Ciencias Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

LOPES, Valmir. **As lógicas da representação política: O processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MARTINS, Maria Clara Ribeiro. **O agenciamento remunerado de voto nas campanhas do legislativo municipal**. 76f. Monografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MATOS, Marcela. Novo líder do governo tem escândalo dos ‘dólares na cueca’ no currículo. **Revista Veja**, Brasília, 3 de fev. de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/novo-lider-do-governo-tem-escandalo-dos-dolares-na-cueca-no-curriculo/>> Acesso em 13 de mai. de 2020.

MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade**: modos de viver a política no bairro. Campinas: Pontes, 2012.

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris: PUF, 2007.

MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection**. Yale University Press. 1974.

MAZZA, Carlos. Filhos de Moroni e Raimundão perdem eleição, filho de Zezinho é eleito. **Jornal O Povo**, 8 out. 2018. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/politica/2018/10/08/filhos-de-moroni-e-ramundao-perdem-eleicao-filho-de-zezinho-e-eleito/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 mai 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Mídia e eleições a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999, p. 253-276.

MIGUEL, Luís Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MILLS, C. W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOISÉS, José Alvaro. **Democracia e confiança**. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

NORRIS, P. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. England: Cambridge University Press, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. Os Comícios e a Política de Fações. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 94, p. 31-94, 1995.

PESSOA, José Raulino Chaves. Território dos deputados: dinâmica eleitoral e participação política em Tauá – CE. ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, 1., **Anais...** Araraquara, 2013. Disponível em: <<https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st16-trab-aceito-0315-12.pdf>> Acesso em 2 jul. 2020.

PRADO, Verônica. Arquivamento das investigações do caso dos ‘dólares na cueca’ é negado pela justiça no Ceará. **G1**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/22/arquivamento-da-investigacao-do-caso-dos-dolares-na-cueca-e-negado-pela-justica-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2020.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

SERTÃ, Ana Luísa; ALMEIDA, Sabrina. Ensaio sobre a dádiva. In: **Enciclopédia de Antropologia**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/obra/ensaio-sobre-dadiva>> Acesso em 5 ago. 2020.

SILVA, Clodson dos Santos. **Do lado de cá & do lado de lá**. São Paulo: Pontes, 2012.

VIEIRA, M. C.P. **O Poder Legislativo no Ceará: Geografia do Voto e Ação Política na Assembleia Legislativa**. Dissertação (Mestrado). – Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, p. 157-170, 2009.

Apêndice A – Votação do deputado José Guimarães (PT) em 2018, por município

Município	Votos 2018	Município	Votos 2018
ABAIARA	1.862	JUAZEIRO DO NORTE	5.672
ACARAPE	483	JUCÁS	112
ACARAÚ	592	LAVRAS DA MANGABEIRA	189
ACOPIARA	434	LIMOEIRO DO NORTE	842
AIUABA	50	MADALENA	251
ALCÂNTARAS	97	MARACANAÚ	724
ALTANEIRA	1.720	MARANGUAPE	621
ALTO SANTO	129	MARCO	40
AMONTADA	146	MARTINÓPOLE	30
ANTONINA DO NORTE	414	MASSAPÉ	1.161
APUIARÉS	95	MAURITI	6.553
AQUIRAZ	60	MERUOCA	49
ARACATI	435	MILAGRES	3.753
ARACOIABA	688	MILHÃ	819
ARARENDÁ	2.795	MIRAÍMA	157
ARARIPE	460	MISSÃO VELHA	3.778
ARATUBA	44	MOMBAÇA	602
ARNEIROZ	57	MONSENHOR TABOSA	769
ASSARÉ	595	MORADA NOVA	3.841
AURORA	119	MORAÚJO	138
BAIXIO	32	MORRINHOS	1.188
BANABUIÚ	448	MUCAMBO	245
BARBALHA	5.462	MULUNGU	20
BARREIRA	1.735	NOVA OLINDA	632
BARRO	668	NOVA RUSSAS	787
BARROQUINHA	90	NOVO ORIENTE	905
BATURITÉ	453	OCARA	645
BEBERIBE	187	ORÓS	1.553
BELA CRUZ	116	PACAJUS	189
BOA VIAGEM	185	PACATUBA	143
BREJO SANTO	640	PACOTI	550
CAMOCIM	258	PACUJÁ	74
CAMPOS SALES	469	PALHANO	1.481
CANINDÉ	4.922	PALMÁCIA	63
CAPISTRANO	29	PARACURU	118
CARIDADE	52	PARAIPABA	136
CARIRÉ	95	PARAMBU	270
CARIRIAÇU	3.580	PARAMOTI	202

Município	Votos	Município	Votos
CARIÚS	743	PEDRA BRANCA	2.589
CARNAUBAL	109	PENAFORTE	169
CASCAVEL	140	PENTECOSTE	216
CATARINA	7	PEREIRO	13
CATUNDA	317	PINDORETAMA	24
CAUCAIA	897	PIQUET CARNEIRO	3.055
CEDRO	695	PIRES FERREIRA	37
CHAVAL	33	PORANGA	382
CHORÓ	83	PORTEIRAS	1.097
CHOROZINHO	160	POTENGI	986
COREAÚ	60	POTIRETAMA	210
CRATEÚS	1.540	QUITERIANÓPOLIS	795
CRATO	6.765	QUIXADÁ	127
CROATÁ	23	QUIXELÔ	64
CRUZ	2.098	QUIXERAMOBIM	6.847
DEPUTADO PINHEIRO	IRAPUAN 473	QUIXERÉ	150
ERERÊ	2	REDENÇÃO	109
EUSÉBIO	115	RERIUTABA	24
FARIAS BRITO	322	RUSSAS	556
FORQUILHA	2.738	SABOIEIRO	681
FORTALEZA	6.878	SALITRE	139
FORTIM	23	SANTA QUITÉRIA	1.924
FRECHEIRINHA	27	SANTANA DO ACARAÚ	704
GENERAL SAMPAIO	24	SANTANA DO CARIRI	613
GRAÇA	27	SÃO BENEDITO	381
GRANJA	85	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	70
GRANJEIRO	180	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	521
GROÁIRAS	197	SÃO LUÍS DO CURU	314
GUAIÚBA	1.021	SENADOR POMPEU	3.247
GUARACIABA DO NORTE	53	SENADOR SÁ	63
GUARAMIRANGA	17	SOBRAL	473
HIDROLÂNDIA	97	OLONÓPOLE	1.227
HORIZONTE	371	TABULEIRO DO NORTE	2.515
IBARETAMA	110	TAMBORIL	2.268
IBIAPINA	12	TARRAFAS	172
IBICUITINGA	260	TAUÁ	684

Município	Votos	Município	Votos
ICAPUÍ	752	TEJUÇUOCA	1.567
ICÓ	2.059	TIANGUÁ	1.725
IGUATU	4.459	TRAIRI	1.226
INDEPENDÊNCIA	1.439	TURURU	722
IPAPORANGA	2.338	UBAJARA	77
IPAUMIRIM	55	UMARI	941
IPU	350	UMIRIM	222
IPUEIRAS	744	URUBURETAMA	70
IRACEMA	42	URUOCA	27
IRAUÇUBA	110	VARJOTA	87
ITAIÇABA	42	VÁRZEA ALEGRE	1.710
ITAITINGA	88	VIÇOSA DO CEARÁ	1.267
ITAPAJÉ	87	JAGUARUANA	3.707
ITAPIOCA	13.056	JARDIM	1.639
ITAPIÚNA	27	JATI	130
ITAREMA	87	JIJOCA DE JERICOACOARA	38
ITATIRA	81	JUAZEIRO DO NORTE	5.672
JAGUARETAMA	990	JUCÁS	112
JAGUARIBARA	116	LAVRAS DA MANGABEIRA	189
JAGUARIBE	816	TOTAL	209.032

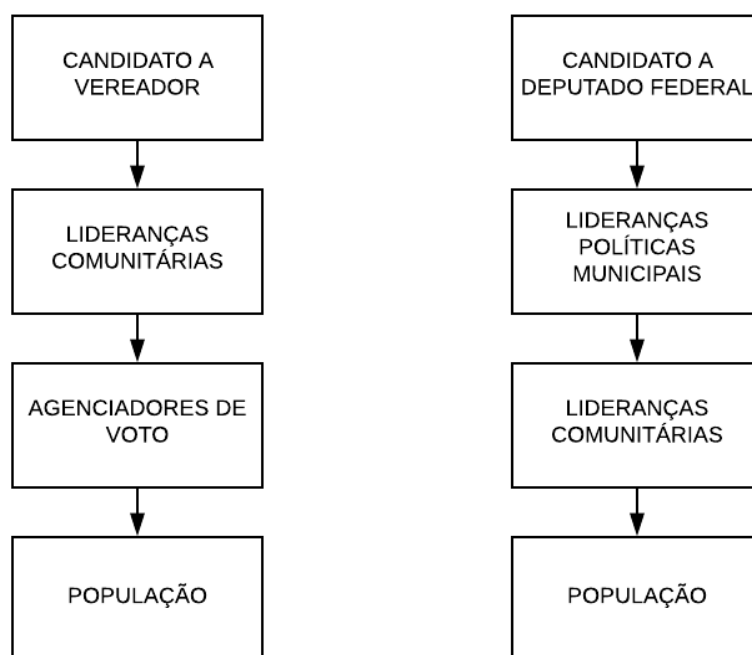
Apêndice B – Votação do deputado Genecias Noronha (Solidariedade) em 2018 por município

Município	Votos	Município	Votos
ABAIARA	3	ITATIRA	15
ACARAPE	8	JAGUARETAMA	12
ACARAÚ	18	JAGUARIBARA	241
ACOPIARA	1.878	JAGUARIBE	24
AIUABA	488	JAGUARUANA	996
ALCÂNTARAS	4	JARDIM	87
ALTANEIRA	406	JATI	2
ALTO SANTO	19	JIJOCA DE JERICOACOARA	3.274
AMONTADA	17	JUAZEIRO DO NORTE	211
ANTONINA DO NORTE	16	JUCÁS	8
APUIARÉS	7	LAVRAS DA MANGABEIRA	10
AQUIRAZ	148	LIMOEIRO DO NORTE	97
ARACATI	31	MADALENA	496
ARACOIABA	541	MARACANAÚ	99
ARARENDÁ	29	MARANGUAPE	837
ARARIPE	1	MARCO	16
ARATUBA	11	MARTINÓPOLE	2
ARNEIROZ	1.906	MASSAPÊ	12
ASSARÉ	640	MAURITI	623
AURORA	1	MERUOCA	13
BAIXIO	843	MILAGRES	495
BANABUIÚ	140	MILHÃ	12
BARBALHA	448	MIRAÍMA	563
BARREIRA	18	MISSÃO VELHA	3
BARRO	3	MOMBAÇA	6.753
BARROQUINHA	21	MONSENHOR TABOSA	1.191
BATURITÉ	31	MORADA NOVA	154
BEBERIBE	89	MORAÚJO	1
BELA CRUZ	71	MORRINHOS	38
BOA VIAGEM	6.348	MULUNGU	9
BREJO SANTO	5	NOVA OLINDA	746
CAMOCIM	81	NOVA RUSSAS	46

Município	Votos	Município	Votos
CAMPOS SALES	12	NOVO ORIENTE	4.669
CANINDÉ	4.091	OCARA	15
CAPISTRANO	27	ORÓS	10
CARIDADE	2.870	PACAJUS	1.088
CARIRÉ	3	PACATUBA	39
CARIRIAÇU	835	PACOTI	7
CARIÚS	10	PACUJÁ	5
CASCAVEL	34	PALHANO	104
CATARINA	15	PALMÁCIA	3
CATUNDA	67	PARACURU	40
CAUCAIA	355	PARAIPABA	12.180
CEDRO	16	PARAMBU	
CHAVAL	7	PARAMOTI	27
CHORÓ	2.221	PEDRA BRANCA	5.974
CHOROZINHO	1.075	PENTECOSTE	19
COREAÚ	12	PEREIRO	4
CRATEÚS	5.356	PINDORETAMA	132
CRATO	1.024	PIQUET CARNEIRO	24
CROATÁ	1	PIRES FERREIRA	112
CRUZ	70	PORANGA	11
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2	POTENGI	2
ERERÉ	5	POTIRETAMA	6
EUSÉBIO	37	QUITERIANÓPOLIS	4.308
FARIAS BRITO	17	QUIXADÁ	552
FORQUILHA	2.825	QUIXELÔ	634
FORTALEZA	2.093	QUIXERAMOBIM	3.315
FRECHEIRINHA	4	QUIXERÉ	86
GENERAL SAMPAIO	7	REDENÇÃO	7
GRAÇA	1	RERIUTABA	2
GRANJA	120	RUSSAS	4.740
GRANJEIRO	1	SABOEIRO	659
GROÁIRAS	105	SALITRE	1
GUAIÚBA	6	SANTA QUITÉRIA	26

Município	Votos	Município	Votos
GUARACIABA DO NORTE	20	SANTANA DO ACARAÚ	6
GUARAMIRANGA	6	SANTANA DO CARIRI	6
HIDROLÂNDIA	495	SÃO BENEDITO	128
HORIZONTE	1.810	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	133
IBARETAMA	10	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	5
IBIAPINA	572	SÃO LUÍS DO CURU	2
IBICUITINGA	1	SENADOR POMPEU	417
ICAPUÍ	2	SENADOR SÁ	2
ICÓ	130	SOBRAL	1.279
IGUATU	510	SOLONÓPOLE	3
INDEPENDÊNCIA	997	TABULEIRO DO NORTE	8
IPAPORANGA	439	TAMBORIL	2.299
IPAUMIRIM	21	TARRAFAS	12
IPU	18	TAUÁ	1.981
IPUEIRAS	18	TEJUÇUOCA	4
IRACEMA	31	TIANGUÁ	1.254
IRAUÇUBA	10	TRAIRI	5.312
ITAIÇABA	6	TURURU	122
ITAITINGA	23	UBAJARA	100
ITAPAJÉ	19	UMARI	8
ITAPIOCA	452	UMIRIM	5
ITAPIÚNA	208	URUBURETAMA	18
ITAREMA	11	URUOCA	2
VÁRZEA ALEGRE	87	VARJOTA	3
VIÇOSA DO CEARÁ	374	TOTAL:	113.515

Apêndice C – Comparação: rede de agentes envolvidos nas campanhas eleitorais do legislativo federal X Rede de agentes envolvidos nas campanhas eleitorais do legislativo municipal



FONTE: imagem elaborada pela autora

Apêndice D – Comparativo de votos nas eleições de 2018 entre o Legislativo Estadual e o Legislativo Federal

LEGISLATIVO FEDERAL	Nº DE VOTOS	LEGISLATIVO ESTADUAL	Nº DE VOTOS
1º CAPITÃO WAGNER (PROS)	303.593	1º ANDRÉ FERNANDES (PSL)	109.742
2º CÉLIO STUDART (PV)	208.854	2º QUEIROZ FILHO (PDT)	103.943
3º LUIZIANNE LINS (PT)	173.777	3º SERGIO AGUIAR (PDT)	100.925
4º JOSÉ GUIMARÃES (PT)	173.039	4º FERNANDO SANTANA (PT)	95.665
5º MAURO BENEVIDES (PDT)	157.510	5º SALMITO (PDT)	91.293
6º IDILVAN (PDT)	154.338	6º ROMEU ALDIGUERI (PDT)	89.060
7º AJ ALBUQUERQUE (PP)	132.319	7º ERIKA AMORIM (PSD)	86.320
8º ROBÉRIO MONTEIRO (PDT)	131.275	8º MOISES BRAZ (PT)	83.489
9º MOSES RODRIGUES (MDB)	128.526	9º EVANDRO LEITÃO (PDT)	83.486
10º PEDRO BEZERRA (PTB)	119.030	10º GUILHERME LANDIM (PDT)	83.215

FONTE: tabela criada pela autora a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Anexo A – Encontro de Domingos Neto (PSD) com o prefeito de Araripe – CE



FONTE: Imagem retirada do instagram do deputado federal Domingos Neto. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B7TgALXgYhK/>> Acesso em 20 de abril de 2020.

Anexo B – Encontro de Gorete Pereira (PR) com lideranças políticas de Jardim-CE



FONTE: Imagem retirada do instagram da deputada federal Gorete Pereira. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BmyjZ3_ge-A/> Acesso em 20 de abril de 2020.

Anexo C – Deputado Domingos Neto e o prefeito do município Farias Brito no escritório localizado em Fortaleza – CE



FONTE: imagem retirada do Instagram do deputado Domingos Neto. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B7RIOo-ASAJ/>> Acesso em 28 de abril de 2020.

Anexo D – Exemplo de candidato ao legislativo municipal que utilizou as redes sociais como canal de comunicação nas campanhas eleitorais de 2016

Maninho Palhano compartilhou a foto de **Maninho Palhano**.
Agora mesmo • 🌐

Foram intensos dias de lutas, muito apoio, dedicação e a confiança de muita gente.

4.444 votos conquistados, um número que muito representa na história de quem sempre lutou e continuará lutando para fazer ainda mais pela qualidade de vida do povo! Foi por pouco, apenas 01 voto não permitiu que ganhássemos, dessa vez. A batalha continua e contamos sempre com o apoio de todos para conquistar dia a dia um espaço e a confiança de ainda mais gente.

Não esqueça, o seu voto faz a diferença!

Maninho Palhano
3 h • 🌐

Foram intensos dias de lutas, muito apoio, dedicação e a confiança de muita gente.

Ziêr Ferrer adicionou 9 novas fotos.
1 de outubro de 2016 • 🌐

Vereador Ziêr Ferrer 12.350, pra poder continuar o trabalho que desenvolvo há 26 anos, principalmente nas comunidades mais carentes. Junte-se a nós e faça parte dessa grande história.
#trabalhetrabalhotrabalharei #ziêrferrer #12.350 #ohomemebom

FONTE: imagens retiradas do Facebook do vereador Ziêr Ferrer e do candidato à vereador Maninho Palhano. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1176088815771317&id=100001106287049> Acesso em 28 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maninhopalhano1>> Acesso em 28 de abril de 2020.

Anexo E – Panfletos de festas em Trairi



FONTE: imagens retiradas do Instagram Mundauu. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B6CDIs1pZhM/> Acesso em 30 de abril de 2020.